

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Dissertação

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA NA TERRA DOS BUGRES: EM BUSCA DA
VISIBILIDADE INDÍGENA NA REGIÃO DE CRUZ ALTA - RS

Fernando Silva de Almeida

Pelotas, 2012

Fernando Silva de Almeida

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA NA TERRA DOS BUGRES: EM BUSCA DA
VISIBILIDADE INDÍGENA NA REGIÃO DE CRUZ ALTA - RS

**Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Memória Social
e Patrimônio Cultural da Universidade
Federal de Pelotas**

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle

Pelotas, 2012

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A447a Almeida, Fernando Silva de
Arqueologia e história na terra dos bugres: em busca da visibilidade indígena na região de Cruz Alta / Fernando Silva de Almeida. – Pelotas, 2012.

111 f.

Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2012. Orientador: Cláudio Baptista Carle.

1. Arqueologia. 2. História. 3. Povos indígenas. 4. Memória social.
5. Patrimônio cultural. I.Título.

CDD: 930.1

Banca examinadora:

Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle

Prof. Dra. Adriana Schmidt Dias

Prof. Dra. Tatiana Lebedeff

À minha família

Agradecimentos

Quero deixar meus agradecimentos a um bom número de pessoas. Peço desculpas caso tenha esquecido alguém. Em primeiro lugar, agradeço à CAPES pelo apoio financeiro, necessário para que pudesse estudar em Pelotas e pesquisar em Cruz Alta, bem como participar de seminários e apresentar trabalhos referentes à dissertação.

Agradeço ao Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle, um grande amigo que, durante todo o processo de realização do mestrado, deu todo o apoio possível para a realização de meus objetivos na pesquisa. Agradeço por toda a ajuda que venho recebendo desde a graduação. Agradeço pela amizade, pelas orientações acadêmicas, e por *abraçar* as ideias que explorei aqui.

À Prof. Dra. Clarissa Sanfelice Rahmeier. Por mais que não tenhamos conversado muito durante a realização desta pesquisa, agradeço pela amizade e por todo o apoio e incentivo que recebi desde a graduação até aqui. Sem esse apoio, sem a cobrança, talvez não tivesse chegado tão longe.

À Prof. Dra. Adriana Schmidt Dias, por aceitar o convite de participação na defesa desta dissertação. Quero agradecer por todos os comentários, sugestões e críticas que contribuíram significativamente para que eu pudesse pensar em alternativas para dar continuidade aos meus estudos. Agradeço também à Prof. Dra. Tatiana Lebedeff, por aceitar também participar da defesa e pelas contribuições e questionamentos sobre a dissertação.

Ao Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira pelas ideias, sugestões e críticas ao meu trabalho. Todas essas críticas fizeram com que a pesquisa melhorasse cada vez mais. Boa parte dos textos lidos durante o mestrado e apresentados aqui foi utilizada a partir das disciplinas de Arqueologia Pública e Patrimônio Cultural, ambas ministradas pelo professor Lúcio.

À Prof. Dra. Maria Letícia Mazzucchi Ferreira, pelo o apoio que recebi durante a realização de minha pesquisa e durante o período que estive em Pelotas, cursando as disciplinas. Todo o auxílio e todas as cobranças foram fundamentais para que a dissertação tivesse um bom andamento. Além disso, deixo meu agradecimento à secretária do programa, Nanci Ribeiro, que sempre deu toda a contribuição necessária para que eu estivesse em dia com minhas obrigações.

À Prof. Dra. María Clara Rivolta, co-orientadora no convênio entre a Universidade Federal de Pelotas e a Universidade de Buenos Aires. Através dessa orientação consegui esclarecer vários aspectos confusos de minha investigação, utilizando essas contribuições em algumas discussões apresentadas na dissertação.

À Prof. Dra. Loredana Ribeiro, pelas contribuições dadas em minha banca de qualificação. Todas as críticas me deram a oportunidade de realizar mudanças importantes em minha pesquisa e fizeram com que eu tivesse uma maior consciência sobre os diversos problemas iniciais da mesma.

Ao Prof. Dr. Jairo Henrique Rogge, que me recebeu no Instituto Anchieta de Pesquisas, em São Leopoldo, e deu todo o apoio possível para que eu encontrasse documentos referentes aos levantamentos efetuados pelo PRONAPA. A conversa que tivemos sobre as pesquisas realizadas no noroeste do Rio Grande do Sul contribuiu para que eu tivesse mais segurança ao argumentar sobre os locais onde as pesquisas do PRONAPA ocorreram.

Durante uma semana do ano de 2010 tive a oportunidade de viajar até a cidade de Tubarão – SC e conhecer o GRUPEP (Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia). Agradeço à Prof. Dra. Deisi Scunderlick Eloy de Farias por ter me dado a possibilidade de me hospedar em Tubarão e de conhecer alguns dos sítios pré-coloniais que estão sendo pesquisados no sul de Santa Catarina. As conversas sobre os levantamentos de sítios arqueológicos realizados nessa região me deram boas ideias para trabalhar futuramente na região de Cruz Alta. Agradeço também ao mestrando em História, pela PUCRS, Gilson Laone Pereira, que deu importantes sugestões sobre os trabalhos de educação patrimonial que foram realizados pelo GRUPEP e sobre as intervenções arqueológicas que foram realizadas pelo mesmo grupo.

Uma boa porcentagem dessa pesquisa surgiu a partir da contribuição do Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira, que enviou por correio seus trabalhos de mestrado e doutorado. O levantamento etno-histórico surgiu como uma possibilidade devido ao conhecimento do trabalho realizado pelo professor Jorge Eremites. Agradeço muito por essa contribuição

Não posso deixar de agradecer, também, ao meu amigo Jonathan Santos Caino. Agradeço pela amizade, pelo apoio, pelas conversas a respeito de minha pesquisa, pelas críticas. Nós dois passamos por diversas situações semelhantes, já

que realizamos pesquisas sobre Cruz Alta, no mesmo mestrado e recebemos as mesmas oportunidades de bolsas de estudo, concedidas pela CAPES.

À Eliane Chim, acadêmica de arqueologia da FURG. Uma amiga que, através de várias horas de conversas por MSN e pessoalmente, muito contribuiu para a construção deste trabalho. O seu interesse em entender e opinar sobre o mesmo foi importantíssimo. Muito do que pesquisei não teria sido realizado sem sua ajuda.

Agradeço o auxílio de Lucas Antônio da Silva, mestre em História pela UFRGS. Através de e-mails trocamos algumas informações a respeito dos sítios identificados na região no noroeste do Estado. Durante sua graduação, Lucas esteve envolvido com a composição do Inventário Sistemático do Patrimônio Pré-Histórico do Rio Grande do Sul e, assim, me passou dados e informações importantes sobre os sítios localizados pelo PRONAPA.

À arquivista do Museu Antropológico Diretor Pestana, Sandra Schinwelski Maldaner, e ao assistente de pesquisa, Nilo Mateus Fricke, pela boa recepção no museu e pelo auxílio na busca de documentos referentes às pesquisas de José Proenza Brochado pelo PRONAPA.

Agradeço às pessoas que contribuíram para que parte da minha pesquisa fosse realizada em Buenos Aires e Tilcara: A Profa. Ana María Zubieta, por ter nos recebido em Buenos Aires, ao secretário Cláudio Guevara, por ter oportunizado minha visita ao Instituto de Arqueologia da Universidade de Buenos Aires. Ao coordenador do Instituto de Arqueologia Guillermo Goñalons, por ter me recebido e apresentado aos seus doutorandos que trabalham com a análise de instrumentos líticos. Aos doutorandos Rodolphe Huguin e Federico Restifo, pela ajuda com a pesquisa bibliográfica e por terem me apresentado diferentes abordagens a respeito da análise lítica.

Não deixo de agradecer também à Prof. Dra. María Magdalena Frère, por ter me convidado, em outra oportunidade, a visitar o Instituto de Arqueologia e conhecer suas pesquisas sobre cerâmica pré-colonial. À doutoranda Mariana Vigna, também do Instituto de Arqueologia, por mostrar um pouco de sua investigação e por me ensinar um pouco a prática da análise lítica. Ao Prof. Pablo Quintero, por ter contribuído para o meu entendimento sobre os estudos de colonialidade do poder, por meio de sugestões e do seminário ministrado por ele. À Pablo Gutkin, por ter propiciado a nossa estadia na Residência Universitária em Tilcara. À Aylén Fonseca,

da Seção de Etno-História da Faculdade de Filosofia e Letras da UBA, pela ajuda com a pesquisa bibliográfica e busca de informações sobre Etno-História.

Deixo um agradecimento especial à amiga Clarissa Odil Lamaison, que aceitou ler meu trabalho e ajudou com a revisão de português. Sem essa ajuda, teria incluído na dissertação algumas palavras que não existem, argumentos que não eram meus, enfim, alguns erros que poderiam comprometer o meu trabalho.

Agradeço a todos os meus colegas e professores do mestrado, por todo o auxílio, amizade e pela boa companhia durante esses dois anos de convivência. Agradeço também ao amigo arqueólogo, André Loureiro, pelas contribuições e conversas sobre minha pesquisa. À Anderson Garcia, mestrando em Patrimônio cultural pela UFSM, pelas conversas e sugestões sobre o estudo do período pré-colonial.

Deixo um agradecimento especial às colegas e grandes amigas Ilza Carla Favaro de Lima, Mariciana Zorzi, Estefânia Jaékel da Rosa e Luísa Maciel. O Período que morei em Pelotas se tornou muito mais agradável em função dessas excelentes companhias. Além disso, recebi importantes conselhos e contribuições a respeito de minha dissertação. À Mari Zorzi e Cristiano Gehrke um duplo agradecimento por terem me hospedado, várias vezes, em Pelotas. Deixo meu agradecimento também à colega Vanessa Patzlaff Bosenbecker e à Isadora Finoketti Malicheski, grandes amigas que me ajudaram a enfrentar, através de boas conversas, vários problemas (sejam eles referentes ao mestrado, ou não). À Rerê, deixo um abraço do tamanho do Brasil.

RESUMO

ALMEIDA, Fernando Silva de. **Arqueologia e história na terra dos bugres: Em busca da visibilidade indígena na região de Cruz Alta - RS.** 2012. 111p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O objetivo deste trabalho é realizar uma investigação, baseada em um levantamento etno-histórico, sobre a presença de grupos indígenas vivendo desde períodos imemoriais na região de Cruz Alta. São introduzidas informações arqueológicas e documentais que atestam a presença de grupos Guaranis e Kaingangues ocupando o atual território do município. Além disso, avaliam-se alguns fatores que levaram as comunidades indígenas a serem desconsideradas nos discursos históricos. Para isso, realizaram-se levantamentos de bibliografia referente ao colonialismo, ao papel da arqueologia como reprodutora dessa ideologia, aos discursos sobre grupos indígenas nos projetos de nação por intelectuais brasileiros no século XIX e XX, além de alguns aspectos sobre discursos identitários referentes aos grupos indígenas no Rio Grande do Sul e também no município onde se realiza esta pesquisa: Cruz Alta. Evidencia-se que são inúmeras as histórias que podem ser contadas, por diferentes atores sociais, e que os sítios arqueológicos existentes na região não se configuram ainda como um patrimônio arqueológico da sociedade, considerando o desconhecimento dessa materialidade pré-colonial, bem como da própria história indígena. Assim, através da pesquisa histórica, entende-se que outras visões do passado podem ser desveladas, contribuindo para a construção de identidades culturais múltiplas.

Palavras-Chave: Arqueologia, História, Povos Indígenas

ABSTRACT

ALMEIDA, Fernando Silva de. **Arqueologia e história na terra dos bugres: Em busca da visibilidade indígena na região de Cruz Alta - RS.** 2012. 111p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The objective of this study is to perform an investigation, based on ethno-history study, about the presence of indigenous groups living since pre-colonial periods in the region of Cruz Alta. Are introduced archaeological and documentary information about the presence of groups Guaranis and Kaingangues occupying the actual territory of the city. In addition, are evaluated some factors which led the indigenous communities to be disregarded in historical discourses. To achieve this goal, surveys were done about the colonialism literature, the role of archeology as a reproducer of this ideology, the discourse about indigenous groups in national projects by brazilians intellectuals in the nineteenth and twentieth centuries and some aspects of the identity discourses about indigenous groups in the state of Rio Grande do Sul and also in the county where this research takes place: Cruz Alta. Is evident that there are many more stories that can be counted by different social actors, and the archaeological sites existing in the region still not are depicted like an archeological heritage of society, considering the lack of knowledge about the pre-colonial materiality and indigenous history. Thus, through historical research, it is understood that other visions of the past can be discussed, contributing to the construction of multiple cultural identities.

Keywords: Archaeology, History, Indigenous Peoples

Lista de figuras

Figura 1	Monumento da Panelinha, em Cruz Alta	43
Figura 2	Mapa com a localização, destacada, do município de Cruz Alta	50
Figura 3	Imagem de satélite apontando a localização dos 4 (quatro) primeiros locais de interesse arqueológico em Cruz Alta	54
Figura 4	Imagem de satélite apontando a localização do Sítio da casa de passagem indígena	54
Figura 5	Sítio da casa de passagem indígena	55

Sumário

Introdução	13
Lugares pesquisados e informações complementares	17
1 “À custa da construção negativa do outro”: Colonialismo, arqueologia e outras histórias.....	19
1.1 “A filosofia moderna do <i>eu conquisto</i> ”: Colonialismo e invisibilidade.....	19
1.2 “Pilares da identidade nacional”: Arqueologia e Colonialismo.....	24
1.3 O Brasil, o indígena e a construção da nação.....	31
1.4 O Rio Grande do Sul e os “povos sem origem” do Estado.....	38
1.5 Cruz alta e os “bugres selvagens”.....	42
2 Uma Etno-História da região de Cruz Alta.....	49
2.1 Características do município	49
2.2 Os antecedentes da pesquisa	52
2.3 Trabalhando com as fontes para compreender uma Etno-história.....	56
2.4 A presença indígena na região de Cruz Alta.....	59
3 Considerações sobre memória, história, patrimônio e arqueologia.....	76
3.1 Sobre como uma pesquisa compõe uma memória histórica	77
3.2 A questão do patrimônio: Serão os sítios arqueológicos patrimônios da sociedade?.....	80
3.3 Construindo e conhecendo outras histórias	85
3.4 Considerações a respeito dos sítios arqueológicos encontrados em Cruz Alta e possíveis ações futuras para a expansão das pesquisas.....	96
Considerações finais	98
Referências	104
Anexos	111

Introdução

Os objetivos desta dissertação passaram por diversas mudanças durante o ano de 2010. O projeto inicial referia-se ao documento arqueológico – no caso o material lítico¹ - como uma fonte de memória da sociedade. Com o passar do ano, por meio das disciplinas que teorizavam a memória social, percebeu-se que a mesma é frequentemente associada às histórias de vida, às memórias dos grupos sociais. Um sítio pré-colonial, em Cruz Alta - RS, composto por materiais em pedra lascada, não faz parte da memória da sociedade contemporânea, considerando o desconhecimento de sítios arqueológicos e a ausência de uma relação entre esse registro arqueológico pré-colonial e a sociedade.

Em função do pouco tempo para a realização de uma escavação mais ampla e de uma equipe com poucas pessoas, passou-se a pensar na investigação bibliográfica, ao invés do trabalho de campo. O fato de se estudar em Pelotas - RS e ter sítios a escavar em Cruz Alta tornou difícil o empenho em realizar um trabalho maior. Tendo disciplinas a cursar, seminários a fazer, artigos a escrever, a tarefa se tornou complicada.

Mesmo assim, foi agendada em novembro de 2010 uma intervenção em um dos locais onde foram encontrados materiais arqueológicos. A pesquisa iria acontecer com o auxílio de alguns alunos do Curso de Arqueologia da Universidade Federal de Rio Grande, do Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas e alguns alunos e ex-alunos do Curso de História da Universidade de Cruz Alta. Com os materiais de campo organizados, a pesquisa foi interrompida um dia antes da viagem de Pelotas até Cruz Alta, pois o local onde

¹ Os materiais líticos citados foram encontrados no município de Cruz Alta, por meio das atividades do Núcleo de Arqueologia da Universidade de Cruz Alta. Sendo assim, buscava-se uma pesquisa que contemplasse a análise e interpretação desses materiais arqueológicos.

estão os sítios é uma área de proteção ambiental, criada a partir da atuação do CEPPA (Centro de Estudo, Pesquisa e Preservação Ambiental) da Universidade de Cruz Alta. Seriam necessários documentos que explicassem a pesquisa e outros identificando quem eram os responsáveis, para que a atividade pudesse ser realizada.

O orientador tentou, de outras formas, iniciar o trabalho, tendo em vista a eminente expiração dos prazos legais de licença para atuar na área. A UNICRUZ encaminhou suas avaliações internas com base em um estatuto próprio, com valor legal duvidoso. Seria necessário, então, proceder com uma ação junto ao IPHAN. Solicitou-se junto ao órgão a alteração da área de escavação – um dos sítios se localiza num terreno da prefeitura municipal, na área urbana de Cruz Alta – mas não houve êxito². Portanto, a contar da data da qualificação desta pesquisa, no primeiro semestre de 2011, percebeu-se a pesquisa bibliográfica como uma alternativa possível para se pensar a ocupação pré-colonial da região.

Ao longo do ano de 2010 foram investigadas fontes bibliográficas que comprovavam a existência de grupos indígenas na região noroeste do Rio Grande do Sul. Assim, pensou-se no uso desses dados para compor uma história indígena da região noroeste. Paralelamente, foram encontradas discussões sobre a “invisibilidade” dos grupos indígenas em projetos identitários nacionais, regionais e locais. Assim, surgiu a possibilidade de usar os dados etno-históricos para dialogar sobre essa suposta invisibilidade.

Outro objetivo inicial da dissertação era definir o sítio arqueológico pré-colonial como patrimônio arqueológico, e argumentar sobre a possibilidade do mesmo contribuir na construção da identidade cultural dos grupos sociais. Porém, a pesquisa tomou outros rumos, levando a crer que seria fundamental problematizar a noção de patrimônio. Não mais um patrimônio como uma condição *sine qua non*, mas a partir de uma construção social (PRATS, 1998) que não se fundamenta somente a partir da identificação de sítios arqueológicos. Utilizando a ideia de que o patrimônio nasce do reconhecimento e envolve ações políticas, a problematização se constrói a partir de uma cultura material que ainda não é conhecida.

É preciso lembrar que esta pesquisa é o início de um processo de compreensão da história das sociedades pré-coloniais na região de Cruz Alta e

² O IPHAN encaminhou os pedidos de retificação à UNICRUZ (antigo local de trabalho orientador) e não à UFPel. Os pedidos nunca chegaram às mãos do responsável pela pesquisa.

também uma pesquisa voltada à discussão sobre a noção de patrimônio cultural e das representações construídas a respeito do passado do município. Não se pode chegar ao ponto de caracterizar um sítio arqueológico como um patrimônio cultural de Cruz Alta, sendo que os próprios cruz-altenses ainda não conhecem essa cultura material.

A lógica do estudo do patrimônio cultural se deve ao fato que o mesmo só tem sentido em meio às comunidades vivas. Levando em consideração a falta de relação entre a cultura material pré-colonial e a sociedades indígenas contemporâneas, por exemplo, percebe-se que muito do que é considerado como patrimônio arqueológico é associado a comunidades que “deixaram de existir”, portanto, se limita a possibilidade de povos indígenas contemporâneos associarem esse registro arqueológico a partir de seus interesses e objetivos. As comunidades indígenas atuais, muitas vezes são consideradas mestiças, aculturadas, etc. Sendo assim, a cultura material pré-colonial, que serviria para a construção de identidades culturais é considerada como um elemento do passado que não diz respeito às comunidades citadas. Além disso, boa parte das representações sobre o passado do município de Cruz Alta – cenário onde se realizou esta pesquisa – é excludente no que diz respeito aos grupos indígenas, não somente por motivos de desconhecimento, mas também por construções históricas negligentes em relação à presença de grupos Kaingangues e Guaranis, que estiveram na região durante o período de consolidação do pouso de tropeiros (que mais tarde se tornaria o atual município).

O objetivo seria então demonstrar que a cultura material pode servir não somente como um patrimônio arqueológico estático e referente ao passado, mas pode servir para compreender a história de uma determinada região, de uma determinada comunidade, para criar um vínculo com o presente. Apesar dos discursos que camuflam a história indígena, o estudo da cultura material pode gerar novas maneiras de abordar o passado e a sua relação com o presente.

É possível a construção de um trabalho que não distancie o conhecimento do período pré-colonial em relação à história indígena. Segundo Jorge Oliveira, “a pré-história do Novo Mundo pode ser compreendida como a arqueologia do índio americano” (2002, p. 37), o que leva a crer que há uma lógica em estudar um sítio arqueológico no interior do Rio Grande do Sul e pensar esse sítio como sendo parte das primeiras evidências de grupos indígenas na região, associando esse estudo à posterior ocupação tropeira que manteve intensos contatos interétnicos com grupos

indígenas. Percebeu-se, então, que seria interessante abordar que o processo de ocupação do município não se fundamenta somente a partir das versões tradicionais, que associam a ocupação da região aos padres jesuítas e aos bravos tropeiros. Seria preciso pensar em uma forma de construir uma relação entre essa história indígena e a descoberta dos materiais pré-coloniais – proposto na dissertação - e demonstrar que existem possibilidades de se pensar o passado de maneiras alternativas.

Sendo assim o texto da presente pesquisa foi dividido em três capítulos. O primeiro busca compreender o motivo para a caracterização inferiorizada das comunidades indígenas em comparação com os colonizadores europeus. Estuda-se o que na literatura atual difunde-se como colonialismo. Em um segundo momento a arqueologia é apresentada como uma das protagonistas deste processo, por desconsiderar as comunidades indígenas contemporâneas na pesquisa arqueológica. O projeto de nação brasileiro e sua relação com as sociedades indígenas, alijadas da história contada pela intelectualidade brasileira, responsáveis pela escrita da nação, é enfocada em um terceiro momento. O município de Cruz Alta contribuiu para a negligência e preconceito em relação aos povos indígenas, não sendo uma particularidade sua, mas uma ação deliberada no Estado do Rio Grande do Sul, e é o foco final deste capítulo. Após analisar a ação de encobrimento dos povos que ocupavam amplamente a região, passa-se a dar enlevo ao que ficou nos textos, que de uma forma ou outra abordam esta temática, o que se realiza no capítulo dois desta dissertação.

Esse segundo capítulo busca compreender, através de um estudo etno-histórico, um pouco sobre a história dos grupos indígenas na região noroeste do Rio Grande do Sul. Para alcançar esse objetivo, realizaram-se levantamentos de fontes textuais sobre a presença de grupos indígenas em períodos posteriores à chegada dos primeiros jesuítas e tropeiros na região. Também foi realizada uma pesquisa sobre as evidências arqueológicas localizadas pelo PRONAPA, na década de 60, e demais informações sobre a presença indígena contemporânea, levando em consideração que esses grupos ainda estão no município.

O terceiro e último capítulo argumenta sobre a ideia de que essas informações etno-históricas não se configuram ainda como uma memória histórica do município, devido aos discursos oficiais e tradicionais do mesmo. Além disso, os sítios arqueológicos evidenciados não são considerados como patrimônio da

sociedade, devido ao fato de que a sociedade interpreta e reinterpreta a cultura material – e também o passado – de diversas maneiras, contribuindo, por exemplo, para que o registro arqueológico pré-colonial não seja percebido como a materialidade dos primeiros grupos indígenas que chegaram e ainda estão na região. Levando em consideração de que não é somente a ciência que interpreta o passado, percebe-se que todos esses discursos excludentes são reinterpretações que constantemente são reproduzidas, dando força ao preconceito sobre a memória histórica indígena.

Além disso, enfatiza-se no terceiro capítulo que já faz algum tempo que as sociedades indígenas estão, cada vez mais, buscando reivindicar e discursar sobre suas próprias histórias. Afirma-se também que a arqueologia pode contribuir para fortalecer essas histórias indígenas, utilizando o conhecimento do passado para o fortalecimento de identidades culturais múltiplas. Os vestígios arqueológicos são as evidências necessárias para o início uma pesquisa sobre grupos que viveram em períodos remotos se comparados à formação do município.

Estudar um sítio arqueológico pré-colonial diz respeito à busca de um sentido entre esse passado longínquo e o presente. Conhecer o passado é uma maneira de se ter mais conhecimento sobre o presente; compreender o motivo que levou a cidade ser da forma como ela é, com suas memórias, histórias, tradições. A sociedade pode construir sua identidade cultural a partir do esclarecimento sobre o passado e a arqueologia é uma forma de desvelar uma parte desse processo.

Lugares pesquisados e informações complementares

Ao longo de 2010 e 2011, foram realizadas pesquisas bibliográficas para compreender um pouco sobre a presença de grupos indígenas na região noroeste. Essas pesquisas basearam-se em livros sobre a história do município de Cruz Alta (CAVALARI, 2004; ROSA, 1981; ROCHA, 1980), alguns trabalhos de conclusão de curso com foco para a região de Cruz Alta (QUEVEDO, 2009; ALMEIDA, 2008), entre outras fontes bibliográficas com foco para a história do noroeste do Rio Grande do Sul. Além disso, realizou-se uma visita ao Museu Antropológico Diretor Pestana em Ijuí, onde foram encontrados documentos referentes às pesquisas do PRONAPA no noroeste do Estado. Também se cita a visita ao Instituto Anchieta de Pesquisas onde se obtiveram maiores informações sobre as prospecções do

PRONAPA, realizadas por José Proenza Brochado na mesma região. Por fim, menciona-se a ida à Argentina, por três meses, em função do convênio entre o Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas e a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires, Lá foram investigadas bibliografias referentes à colonialidade do poder e as pesquisas de arqueólogos argentinos sobre a relação entre a cultura material e as sociedades indígenas.

Não foram realizados trabalhos de campo, ou seja, não foram realizadas novas prospecções nas áreas onde foram encontrados os materiais arqueológicos, nem intervenções sistemáticas mais amplas nessas áreas. Os materiais encontrados também não foram submetidos a análises de laboratório. Isso está relacionado ao fato de que o antigo Núcleo de Arqueologia da Universidade de Cruz Alta não está mais em funcionamento e os materiais foram transferidos para algum outro lugar da universidade.

Sobre as traduções: Toda a bibliografia, publicada em espanhol e inglês, nesta dissertação, foi traduzida pelo autor desta pesquisa. Possíveis erros de tradução devem ser atribuídos ao mesmo.

Sobre o uso do termo *indígena*: Durante algum tempo, foram lidos diversos trabalhos que utilizam diferentes termos para argumentar sobre os povos indígenas. Termos como *povos nativos*, *originários*, *first nations*, *autóctones*, *emergentes*. Optou-se pelo termo mais conhecido e utilizado, porém, reconhece-se a grande diversidade de povos indígenas que existe no continente.

1 “À custa da construção negativa do outro”: Colonialismo, arqueologia e outras histórias

O capítulo apresenta alguns fatos referentes à construção da inferioridade e invisibilidade dos indígenas em relação aos colonizadores europeus. Trata-se do colonialismo. Além disso, a arqueologia, em um bom período de sua existência no Brasil, contribuiu para esta construção ao desconsiderar a contemporaneidade dos povos indígenas em suas pesquisas. Discute-se também o projeto de nação brasileira e sua relação com os povos mencionados. Vê-se a responsabilidade dos intelectuais brasileiros nessa tarefa. A negligência e preconceito em relação aos povos indígenas são vistos como ações deliberadas no Estado do Rio Grande do Sul e em Cruz Alta. Analisar a ação de encobrimento sobre os indígenas é um objetivo que se elabora para a noção de memória, que é um dos focos deste mestrado e pode contribuir para uma maior valorização do patrimônio local. O primeiro enfoque, o colonialismo, é abordado a seguir.

1.1 “A filosofia moderna do *eu conquisto*”: Colonialismo e invisibilidade

“Assim, nada tem de igualitária e horizontal a relação entre colonizadores e colonizados; esta assimetria se chama colonialismo” (GNECCO, 2003, p. 2).

Aqui se constrói um esboço a respeito da ideologia do colonialismo e, a partir daí, cria-se uma ligação com um dos objetivos propostos nesta dissertação, que é a aproximação etno-histórica no noroeste do Rio Grande do Sul. Procura-se relacionar esse esboço com os discursos sobre os grupos indígenas e com a presença desses grupos sociais na história e identidade do município de Cruz Alta, espaço onde

recentemente se encontraram vestígios arqueológicos pré-coloniais e onde se realizou esta pesquisa.

O colonialismo na América pode ser visto como uma ideologia que favoreceu histórias protagonizadas por colonizadores europeus, em contraste com outras histórias, protagonizadas por personagens que não raramente foram considerados seres inferiores se comparados aos novos visitantes. Segundo Lima,

o colonialismo construiu e se alimentou todo o tempo de figuras de alteridade, fundando e sustentando maniqueisticamente a identidade dos dominantes à custa da construção negativa do outro e da sua exclusão, como bem apontaram Hardt & Negri (2003, p. 141 apud LIMA, 2007, pp. 15-16).

A construção da ideia do outro e de sua inferioridade geraram consequências que se associam com a maneira com que os grupos indígenas são vistos atualmente, é uma construção histórica. É interessante notar como esses grupos são representados nas histórias locais, regionais e nacionais. Conforme Lima,

[...], as genealogias passaram a ser traçadas no máximo até os conquistadores, remetendo a partir daí ao colonizador europeu, ou, na melhor das hipóteses, à nação africana de origem, apagando-se a ancestralidade indígena (LIMA, 2007, pp. 15-16).

Os milhares de anos de ocupação da América não fazem parte da genealogia apresentada nos discursos sobre o passado, já que os protagonistas dessa história de milênios não eram o perfil de ser humano digno de povoar o território. O intuito dos colonizadores era eliminar o indígena, e uma das formas de realizar tal tarefa era integrá-los em uma história em comum. Segundo Mignolo,

o colonialismo foi uma ideologia distinta, na medida em que sua implementação significava “integrar” distintos povos às ideologias da modernidade europeia; fazer que distintos povos que tinham nada a ver com o cristianismo se convertessem à cristandade; [...]. Para isso foi necessária a ideologia colonialista, para homogeneizar o planeta e integrar as populações às ideologias [...] “liberadoras” da modernidade europeia (MIGNOLO, 2003, p. 30).

A partir das chegadas dos europeus, começou a se evidenciar um novo tipo de relação social e um ideal de colonização que adequava o modo de vida dos povos indígenas aos objetivos de modernidade europeia. Integrar, dentro de uma

história comum, é uma forma de se esconder a identidade de um determinado grupo social.

A América, em seu período pré-colonial, era ocupada por diversos grupos sociais distintos. José Rojas argumenta que o termo “índio” é um termo trazido pelos colonizadores (ROJAS, 2008, p. 95), fazendo com que essa grande diversidade de povos que existiam no continente se agrupasse sob uma só denominação. Segundo José Rojas, o uso do termo

[...], agrupa os naturais da América para distingui-los dos europeus, porém, a realidade é que os povos americanos interagem há séculos, nomeando uns aos outros, se enfrentando, colaborando, se mesclando e realizando quantas atividades humanas possam nos ocorrer. O que nunca ocorreu com eles foi se considerarem iguais uns aos outros. Inclusive alguns desconheciam a existência de muitos outros (ROJAS, 2008, pp. 95-96).

Conforme Enrique Dussel (2011, p. 19), a filosofia moderna do *eu conquisto* situou povos e culturas e os dominou dentro de suas próprias fronteiras, como coisas, como seres manipuláveis. Segundo o mesmo autor, essa ideologia colocou os povos nativos da América como entes interpretáveis e a língua hegemônica os batizou com seus próprios nomes ao “descobri-los” e explorá-los (idem).

O pensamento moderno sobre os povos indígenas fez com que se construísse uma imagem destes como sociedades atrasadas, selvagens, inferiores aos conquistadores, portanto, poderiam ser convertidos e subjugados. Essas diferenças se criaram em um espaço que começou aos poucos ser ocupado pelos colonizadores, fazendo com que as sociedades indígenas se tornassem “bárbaros no espaço” e “primitivos no tempo” (MIGNOLO, 2003, p. 42).

O colonialismo foi a mais monstruosa criação da modernidade (GNECCO, 2003, p. 1). Segundo Cristóbal Gnecco, argumentando sobre a maneira com que os grupos indígenas foram percebidos, afirma que

o outro foi criado como uma imagem negativa do eu europeu, como um sujeito colonizado. [...]. A diferença entre o eu e o outro é hierárquica porque o primeiro se assume como primário, auto-formado, ativo e complexo; o eu é o intérprete e o outro o interpretado. A alteridade é parte de uma relação histórica, não uma coisa em si mesma, e está mediada pela ordem colonial (ibidem, pp. 1-2).

O “outro” seria o índio, que já estava naquele continente há muito tempo e, por discursos colonialistas passou a ser interpretado e explorado pelos recém-

chegados. Além disso, se percebe no colonialismo o discurso de conversão, pregado a partir de uma visão europeia de progresso, não compartilhada pelos povos nativos da América. Conforme Walter Mignolo,

[...] a “unidade” da civilização ocidental reside em um discurso de conversão religiosa ou secular (missão civilizadora), de progresso e desenvolvimento, de uma felicidade que se alcançará no céu, com o progresso civilizatório, o desenvolvimento econômico e a democracia eleitoral (MIGNOLO, 2010, p. 11).

Por não se adequarem a essa maneira de perceber e explorar o mundo, os grupos indígenas foram tratados como um entrave aos propósitos colonialistas. Como será visto mais adiante, essas noções de progresso, futuro e a busca da composição de uma história da minoria, foi muito comum nos discursos sobre o passado do município de Cruz Alta.

O colonialismo fez com que uma minoria – levando em consideração a grande quantidade de grupos indígenas que aqui viviam no período colonial, comparada com o número de colonizadores que aqui chegaram – buscasse impor um modo de vida moderno e justificasse, por exemplo, o escravismo e a exploração, práticas essas que são justificadas desde tempos mais antigos, como afirma Enrique Dussel:

As filosofias clássicas helenístico-romanas, com algumas exceções, se articularam de fato aos interesses das elites, grupos ou classes dominantes escravistas e justificaram sua dominação [...]. É fácil compreender aquilo de que “o escravo é por natureza escravo” de Aristóteles, ou a intenção dos Estóicos e Epicureus de propor uma salvação individual aos cidadãos do império para, por uma parte, dar consciência tranquila a todos seus membros e, por outra, sacralizar ao império, manifestação terrena dos deuses do cosmopolitismo (DUSSEL, 2011, p. 27).

Sendo assim, percebe-se que a ideologia do colonialismo transformou os povos indígenas da América em escravos, mão-de-obra, atrasados, selvagens... Essa ideologia buscou torná-los povos sem história, através da supressão dessa mesma história e da construção de conceitos que os tornavam povos não autênticos, inferiores, mestiços. Segundo Walter Mignolo, a mestiçagem é uma invenção moderno/colonial (2003, p. 46), utilizada segundo propósitos colonialistas. Esse conceito é utilizado, por exemplo, para classificar indivíduos segundo a sua autenticidade, também para desconsiderar a história desses indivíduos. Assim são os *povos sem origem* do Rio Grande do Sul, assim são os *bugres* de Cruz Alta.

Tudo isso nunca significou, em realidade, que o colonizador possuísse essa superioridade, como se fosse algo natural. Esses acontecimentos não fizeram com que as sociedades indígenas permanecessem invisíveis. Um dos argumentos que é importante destacar é que ser inferiorizado por uma ideologia não significa ser invisível. Conforme Walter Mignolo (2003, p. 23), as consequências do colonialismo foram o silêncio, a impossibilidade de ingressar no diálogo de pensamento e de passar a ser pensado, porém

[...] por certo que a redução ao silêncio não significou que aqueles quem desconheciam a tradição Grego-Latina se sujeitaram, não resistiram, tampouco escreveram, senão que o que escreviam ou diziam não chegava à imprensa controlada por quem impunha o silêncio, [...] (idem).

Sendo assim, destaca-se a suposta invisibilidade como uma consequência do colonialismo, e não como uma condição natural, referente a uma superioridade étnica. Segundo Walter Mignolo,

todos esses projetos surgem da tomada de consciência de que não se trata de “diferenças culturais”, [e sim de] “diferenças coloniais”. As diferenças coloniais foram construídas pelo pensamento hegemônico em distintas épocas, marcando a falta e os excessos das populações não europeias, [...], que era necessário corrigir. [...]. (ibidem, p. 27).

Segundo o pensamento colonial, sobre os povos indígenas, estes seriam “muito” selvagens ou “pouco” desenvolvidos, assim como os europeus seriam “mais” desenvolvidos, “mais” complexos, etc. Porém, não está se falando de povos atrasados e selvagens, povos que foram completamente dizimados, que sucumbiram frente ao projeto de colonização europeia, etc. Se fala em sociedades que não pensavam como os colonizadores, que resistiram à ideologia que buscou torná-los inferiores e invisíveis. A ideia, então, é começar a compreender essa ideologia e problematizá-la.

Portanto, relaciona-se essa ideologia e as suas consequências ao que se vê hoje no município onde se realizou essa pesquisa. Assim como em diversos lugares do Estado, no município de Cruz Alta os povos indígenas são considerados povos sem autenticidade. Hoje em dia não se fala mais em *selvagens*, pois essa é uma expressão utilizada em períodos históricos mais recuados e também é frequentemente utilizada nos textos sobre Cruz Alta. Porém, as denominações como

“bugre” são comuns, fazendo com que não se reconheça a etnicidade desses grupos sociais.

Analisando esses argumentos e pensando na dissertação que se apresenta, busca-se estabelecer uma relação entre o colonialismo e a arqueologia, já que essa ciência teve um papel importante em todo o processo:

Qual é o lugar da arqueologia nesta discussão? As arqueologias latino-americanas formaram parte do aparato modernizador ativado pelas elites republicanas liberais para recuperar o tempo perdido. Seu papel foi incorporar o outro de uma maneira retórica, não importa que fosse através de sua supressão. Em outras palavras, contribuíram a criar as identidades nacionais (GNECCO, 2003, p. 4).

A arqueologia, como afirmado acima, também foi responsável pela exclusão das sociedades indígenas contemporâneas na interpretação do registro arqueológico, ou seja, a arqueologia teve um papel fundamental ao afirmar, por exemplo, que a materialidade dos grupos culturais que estuda nada tem a ver com as sociedades indígenas contemporâneas, além de ter contribuído para a construção de identidades nacionais não indígenas. Um pouco desse assunto será abordado no subitem em sequência.

1.2 “Pilares da identidade nacional”: Arqueologia e Colonialismo

Dante Angelo afirma que a arqueologia serviu, por muito tempo, como “reprodutora do colonialismo interno” (ANGELO, 2005, p. 187), considerando o papel da arqueologia nos países da América Latina e a maneira como essa ciência, muitas vezes, reproduziu essa ideologia através de suas interpretações.

Destaca-se que os vestígios arqueológicos encontrados em solos brasileiros são diferenciados aos encontrados em outros lugares da América Latina, como por exemplo, no Peru, onde há sítios arqueológicos de sociedades incas que geram discursos identitários diferenciados. Tânia Andrade Lima exemplifica essa diferença quando afirma que uma maior identificação com o patrimônio arqueológico indígena ocorre em

[...] alguns países de colonização espanhola, onde floresceram culturas nativas mais complexas que deixaram vestígios esplendorosos, e nos quais a população indígena conseguiu se manter em números elevados. Em alguns casos, as genealogias não apenas recuaram a períodos anteriores

ao da conquista, como essa ancestralidade acabou por constituir um dos pilares da identidade nacional, [...] (LIMA, 2007, p. 16).

No Brasil existem diversas sociedades indígenas, porém, a associação que se faz entre a identidade nacional e a cultura indígena, não é tão marcante como em outros países. Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)³, vivem no país mais de 800 mil índios (cerca de 0,4% da população brasileira), sem deixar de mencionar os grupos que estão requerendo o reconhecimento de sua condição indígena junto à FUNAI. Porém, ainda é pequena a participação desses grupos nas pesquisas arqueológicas, sem deixar de mencionar os diversos fatores que os afastaram da identidade e história nacional. Segundo Barreto,

ao contrário de alguns países vizinhos onde o resgate do patrimônio arqueológico é movido pela identidade cultural das populações atuais, no Brasil, a arqueologia é marcada pela ruptura irreversível na sua história, que foi o extermínio das populações indígenas e a construção de uma sociedade nacional branca, não indígena. Também, ao contrário de outros países onde a legislação de proteção deste patrimônio é fruto da demanda de grupos regionais ou nacionais que buscam fortalecer suas tradições culturais, no Brasil, esta legislação é promovida por uma pequena elite intelectual sendo promulgada de formada paternalística ou autoritária pelo Estado (BARRETO, 2000, p. 34).

Não ocorre, assim, uma maior identificação – seja pelos grupos indígenas ou pelo público em geral – com o patrimônio arqueológico pré-colonial.

É imensa a quantidade de sítios arqueológicos no continente americano, levando em consideração toda a ocupação pré-colonial nesse território. Por outro lado, a fragilidade dos materiais encontrados em campo e sua difícil visibilidade são alguns dos fatores que tornam o seu conhecimento restrito. Conforme Cristiana Barreto,

a Arqueologia no Brasil é marcada não só pela falta de identificação étnica e cultural com o passado indígena, mas ainda sofre o agravante do caráter pouco monumental e modesto do patrimônio material, em grande parte perecível e de difícil conservação, dificultando ainda mais a valorização e identificação cultural com este patrimônio por parte da sociedade em geral (BARRETO, 2000, p. 34).

Vários exemplos de sítios patrimonializados, possíveis de citar, são referentes a lugares como a Quebrada de Humahuaca (na província de San Salvador de Jujuy,

³ Dados do censo de 2010. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/>> Acesso em: 25 de fev de 2012.

na Argentina), Tiwanaku, na Bolívia (ANGELO, 2005), Cueva de Las Manos na Argentina (GURÁYEB; FRÈRE, 2008) e outros sítios declarados como patrimônio mundial pela UNESCO, discutidos a partir de sua importância como patrimônio e relacionados aos conceitos de memória, identidade e turismo. Exemplos de patrimônios não comparáveis aos inúmeros sítios arqueológicos pré-coloniais em seus mais variados tipos e estados de conservação. Segundo Rafael Curtoni,

no contexto latino-americano, a hegemonia ocidental ou anglo-americana do pensamento arqueológico é a que determina as formas de aproximação e interpretação do passado (CONDORI 1989; OLSEN 1991; POLITIS 1995; UCKO 1995). De igual maneira, o manejo, proteção, conservação e interpretação, usos e acessos aos recursos arqueológicos tem sido controlado basicamente por uma política ocidental de patrimônio. Esta situação implicou no surgimento de uma ideia de patrimônio mundial, promovendo a aplicação de valores universais sem discussão prévia (BYRNE, 1991 apud CURTONI, 2004, p. 439).

É possível afirmar, ainda, que em muitos lugares do país se construíram identidades associadas aos colonizadores europeus e o patrimônio arqueológico que se procura preservar é o patrimônio associado a esses grupos sociais. Tudo isso em contraste com o vasto patrimônio arqueológico pré-colonial existente no país.

Outro fator que afastou a arqueologia do interesse público é o fato de sua profissionalização ter se tornado uma atividade elitista, onde o público não participava das descobertas. Nick Merriman destaca como o elemento público da arqueologia veio a consistir de arqueólogos fazendo a gestão do patrimônio arqueológico *em nome* do público, ao invés de propiciar um maior envolvimento do mesmo no próprio trabalho (MERRIMAN, 2004, P. 3, grifo do autor).

Sendo assim, é possível perceber que a disciplina arqueológica, pela propriedade na interpretação do registro arqueológico, por muito tempo desconsiderou todo o envolvimento que é possível realizar com a sociedade em geral. Segundo Gnecco,

[...] os arqueólogos (e seus textos) se tornaram instrumentos no processo de “descobrimto” da verdade sobre o passado. Os arqueólogos se tornaram *experts* cuja tarefa principal foi revelar a verdade do que ocorreu no passado; se tornaram “profissionais da memória” (*sensu* WACHTEL 1986, p. 217) em virtude de seu papel na textualização dos discursos sobre os acontecimentos passados (GNECCO, 2003, pp. 5-6).

Assim começou a se produzir um tipo de discurso hegemônico sobre o passado, levando em consideração de que a sociedade em geral não participava das práticas arqueológicas. Os arqueólogos poderiam escrever aquilo que gostariam de escrever, conforme os seus objetivos pessoais e profissionais. É como afirma Trigger:

Essas interpretações [...] vêm a ser versões do passado criadas por arqueólogos que tentam, em circunstâncias históricas particulares, promover, ou defender, interesses e preferências sociais. Esses interesses variam e podem ser apoiados de diferentes maneiras. Doutrinas raciais podem ser usadas para promover a unidade nacional, ou para justificar a agressão colonial [...] (TRIGGER, 2004, p. 370).

O que se percebe, diante de todo esse contexto, é que hoje em dia o conhecimento sobre o passado pode ser utilizado conforme diversos objetivos. Segundo Don Fowler (1987, p. 240), a arqueologia produz diversas interpretações sobre o passado, que são muitas vezes utilizadas para propósitos colonialistas e nacionalistas. Além disso, afirma que os monumentos foram muitas vezes utilizados para legitimar autoridade e simbolizar ideais nacionalistas (idem), ou como argumentou David Lowenthal, que “como símbolos duradouros da história e da memória, as relíquias tangíveis também simbolizam identidade nacional” (LOWENTHAL, 1998, p. 166).

Além disso, a arqueologia também tem sua parcela de responsabilidade na exclusão de determinados atores da interpretação arqueológica. Segundo Gnecco,

a definição desse *locus* [a arqueologia produzindo a “verdade” sobre o passado] supõe, simultaneamente, a exclusão de outros, o que se traduziu na construção de um discurso histórico hegemônico. [...]. A arqueologia é um saber especialista que silencia outras histórias através da imposição do esquecimento forçado e sua substituição por continuidades e contiguidades temporais impostas, de maneira que aparece como o único discurso possível e legítimo (GNECCO, 2003, p. 6).

Dito de outra forma, a arqueologia pode gerar discursos a respeito do passado, silenciando histórias, sem a participação de outros atores sociais. Segundo Cristóbal Gnecco,

as disciplinas históricas participaram do processo colonial. A Arqueologia na América Latina, por exemplo, contribuiu para a alienação das histórias nativas ao cortar os laços entre as sociedades indígenas contemporâneas e os referentes materiais que o conhecimento científico agrupa sob o nome de

'registro arqueológico'. O fez de duas maneiras: negando os significados nativos e apropriando-se desses referentes, infundindo novos significados para uma história coletiva (usualmente chamada 'nacional') construída sobre uma dicotomia que celebra as sociedades nativas do passado enquanto condena suas contrapartes contemporâneas. O tempo (a história) indígena reificado e apropriado pelos discursos nacionais para construir comunidades mestiças [...]. A apropriação da história indígena pela história nacional, escrita e controlada por elites que desprezam o indígena e se sentem 'brancas', é um paradoxo brutal (2009, p. 16).

Segundo Cristóbal Gnecco, "as arqueologias latino-americanas foram feitas por e para mestiços, uma ferramenta da glorificação e densificação da unidade nacional, da qual foram excluídas as sociedades nativas" (ibidem, p. 17). Um dos meios que se utilizou para fortalecer a ideia de mestiçagem é a extinção do índio. Afirmar que hoje em dia eles não existem mais, tal como existiam no passado, e que a arqueologia é o estudo de sociedades mortas é uma dessas maneiras. Segundo Gnecco,

[...] esta separação, alcançada através do distanciamento temporal (alocronismo), foi uma das estratégias discursivas mais poderosas da antropologia na construção da alteridade (*sensu* FABIAN 1983). O "tempo físico" e o "tempo tipológico", duas das categorias temporais do discurso alocrônico da antropologia, foram usados pelos arqueólogos latino-americanos para naturalizar sua construção de um "outro" efetivamente localizado em "outro" tempo [...]. Conceitos como primitivo, tribo, pré-histórico, [...] e um longo etcétera foram ferramentas discursivas de distanciamento temporal mais que tipologias inocentes; o distanciamento foi uma cosmologia política (*sensu* FABIAN 1983:152) (GNECCO, 2003, p. 5).

O uso do termo "pré-histórico", por exemplo, serve para exemplificar essa separação entre o passado estudado pela arqueologia e as sociedades indígenas conhecidas historicamente. Como afirma Cristiana Barreto (2000, p. 36), isso é agravado por um certo "tecnicismo por parte da arqueologia acadêmica brasileira e pelo seu isolamento do restante das ciências humanas e sociais praticadas no país". A interpretação do registro arqueológico e sua terminologia distancia o público dessas descobertas e isso gera o desinteresse pelo passado. Conforme Barreto,

[...], a priorização do estudo de sítios em um passado distante, **que nada tem a ver com as sociedades indígenas conhecidas**, juntamente com a introdução de todo um novo jargão técnico tornaram o resultado de suas pesquisas pouco atraentes ao resto da comunidade acadêmica e ao público em geral que não mais acompanhava a relevância de tais estudos (BARRETO, 2000, p. 42-43, grifo meu).

Pode-se perceber, então, como o desconhecimento sobre sítios arqueológicos faz com que a grande maioria das pessoas pouco saiba a respeito de ocupações pré-coloniais. Isso é trazido à tona, inclusive, quando procuro conversar com pessoas da minha cidade a respeito do assunto. O resultado são sempre perguntas como: “Existem sítios arqueológicos? Em Cruz Alta”?

Por um lado, isso mostra um pouco sobre o que se conhece a respeito da relação entre as sociedades indígenas e os sítios arqueológicos pré-coloniais, já que no Estado do Rio Grande do Sul existe a afirmação, muito comum, de que não existem índios no Estado, que eles estão somente na Amazônia. E, por outro lado, mostra como é comum associar as atividades da arqueologia aos lugares mais conhecidos como patrimônios, enquanto os mais diversos sítios arqueológicos pré-coloniais viram alvo do desconhecimento.

Assim, através da exclusividade que a arqueologia possui para interpretar o passado, se define, por exemplo, quem tem o direito de escavar sítios arqueológicos. Um caso interessante é a intervenção arqueológica em sepultamentos associados a culturas indígenas. Como disse a índia Etelvina, da aldeia indígena de Palhoça-SC, distante aproximadamente 18 km de Florianópolis-SC: “Se fosse cemitério de branco e tivesse a cruz em cima ninguém ia profanar, não é mesmo?” (Revista ISTO É, 30 de Abril, 1997, p. 113 apud SOUZA, 1998, p. 434). Etelvina questiona as abordagens da arqueologia e a criação do museu arqueológico Igrejinha Nossa Senhora dos Navegantes, em Criciúma, e não se dá por satisfeita com a exposição de vasos Guaranis, pontas de flecha e um sepultamento humano: “Quem disse que a gente não conhece a história do nosso povo?”. A questão gira em torno da violência epistêmica⁴ produzida pela pesquisa científica e a falta de diálogo com a sociedade. Percebe-se que existe uma discussão, possível de se realizar, sobre a presença/ausência da identidade indígena nos estudos arqueológicos.

A pesquisa arqueológica não envolve somente a interpretação sobre um passado que está morto. Como afirma Cristóbal Gnecco,

o discurso arqueológico colonialista sobre a história nativa [...] impôs a ideia de que os povos e as culturas indígenas são parte do passado e que só daí pode conceder algum sentido a sua presença no imaginário nacional. Na origem deste efeito, sobre o qual se construiu boa parte do discurso de

⁴ Para ver mais sobre a questão da violência epistemológica, ver (GNECCO, 2009, p. 16).

exclusão e subordinação da alteridade étnica, está a ideia alargada de que a história tem a ver só com o passado, não com o presente e o futuro (GNECCO, 2003, pp. 6-7).

A arqueologia foi responsável pela construção da ideia de que se pode dar conta objetivamente do passado, independentemente da sua significação para os grupos interessados (ibidem, p 6). Isso diz respeito a como muitos arqueólogos escrevem sobre a história de outros povos, sem o consentimento e conhecimento dos mesmos. Segundo Gnecco,

o fato mais perverso da exterioridade na qual se instalou a arqueologia é que sua prática tem experimentado escrever a história de uns povos, desdenhando a forma como esses mesmos povos percebem e constroem sua própria história. Esta “arqueologia colonialista” é “praticada por uma população colonizadora que não tem laços históricos com os povos cujo passado estuda” (TRIGGER, 1984. P. 360 apud GNECCO, 2003, p. 6).

O que se percebe sobre o assunto, de uma maneira geral e relacionando com o município de Cruz Alta, é o fato de haver um desconhecimento sobre sítios arqueológicos pré-coloniais na região. Isso ocorre devido aos poucos levantamentos arqueológicos realizados, pela falta de uma maior conscientização a respeito da história indígena – seja pelo reduzido número de publicações a respeito ou pela desconsideração pela história indígena nas publicações locais – e pelo fato de que os grupos indígenas contemporâneos não são normalmente considerados remanescentes dos povos indígenas estudados pela arqueologia e história. Além disso, o próprio plano diretor do município, em seu anexo 8D – Tabela de prédios de interesse histórico cultural⁵ – lista 47 prédios históricos, todos eles patrimônios arquitetônicos, vinculados à história de um número reduzido de pessoas, lembrando toda a ocupação histórica que já se evidenciou no município.

É preciso mencionar que o fato da arqueologia ter tido envolvimento com o colonialismo e ter participado do processo de exclusão de atores sociais da interpretação arqueológica, não significa que isso seja uma generalidade, hoje, entre os arqueólogos. Há muitos pesquisadores que buscam problematizar a ausência de uma relação mais marcante entre o registro pré-colonial e a história dos povos indígenas no país, tanto é que esses textos e pesquisas fizeram criaram o interesse em entender e aprofundar o conhecimento sobre o assunto.

⁵ Disponível em: <<http://portal.cnm.org.br/sites/6500/6572/PlanoDiretor/ANEXO8D-TABELADEPREDIOSDEINTERESSE.pdf>> Acesso em: 6 de março de 2012.

Enfim, o resultado de toda essa trama colonialista, no qual a arqueologia esteve envolvida, foi uma série de consequências que se associam com a maneira com a qual os grupos indígenas foram inseridos em projetos de história nacional, assunto que se relaciona com o próximo subtítulo, em sequência.

1.3 O Brasil, o indígena e a construção da nação

Passa-se neste momento a se considerar, depois da abordagem sobre o colonialismo e o papel da arqueologia nessa ideologia, como o discurso ideológico nacional construiu uma imagem negativa a respeito dos povos indígenas.

Como foi abordado anteriormente, o passado é muitas vezes utilizado segundo propósitos colonialistas e nacionalistas. Além disso, como afirma Don Fowler, o Estado Nacional pode controlar os recursos simbólicos como meio de legitimar poder e autoridade e inserir seus objetivos ideológicos (FOWLER, 1987, p. 229). Cristóbal Gnecco (2003, p.1), citando os estados nacionais europeus, demonstra como os mesmos eliminaram as diferenças dentro de suas fronteiras, criando identidades nacionais. Afirma ainda que o Estado Nacional é uma máquina que produz alteridades e que cria diferenças raciais (idem). Destacando alguns acontecimentos, é possível ter uma noção mais clara a respeito do papel dos povos indígenas na história e no discurso identitário no Brasil.

De início, menciona-se a chegada dos europeus no atual território nacional e o uso de termo “índio”, integrando toda a diversidade de grupos sociais dentro de um mesmo termo, como uma mesma cultura. Os primeiros viajantes que aqui chegaram no período colonial, além de utilizarem esse termo, passaram a tecer todo o tipo de discurso sobre os povos indígenas. Segundo Barreto, citando as expedições estrangeiras,

[...] inaugurou-se também todo um ciclo de especulações imaginosas que viam os índios brasileiros como o estágio final de uma civilização decadente, a qual poderia ser desde os fenícios, hebreus, chineses, japoneses e mongóis, até as de outros povos fictícios como os atlantes. (BARRETO, 2000, p. 36).

Períodos mais tarde, essas especulações foram aceitas por muitos intelectuais brasileiros que, “formados sob a ótica colonial europeia, estavam ainda inconformados com um passado indígena ‘pobre’” (idem) e que não poderiam, “ao

contrário de seus vizinhos que, em seus movimentos nativistas e anticoloniais, [...] evocar a tradição de altos impérios e civilizações, como as dos astecas e incas” (idem). Essa afirmação se associa com aquilo que já foi abordado anteriormente: O fato de que no atual território nacional existe um senso identitário que se diferencia de outros países da América latina, onde os grupos indígenas contemporâneos possuem vínculos identitários com as altas civilizações existentes.

Sobre o projeto de identidade nacional, é possível citar figuras como a do general José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), que efetuou pesquisas arqueológicas e antropológicas “como parte de uma identidade nacional brasileira e de uma política colonial” (FERREIRA, L, 2005, p. 212). Segundo Lúcio Ferreira (ibidem, p. 216), o general construiu uma argumentação sobre uma rota de imigração para o continente e uma evolução a partir de quatro raças, sendo a raça branca o ápice dessa evolução (idem). O general, inclusive, afirmava que a mestiçagem não degenera a raça, por isso dever-se-ia integrar os índios à civilização (FERREIRA, L, 2005, p. 218). Integrar o indígena era uma forma de ter braços adequados para o trabalho; “a única raça apta a povoar as terras virgens da nação, prepará-las para a futura chegada dos imigrantes estrangeiros” (ibidem, p. 220).

Além disso, cita-se a construção da narrativa nacional, a partir da contribuição de alguns personagens como Januário da Cunha Barboza, Karl Friedrich Phillippe Von Martius e Francisco de Adolpho Varnhagen, no século XIX, no que seria a primeira etapa de constituição da nação brasileira (KHALED JR, 2010, p. 15). Esses personagens, através de seus escritos e ideologias, influenciaram o discurso identitário nacional. Citam-se obras como o discurso fundador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de Januário Barboza (publicado em 1839), o artigo “Como se deve escrever a história do Brasil” de Von Martius (1845) e a “História Geral do Brasil” (publicada em dois tomos em 1854 e 1857), de Varnhagen (idem). Em primeiro lugar, menciona-se a proposta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e a sua busca para elaborar um passado para a nação (ibidem, p. 22).

No período colonial, o vínculo principal dos habitantes do território nacional era voltado à metrópole, mais do que a colônia, visto que essa identidade os separava de índios e negros (ibidem, p. 23). Provavelmente inexistia um nacionalismo brasileiro no início do século XIX, e se existia, tinha mais a ver com um sentimento contrário à Portugal do que um vínculo com a terra (ibidem, p. 34).

Segundo Khaled Jr., o processo que transformou o atual território nacional, antes habitado somente por povos indígenas, envolve 3 (três) momentos distintos, até começar a se configurar como uma nação:

[...] É importante rever a cronologia dos acontecimentos: em um primeiro momento, a colônia passou a ter o Estado materializado em seu território; em um segundo momento, deixou de ser colônia e assumiu o Estado como “seu”; em um terceiro momento, alcançou a independência política, ainda que o poder efetivamente só passasse às mãos das elites com a abdicação, configurando, finalmente, um Estado “nacional”, ainda que a monarquia e o príncipe herdeiro demonstrassem uma continuidade com Portugal. Nenhum desses momentos se confunde com o surgimento da nação, que ainda precisava ser inventada (ibidem, pp. 44-45)

Sendo assim, destaca-se a iniciativa do IHGB e sua missão sagrada: A invenção da narrativa nacional (ibidem, p. 46). A missão do IHGB, de escrever a história do país era uma missão de modernizar e dar bases para a sua sobrevivência (idem). Por isso era necessária a elaboração de um passado em comum (ibidem, p. 48) para os habitantes do atual território. Segundo Khaled Jr,

portanto, em função dessa necessidade e de acordo com os objetivos do Estado, o IHGB se propôs a elaborar um grande relato da nacionalidade, que atribuiria sentido, significado e unidade ao todo imperfeito e heterogêneo da nação, garantindo a adesão e fidelidade dos cidadãos. Tratava-se de um esforço de homogeneização da sociedade no plano cultural, de erradicação da diversidade regional (2010, p. 50)

O objetivo era erradicar a diferença (ibidem, pp. 50-51), integrar os povos diferenciados que aqui viviam, dentro de uma narrativa em comum; integrar para constituir uma nação. Toda a diversidade étnica existente era a imperfeição que precisava ser corrigida.

Assim, era necessário que se elegeisse um passado relacionado aos colonizadores e estudos que apontassem um futuro de glórias para eles (ibidem, p. 51). A escrita da história seria a escrita da nação (ibidem, p. 52). Não era o passado de todos, mas sim o de um grupo, do colonizador português e sua memória (ibidem, p. 53).

Todo esse projeto envolve uma elaboração minuciosa, uma construção que não foi “criada pura e simplesmente do nada” (idem). Esse passado almejado pelos responsáveis pela escrita da história era um passado buscado nas fontes, um trabalho minucioso de descoberta do passado, porém, romanceado e heroicizado (ibidem, p. 61). O país precisava de heróis. O discurso inicial, de fundação do IHGB,

evoca “alguns elementos que são típicos da modernidade, como a noção de progresso e razão [...]” (ibidem, p. 58). Januário Barboza, por exemplo, queria apresentar fatos notáveis que trariam a glória: “O que é notável e pode produzir a coesão desejada, deve ser resgatado do esquecimento para o presente” (ibidem, p. 59). Notável era a história dos colonizadores, não a dos colonizados.

Sobre as três matrizes e o assimilacionismo⁶ é preciso mencionar o que Von Martius afirmava sobre a superioridade do branco europeu. Segundo Khaled Jr,

no mesmo instante que ocorre o reconhecimento por parte de Martius, este afirma que há um predomínio do branco europeu, ou seja, do português. Essa referência é necessária, pois é a herança portuguesa que liga o país ao continente europeu, local por excelência da civilização e parâmetro que o Brasil pretendia atingir. A jovem nação não poderia abrir mão dessa ancestralidade, pois era justamente ela que garantia o seu *pedigree* e, logo, a possibilidade de ingresso no mundo civilizado (KHALED JR, 2010, pp. 77-78).

Assim, para garantir um passado vinculado ao colonizador português, era necessário eliminar a diferença, e, no caso dos povos indígenas, mesclá-los, integrá-los. “Para Martius, a mescla não é negativa: ao contrário, fortalece e engrandece a raça” (ibidem, p. 78). A mescla favoreceria a eliminação de raças que eram inferiores, que seriam absorvidas pela raça branca e superior (idem). Isso para que o brasileiro pudesse se imaginar como um ocidental, como um branco superior, como europeu.

Para garantir todo esse projeto, era necessário, além de integrar os povos indígenas através da mescla e seu futuro desaparecimento, esconder a história desses grupos. Segundo Khaled Jr., se as “raças inferiores” deveriam ser integradas, o mesmo deveria valer para a sua história, de forma que Martius defendia a integração da história indígena à história nacional. (ibidem, p. 80). Conforme Varnhagen, “é com a chegada dos portugueses que essa região passa efetivamente a ter uma história” (ibidem, 2010, p. 123).

Por outro lado, menciona-se que a teoria da degeneração, chamada de “ruína dos povos” por Von Martius (idem) foi incorporada, futuramente, por Varnhagen (idem). Segundo Khaled Jr.,

⁶ São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de um modo particular três raças, a saber: a de cor de cobre ou americana, a branca ou Caucásiana, e enfim a preta ou etiópica. Do encontro, da mescla, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, [...] (MARTIUS, 1844 apud KHALED JR, 2010, p. 77)

[...] essa ideia essencialmente articula-se em torno do princípio de que os índios encontrados pelos portugueses seriam um resquício decadente de uma civilização outrora próspera, que constituiria um grande e único povo. Para Martius, caberia ao IHGB desvendar essa história. Varnhagen explorou essa hipótese a partir da audaciosa afirmação de que havia uma relação entre os tupis e os egípcios (idem).

Essa história de decadência seria incorporada à história do colonizador, já que os povos indígenas não eram dotados de triunfos heroicos e grandes conquistas e aos poucos foram desaparecendo. Segundo Khaled Jr, as ideias de Von Martius e Varnhagen sobre esses triunfos e feitos heroicos no processo de colonização do país, são características presentes em Martius e exploradas “até a exaustão na obra de Varnhagen” (ibidem, p. 81).

Além disso, Varnhagen aborda a superioridade religiosa dos colonizadores, quando diz que a “superioridade não é só da civilização, mas também, da única e verdadeira religião, [...]” (ibidem, p. 106). Varnhagen era fervoroso do cristianismo (ibidem, p. 117). Conforme Khaled Jr,

foi a experiência e não o arbítrio nem a tirania, quem ensinou o verdadeiro modo de levar os bárbaros, impondo-lhes à força a necessária tutela, para aceitarem o cristianismo, e adotarem hábitos civilizados; [...] (Varnhagen, 1959 apud KHALED JR, 2010, p. 107).

Varnhagen apoiava a escravidão e a considerava plenamente justificada (idem). Também apoiava o branqueamento da raça (ibidem, p. 109), assim como Von Martius. A ideia sobre a escravidão é algo que não ocorreu somente no país. Como foi abordado anteriormente, a ideologia colonialista se apoiou na ideia de que os povos indígenas poderiam servir de mão de obra, pois eram inferiores e poderiam ser subjugados.

Outro ponto interessante a analisar, sobre a relação entre a identidade nacional e os povos indígenas, além do discurso sobre esses grupos, é a inclusão da história dos mesmos – e para ser mais específico, a pré-história – nos livros didáticos. Tânia Andrade Lima realizou uma análise de livros didáticos, entre 1898 e 1998, e afirmou que a pré-história do Brasil foi várias vezes incluída e excluída nos livros didáticos desse período (LIMA, 2007, p. 17). Segundo a autora, “foi valorizada, nos últimos cem anos, sobretudo em dois momentos: ao final do século XIX e ao longo da era Vargas, atendendo a interesses distintos” (idem). Já nos demais momentos, principalmente nas primeiras décadas do século XX, “desapareceram

desses manuais quaisquer menções à pré-história brasileira e seus autores parecem tê-la esquecido por completo” (idem). A análise efetuada por Lima dá ênfase à forma como os povos indígenas foram considerados nos livros didáticos do início do século XX, principalmente às referências apontadas pelos colonizadores e à forma eurocêntrica com a qual os povos indígenas foram incluídos nesses textos (idem).

Sendo assim, se percebe que esses períodos de maior visibilidade da pré-história ocorrem a partir de interesses ideológicos particulares. Conforme Tânia Andrade Lima, a década de 30 é período que mais interessa. Segundo a autora, nessa década,

[...], o sistema educacional foi profundamente reformulado pelo Estado Novo. O regime até então federativo, descentralizado, foi substituído pelo Estado unitário e centralizador, fortemente nacionalista, para o qual era fundamental a construção de uma identidade nacional (LIMA, 2007, p. 18).

Assim, em conformidade com os objetivos ideológicos do Estado, houve um interesse em construir um projeto que contemplasse essa identidade nacional. Surgem então dois órgãos de importância estratégica, que eram o Ministério da Educação e Saúde (MES) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP)⁷, “encarregado de difundir a ideologia e uma imagem positiva do novo regime, por meio não só dos instrumentos de comunicação de massa da época, mas, sobretudo da Revista Cultura Política, compromissada com a ‘história do povo brasileiro” (idem).

A partir daí, cita-se a implantação da História do Brasil nos currículos, “como uma disciplina autônoma, associada à criação de uma série de agências culturais, como o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e o Instituto Nacional do Livro, [...]” (idem). Conforme Tânia Andrade Lima, essas

[...], foram algumas das medidas efetivas dessa política destinada à construção da nacionalidade brasileira. Por meio da valorização do patrimônio histórico, do culto ao passado, de uma ideia de “democracia racial” e de mestiçagem idealizada, emergia com novos contornos a nação brasileira. O passado, no caso, deveria ser uma fonte de explicação para o novo que surgia, legitimando-o (ibidem, pp.18-19).

⁷ O Ministério da Educação e Saúde passou a ter esse nome em 1937, porém, foi criado em 1930 com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Já o Departamento de Imprensa e Propaganda foi criado em 1939.

As informações sobre a pré-história e hipóteses sobre o povoamento do continente aumentaram ao longo da década de 40 e na primeira metade da década de 50 (LIMA, 2007, p. 19). Conforme Tânia Andrade Lima,

[...] esse ressurgimento de conteúdos relativos às origens e à pré-história está claramente relacionado à política cultural de Vargas de valorização do passado e de construção de uma identidade nacional. O índio passou a ser um elemento fundamental na arquitetura do mito da democracia racial, fundado na caracterização do povo brasileiro como uma “raça de mestiços”, expressão aglutinadora de qualidades positivas, morais e sociais (LIMA, 2007, p.19).

Nota-se, então, a mudança da origem do país associada exclusivamente aos colonizadores europeus, para uma origem também indígena, “[...] dando-lhe um caráter de autenticidade e conferindo-lhe uma identidade própria” (idem). Com a ideia de mestiçagem – “fruto da fusão de três “raças”, [...] – pretendia-se conferir uma unidade à nação, fundamental para o projeto de construção da sua identidade” (idem). Tornou-se fundamental, então, resgatar as origens do povoamento do atual território brasileiro,

[...] – daí a valorização da pré-história – na medida em que reiterar os vínculos com a antiga metrópole e com o velho continente só reforçava a condição e a mentalidade colonizadas, de todo indesejáveis não apenas para o novo projeto civilizatório de Vargas, mas sobretudo para a nova nação que se desenhava (idem).

Assim, como afirma Tânia Andrade Lima a partir desse projeto de valorização da pré-história, “nossa origem não estava mais na Europa, mas sim no próprio solo brasileiro” (ibidem, p. 20). Porém, o fato de se inserir a história dos povos indígenas no discurso identitário nacional, nunca significou, em realidade, a valorização das culturas indígenas contemporâneas e o seu direito identitário contrário à condição de mestiçagem, senão demonstrou que o índio fez parte da história do país, num passado distante, mas que hoje em dia, através da mestiçagem, da fusão das três raças, não se caracteriza mais como aquele índio que um dia esteve no território nacional.

É possível perceber que as histórias sobre a origem do município de Cruz Alta nada mais são do que reflexos de toda essa ideologia e senso identitário vinculado aos colonizadores europeus. Na história de Cruz Alta, jesuítas e tropeiros são sempre associados como os primeiros povoadores destas terras, quando em

realidade já se conhece que a ocupação dessa região ocorreu em períodos pré-coloniais, em épocas imemoriais. Essas particularidades tiveram seus reflexos no sul do país, onde a mestiçagem e o índio do passado também são o foco dos discursos tradicionais.

1.4 O Rio Grande do Sul e os “povos sem origem” do Estado

O discurso identitário no Rio Grande do sul possui questões que são consequência da ideologia do colonialismo. Uma das primeiras ideias mencionadas é a mestiçagem. Os grupos indígenas são considerados seres do passado, e que através da mestiçagem deixaram de ser índios e passaram a condição de mestiços, de bugres. No Rio Grande do Sul é atribuído aos imigrantes europeus o povoamento do sul do Brasil: São considerados nos discursos oficiais como seres humanos “de origem”, em função de terem raízes europeias, uma pureza de sangue que os distinguiria dos povos indígenas do sul do país.

No Rio Grande do Sul o índio é representado de diversas maneiras, porém, sempre a partir de uma perspectiva que lhe dá uma condição de não-índio, de mestiço. Segundo José Otávio Catafesto de Souza, variadas são as designações utilizadas para os povos indígenas. Entre elas, o “caboclo”, “brasileiro”, “pelo-duro”, “negro”, “bugre”, “paraguaio”, “biriva” (SOUZA, 1998, p. 363). Muitos desses termos utilizados de forma preconceituosa. Além disso, as comunidades indígenas acabaram recebendo algumas dessas designações como uma generalidade quando se fala em índios:

Os índios que ocupavam primitivamente o Rio Grande do Sul pertenciam a três grupos: tupis-guaranis, guaicurús e gês. Estes eram representados pelos caingans, mais conhecidos pelo nome de coroados (pelo modo de enfeitar a cabeça) ou bugres, **que se tornou o nome genérico dos indígenas no Rio Grande** (ROCHE, 1969, p. 20, grifo meu).

O sul do Brasil, juntamente com a Argentina, Uruguai, Chile, conformam um “núcleo duro” da europeidade (PALERMO, 2010, p. 33), uma distinção que se diferencia de outros lugares do território brasileiro, já que existe um senso identitário fortemente relacionado aos imigrantes europeus (italianos e alemães no sul do Brasil, principalmente). Ao contrário de outros lugares da América Latina, onde a

participação de grupos indígenas no discurso identitário local é mais significativa, no Rio Grande do Sul os discursos são referentes a uma história europeia.

Na história, imigrantes no sul do Brasil são considerados “gente de melhor qualidade” (RIBEIRO, 1983, p. 468 apud SOUZA, 1998, p. 295). A eles se dá o mérito, no que é referente ao povoamento do Rio Grande do Sul e à formação do povo gaúcho; são constantemente lembrados, fazendo parte da memória histórica do sul do país. Segundo José Otávio Catafesto de Souza,

há a evidente possibilidade de que o “esquecimento” sobre prováveis ancestrais originários [populações indígenas] seja estratégico, considerando a regra geral de preconceito social que existe em torno aos que se aproximam da posição de autóctones, tidos como sem origem. [...] (ibidem, p. 114).

A situação se agrava mais ainda no que diz respeito à questão da afirmação sobre quem é ou não é “de origem”, ou seja, ao fato de que ser descendente de imigrantes europeus dá a condição de um ser “de origem”. Segundo Catafesto,

institui-se o velamento ideológico pela posição rígida daqueles que dominam as relações de produção e regimentam as normas de conduta em nome da “comunhão” regional e nacional, também reivindicados como sendo “de origem”. Isso produz automaticamente a afirmação da negatividade do seu oposto, mesmo que essa segunda operação desvaneça pelo velamento, i.e, fica não-explicita nem conceptualmente referida no discurso. [...] (ibidem, p. 39).

Ou seja, o fato do imigrante europeu ser considerado como alguém “de origem” automaticamente desconsidera o seu oposto, aquele que “não tem origem”, isto é, os grupos indígenas.

No que diz respeito à pesquisa científica, em especial a arqueologia, ocorre também um distanciamento entre o fazer arqueológico e as comunidades envolvidas, que muitas vezes são desconsideradas no saber científico. A perspectiva que se tem ao pesquisar o passado é agir como se as culturas estudadas fossem culturas distantes, mortas. É o caso dos Mbyá-Guarani em São Miguel das Missões-RS, que muitas vezes não são considerados como remanescentes dos Guaranis que construíram a Igreja dessa mesma localidade. José Otávio Catafesto problematiza essa questão, considerando a falta de relação entre o registro arqueológico missionário e as comunidades Mbyá-Guarani contemporâneas:

Como é possível conceber a incorporação dos remanescentes materiais missioneiros enquanto patrimônio nacional, a declaração do sítio arqueológico de São Miguel como patrimônio da humanidade pela UNESCO em 1983, a exploração turístico cultural da imagem das missões em toda a região noroeste do RS, o desenvolvimento de projetos de pesquisa histórica, arqueológica, arquitetônica em torno do tema com o envolvimento de diversas instituições e volumosas equipes, isso lado a lado com a supressão do dado óbvio de reconhecer que os descendentes missioneiros, oito gerações após Sepé Tiaraju ter bradado a sua histórica frase, continuam a ser, pegando emprestada a expressão de Meliá para o Paraguai, 'estrangeiros em sua própria terra' (MELIÁ, 1988 apud SOUZA, 1998, pp. 297 – 298).

É muito comum ouvir aquele velho discurso sobre os povos indígenas, onde estes não são considerados legítimos em função de se inserirem em contextos diferentes daqueles vivenciados por seus antepassados. Índio que usa celular, índio que anda de carro, veste roupas, não é visto como tal. É “bugre”, é brasileiro. Índio é só aquele que ainda vive isolado, sem contato com a civilização. Segundo José Otávio Catafesto de Souza,

a maior parte dos habitantes deste Estado não conhece ou não reconhece que as comunidades indígenas façam parte da sociedade regional. Há uma ideia distorcida de que os índios verdadeiros habitam apenas o norte do país ou as florestas do interior da América do Sul. Quando alguém encontra um índio por aqui, imediatamente supõe que ele seja estrangeiro ou amazônico; quando descobre que ele vive no Rio Grande do Sul, passa a dizer que ele não é mais índio (2009, p. 270).

As alteridades indígenas foram excluídas da memória histórica no que diz respeito à história do Rio Grande do Sul, à história da formação do povo gaúcho. Segundo Souza,

a categoria gaúcho [é] originada da projeção estereotipada do alóctone, em torno da denegação das alteridades autóctones, um equivalente pretérito e tão falacioso quanto o caboclo brasileiro contemporâneo. Ela serviu muito bem como categoria redutora da multiplicidade dessas alteridades, as quais se programava extinção (1998, p. 287).

Percebe-se que muitos dos aspectos culturais do gaúcho, são características construídas a partir da cultura indígena. O chimarrão e todo o seu contexto histórico no Rio Grande do Sul, o vocabulário, entre outros exemplos referentes aos personagens mais antigos do território atual do Estado.

É a partir dessa perspectiva que se busca não distanciar o conhecimento oriundo da arqueologia pré-colonial, por exemplo, das sociedades conhecidas historicamente, e também dos remanescentes dos grupos indígenas do passado. Os povos indígenas conhecidos hoje não são vistos como descendentes dos grupos indígenas históricos e a cultura material pré-colonial geralmente não é reconhecida como a materialidade pretérita dos antepassados indígenas. O índio que hoje vive na cidade não é visto como um Kaingang, mas como somente o bugre, sem história. Realidades assim existem em grande parte dos municípios gaúchos, “[...] realidades [...] evacuadas da memória histórica regional” (DARONCO, 2006, p. 74). Realidades que são negadas,

embora os traços somáticos de grande parte da população de Cruz Alta, Passo Fundo, Santo Ângelo, Palmeira das Missões etc. [entre outras] assinalem forte descendência nativa e africana, para não falar da informação documental (DARONCO, 2006, p. 74).

A história indígena está presente na formação do povo gaúcho. Porém, o que se percebe é a negligência dessa história e o preconceito sobre as comunidades indígenas remanescentes. Situação essa que não se modifica quando se aproxima essa abordagem para o município onde se realiza esta pesquisa.

1.5 Cruz alta e os “bugres selvagens”⁸

Eia, avante! Nobre povo;
Eia, avante e sem cessar!
É brilhante teu futuro:
Para frente, pois, marchar!

**Onde há um século era selva,
Infestado de selvagens,
Surge ora a bela urbs, circundada
de homenagens;
Tendo a Cruz por distintivo
E por égide o Cruzeiro,
Fez-se aqui no extremo sul
Um baluarte brasileiro!**⁹

Quem pensa em escrever sobre as primeiras ocupações humanas, não deveria desconsiderar o fato de existirem na América, populações vivendo desde épocas imemoriais. Entretanto, o que acontece é a desconsideração dessas culturas. Segundo José Otávio Catafesto,

muitos textos historiográficos reproduzem a denegação colonial do autóctone, enfatizando que o território rio-grandense era uma ‘terra de ninguém’ nos primórdios da colonização ibérica (OLIVEN, 1992: 53 apud SOUZA, 1998, p. 298).

Assim inicia-se a abordagem sobre os textos de autores locais que procuram falar sobre a ocupação humana no Estado e no atual município de Cruz Alta. Nesse município, de uma forma geral, existem autores que escreveram sobre a sua história e desconsideraram, de uma maneira particular, toda a ocupação pré-colonial e a história indígena do atual território gaúcho. Por exemplo:

A ocupação da região onde hoje é o Rio Grande do Sul, tanto pelos mamelucos bandeirantes como europeus, teve início provavelmente de forma aleatória, nas raras penetrações por terra e rios. Certamente eram parques caçadores de tesouros, que através do estreito de Rio Grande adentraram pela Lagoa dos Patos e dali, em canoas, serviram-se da vasta rede fluvial em direção ao interior do território (CAVALARI, 2004, p. 17).

⁸ Apesar do termo “bugre” ter sido utilizado frequentemente no Estado para se falar em grupos indígenas, é no município de Cruz Alta que encontramos alguns autores que utilizam essa expressão frequentemente, se tornando ela uma designação comum, hoje em dia, quando se fala em povos indígenas.

⁹ Trechos do hino do município de Cruz Alta. Disponível em: <<http://www.cruzalta.rs.gov.br>> Acesso em: 25 de fev de 2012.

Além disso, os jesuítas espanhóis também foram considerados como os primeiros a chegar ao atual território do município de Cruz Alta, mesmo que essa chegada não tenha sido realizada sem a presença dos grupos indígenas. Prudêncio Rocha afirma que “foram os jesuítas os primeiros civilizados que, atravessando o Uruguai, puseram os pés por estas paragens, abrindo as cortinas da maravilhosa terra dos Tapes para em meio à natureza bruta, realizar a obra civilizadora” (ROCHA, 1980, p. 12).

Por mais que existam evidências que comprovam um período pré-colonial no Rio Grande do Sul, ainda existe por parte das publicações a nível regional, um tremendo descaso com a questão indígena. É o que está presente, por exemplo, no texto de Evaristo Afonso de Castro, quando diz que “os primeiros povos civilizados que aqui penetrarão [no atual município de Cruz Alta] foram Paulistas os quaes consideramos os primeiros povoadores” (CASTRO, 1887, p. 58). Soraia Dornelles diz que, “se por um lado a pesquisa arqueológica torna evidente a presença indígena no Brasil, as histórias regionais parecem insistir em negá-la” (2008, p. 25).

A memória histórica de Cruz Alta, reproduzida nos discursos tradicionais sobre o município, exalta uma história dos grandes heróis tropeiros e rebaixa o índio, o “bugre selvagem” que atrapalha o progresso.

Ainda assim, há autores que defendem que a sociedade cruz-altense tem o pleno conhecimento de sua história, de tudo que nela existe: “Cruz Alta é uma cidade cuja história é largamente conhecida pelos seus moradores, nascidos ou adotivos, criados em seus domínios” (CAVALARI, 2004, p. 15). É problemático adotar uma postura que afirme que a sociedade conhece o seu passado, sendo que boa parte dele não é considerado nas publicações locais, boa parte dele ainda não é conhecido.

O passado de Cruz Alta, monumentalizado a partir de patrimônios como o monumento da panelinha¹⁰, é representado por uma paisagem que exalta a história tropeira, a história dos colonizadores, o patrimônio da elite, mas que ao mesmo tempo abriga sítios arqueológicos pré-coloniais. Segundo Rafael Curtoni,

¹⁰ O monumento da panelinha é um espaço físico criado para exaltar a lenda que afirma que quem bebia a água da fonte do arroio panelinha, acabava sempre voltando para esse local. A lenda se associa a chegada dos tropeiros que formaram o pouso que mais tarde se transformou na atual cidade de Cruz Alta.

estes casos de monumentalização representam a apropriação não somente de um passado senão também de uma paisagem. [...] a dimensionalidade dos monumentos e sinais impôs [...] uma nova identidade relacionada com a exaltação da conquista, ocultando dessa maneira os sentidos de pertencimento, avaliações e identidades anteriores (CURTONI, 2004, p. 444).

As pessoas que escreveram sobre Cruz Alta, o fizeram como se a história desse município fosse a história dos grandes heróis que, sozinhos, conquistaram a terra e formaram a cidade. É o que alega Isaltina Pilar, falando sobre o município: “CRUZ ALTA, terra querida, terra de bravos, berço de grandes homens que a honraram e engrandeceram” (1981, p. 76). É importante esclarecer que, por mais que os textos locais abordem a questão da formação da cidade a partir da conquista tropeira, os grupos indígenas estão presentes em todo o processo histórico, como demonstrarei posteriormente. Porém, estes são definidos como elementos externos ao processo de ocupação, são considerados os “bugres selvagens”.



Fig1 - Monumento da Panelinha, em Cruz Alta. Disponível em: http://cruzaltino.blogspot.com/2011/02/lenda-da-panelinha_09.html> Acesso em: 25 de fev de 2012.

Um dos autores, que escreve sobre a história do município de Cruz Alta, em alguns momentos até cita a presença desses índios. Segundo ele,

durante estes primeiros séculos, as guerras tribais e coloniais contra tribos selvagens e ferozes, sacrificou a maioria indígena, perturbando a

germinação das primeiras raízes étnicas em território rio-grandense (CAVALARI, 2004, p. 17).

O autor, na mesma frase, se refere à dizimação da maioria indígena e às “tribos selvagens” que os primeiros colonos tiveram que enfrentar. Em alguns momentos, é possível perceber o vocabulário utilizado para designar os incômodos ocupantes dos lugares por onde passavam tropeiros e viajantes:

Por volta de 1810 montou-se uma aparatosa operação contra esses bugres, que desde 1797 hostilizavam os moradores das margens do Rio Pardo até a Capela de Santa Maria. Os tropeiros da região de Rio Pardo, [...], foram os mais beneficiados com as medidas tomadas para o afastamento dos selvagens hostis à sua presença (ibidem, p. 56).

Além disso, se vê claramente a ideia do colono europeu como um ser muito superior aos grupos indígenas, enfrentando as mais variadas adversidades para conquistar o território. Privilegiado, detentor dos direitos de uso da terra. Segundo Cavalari,

o tropeiro, homem forte, corajoso e dinâmico enfrentaria feras selvagens, travessias de rios e o ataque de bugres violentos, nos mais de 2 mil quilômetros a percorrer, na maioria das vezes debaixo de muito frio, geadas, chuvas, enchentes e toda a sorte de fenômenos que a natureza lhes impunha pelo caminho (ibidem, pp. 56-57).

Quando se escreve sobre a origem do município de Cruz Alta, alguns autores levam em consideração o fato de existirem outras culturas, que não a europeia. Porém, o índio é sempre tratado como um elemento exterior – um não humano – mencionado em subtítulos de livro completamente desvinculados do resto do texto. Isaltina Pilar, por exemplo, aborda a questão dos sete povos das missões e usa a figura histórica de Sepé Tiaraju (1981, p. 21) e Anahí (ibidem, p. 30) como personagens históricos indígenas, mas tomados isoladamente, sem contexto relacionado à Cruz Alta.

Rossano aborda num determinado momento, a questão da ocupação Guarani no território, referenciando o domínio dos mesmos nos primeiros séculos da ocupação europeia, sem mencionar o fato de que estavam aqui há tempos bem anteriores. Além disso, usa erroneamente o termo tupi-guarani (tronco linguístico) como se relacionasse a algum grupo indígena específico:

No Brasil, em seus dois primeiros séculos de colonização, os índios Tupi-guaranis tiveram o domínio da costa marítima e o centro-sul, servindo de fator receptivo ao homem europeu. Esta característica foi fundamental para configurar os traços da própria nacionalidade brasileira, pois a grande maioria de uma massa composta por soldados, vaqueiros, abridores de picada, lavradores e guias, foram índios aliados aos colonizadores lusos (2004, p. 17).

O “fator receptivo” do Guarani é relacionado à bravura dos tropeiros que “merecidamente” teriam começado a ocupar a região, ao invés dos “selvagens”, que lá estavam desde períodos imemoriais. É interessante notar, segundo esse argumento, qual era o suposto papel do índio na sociedade colonial: Soldado, vaqueiro, abridor de picada, etc. Papéis de uma cultura submissa, se tratando dos índios Guaranis. Papéis de uma cultura hostil, no caso dos Kaingangues. Os discursos sobre o passado cruz-altense precisam ser revistos, repensados. O objetivo desta pesquisa na região é compreender uma parte da história indígena, e não reproduzir a história de bugres e selvagens.

Cruz Alta se identifica como a cidade de Érico Veríssimo¹¹. Uma identificação baseada principalmente nos discursos tradicionais sobre o passado da cidade. No livro, “Cruz Alta, Terra de Érico Veríssimo: Sua gente e sua poesia¹²” percebem-se alguns relatos sobre as memórias e características da cidade, muitos deles focados na memória individual dos poetas. Porém, alguns retratam um pouco da memória histórica da cidade, sempre vinculando sua história ao tropeirismo ou à Érico Veríssimo. Segundo Llorenç Prats,

poderíamos dizer, pois, que nenhuma invenção adquire autoridade até que não se legitima como construção social e que nenhuma construção social se produz espontaneamente sem um discurso prévio inventado (seja em seus elementos, em sua composição e/ou em seus significados) pelo poder, pelo menos, repito pelo que o patrimônio cultural se refere (1998, p. 64).

Esses discursos inventados estão nos textos dos autores locais, falando sobre a história do município, estão nas letras das músicas cantadas no festival municipal “Coxilha Nativista” (muito conhecido no Estado), estão nas poesias de alguns autores locais, falando sobre a cidade. Esses discursos dão um papel secundário ou mesmo de negação dos povos indígenas que desde períodos pré-

¹¹ Além disso, alguns textos sobre a história de Cruz Alta retratam a cidade como de origem exclusivamente tropeira (CAVALARI, 2004).

¹² Moraes, Juca (org). Cruz Alta, Terra de Erico Verissimo: Sua gente e sua poesia. Cruz Alta: Prefeitura Municipal, 1997.

coloniais, ocupam a região. Gilles Lipovetsky argumenta a respeito da identidade dos indivíduos. Segundo esse autor,

na presente situação, a filiação identitária é tudo menos instantânea ou dada em definitivo; ela é, isto sim, um problema, uma reivindicação, um objeto de apropriação dos indivíduos. Meio de construir-se e dizer o que se é, maneira de afirmar-se e fazer-se reconhecer, a filiação comunitária vem acompanhada de autodefinição e autoquestionamento. Já não se é mais judeu, muçulmano ou basco “tal qual se respira”: a identidade própria é questionada, examinada; hoje, é preciso tomar posse daquilo que outrora se tinha naturalmente. [...]. (2004, p. 95).

A sociedade escolhe o seu patrimônio, cria a sua identidade cultural. O município de Cruz Alta, por exemplo, é lembrado muito mais em relação a lugares como o Museu Érico Veríssimo, o monumento da panelinha, do que por outras referências ao passado. O índio Kaingang que vive na cidade não é reconhecido como tal, mas sim como o “bugre” que vive vendendo cestos.

Por meio dos diversos discursos sobre o passado de Cruz Alta, foi se construindo uma identidade inventada no município. Essa identidade é resultado de um processo que levou determinado tempo e se consolidou nos discursos e nas mentes das pessoas da cidade. Segundo Gonçalves,

nas análises dos modernos discursos do patrimônio cultural, a ênfase tem sido posta no seu caráter “construído” ou “inventado”. Cada nação, grupo, família, enfim cada instituição construiria no presente o seu patrimônio, com o propósito de articular e expressar sua identidade e sua memória (GONÇALVES, 2005, p. 19).

São inúmeros os argumentos construídos para descaracterizar uma história indígena. A falta de relação entre o registro arqueológico e as comunidades indígenas, a miscigenação que busca construir o brasileiro mestiço e extinguir as alteridades indígenas. Porém, a problematização de tais temas é uma das maneiras para pensar a composição de uma memória histórica alternativa. A pesquisa arqueológica que busca entender as ocupações indígenas remotas e o processo histórico de ocupação indígena na região são alguns dos elementos que podem contribuir nesse sentido.

E é a partir de toda essa problemática, relacionada ao colonialismo, arqueologia, o Estado Nacional, o Estado e o município, que se contribui para a construção de outras histórias. Constrói-se, no próximo capítulo, baseado em tudo o

que foi abordado aqui, o processo contrário à negatividade atribuída aos povos indígenas. Compreende-se, a partir dos vestígios arqueológicos encontrados no noroeste do Rio Grande do Sul, da presença histórica de grupos indígenas na região – evidenciada nos textos e nas pesquisas dos autores locais – e da presença contemporânea de povos indígenas nesse território, um pouco mais sobre a história dos povos indígenas que estiveram no território onde hoje está localizada a cidade de Cruz Alta.

2 Uma Etno-História da região de Cruz Alta

O estudo etno-histórico sobre os grupos indígenas na região noroeste do Rio Grande do Sul foi realizado através de levantamentos de fontes textuais sobre sua presença desde o período de chegada dos primeiros jesuítas e tropeiros na região. Descrevo também o estudo arqueológico do PRONAPA, realizado na década de 60 e relaciono as evidentes incursões de grupos indígenas recentemente e atualmente na cidade.

2.1 Características do município

Em Notícia descritiva da Região Missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, de 1887, o jornalista e escritor cruz-altense Evaristo Afonso de Castro assim descreveu o município de Cruz Alta naquela data: “O aspecto geral do município, é ligeiramente accidentado, tapetado de lindas pastagens e orlado de frondosos capões de mato, onde abunda a caça grossa e miúda, [...]. Penetrão no município diversos pontões de serra, taes como: as do Jacuhy, Ijuhy, e Conceição. Correm no município inúmeros rios, arroios e córregos, [...]. A coxilha grande atravessa o município em toda a sua extensão, em direção de leste ao Oeste, [...]. Da cidade da Cruz Alta, que é por sua posição topographica, a chave da Região Missioneira, parte norte, partem estradas para todas as localidades vizinhas¹³.

Essas são algumas das características da região onde se situa o município de Cruz Alta. Vários arroios, incluindo aqueles onde foram evidenciados os materiais arqueológicos pré-coloniais: o Arroio Cambará e o Arroio Panelinha. Ambos os cursos de água são afluentes do Rio Ijuí, que por sua vez, é afluente do Rio Uruguai. Segundo Brochado,

¹³ CASTRO, Evaristo Afonso. Notícia descritiva da região missioneira na província de São Pedro no Rio Grande do Sul. Cruz Alta: Comercial, 1887 apud DARONCO, 2006, p. 54-55).

os rios Ijuí e Jacuí nascem no noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, mas enquanto o primeiro corre de leste para oeste, seguindo o declive natural do planalto meridional do Brasil, sendo tributário do Rio Uruguai (Bacia do Rio da Prata), o segundo corre primeiro de norte para sul e depois de romper a escarpa do planalto, volta-se para leste, desaguando na laguna dos patos (bacia atlântica) (BROCHADO, 1969a, p. 31).

O planalto médio é a região fisiográfica onde está situada a cidade de Cruz Alta. É limitado ao norte pela região do Alto Uruguai, ao sul pela depressão central e a leste pela encosta Superior do Nordeste (IBDF, 1983, p. 45). A altitude na região do Planalto Médio varia entre 400 e 800 metros com a característica de relevos ondulados. Segundo o Inventário Florestal Nacional (1983, p. 52), a parte ondulada é formada por diversas elevações com declives em dezenas e centenas de metros. Além disso, tem-se a informação que “a maior parte da região é ocupada pelo Basalto, ocorrendo arenitos em maior extensão somente nos municípios de Júlio de Castilhos até Cruz Alta, onde os solos são bastante mais pobres¹⁴”.

A região de Cruz Alta está situada em uma área de campo aberto com a presença de capões e matas (IBDF, 1983, p. 67). Percebe-se também que ao longo dos cursos de água está presente a floresta de galeria ou mata ciliar. As florestas de galeria são formações florestais que acompanham os cursos de água começando subarbustivas nas fontes, desenvolvendo-se em matinhas na encosta seca e rochosa e terminando em matas de regular extensão e altura, de acordo com o volume de água [...] (IBDF, 1983, p. 45).

¹⁴ IBDF - INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL, 1983, p. 45.

2.2 Os antecedentes da pesquisa

Durante os quatro anos de minha graduação em História, pela Universidade de Cruz Alta, tive a oportunidade de estagiar e ser bolsista de iniciação científica do Núcleo de Arqueologia desta universidade (período de 2005 até 2008). O Núcleo realizou diversos trabalhos de campo e laboratório, dando a oportunidade para os alunos conhecerem um pouco das pesquisas em arqueologia. Esses trabalhos e projetos criados a partir do Núcleo de Arqueologia foram idealizados e efetuados pela prof. Dra. Clarissa Sanfelice Rahmeier e pelo prof. Dr. Cláudio Baptista Carle.

Uma dessas oportunidades foi a realização, nos anos de 2007 e 2008, de prospecções arqueológicas na área agrícola pertencente à Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). A iniciativa partiu do projeto de iniciação científica construído pelo Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), intitulado *A lição do tempo na dinâmica do espaço missioneiro: Levantamento em Arqueologia e Valorização Patrimonial entre Cruz Alta e Santo Ângelo*. Segundo Carle,

este projeto de arqueologia e valorização patrimonial [tinha] por objetivo dar continuidade ao desenvolvimento das pesquisas de levantamento, identificação e salvamento na área correspondente ao sítio de Santo Ângelo Custódio, ampliando para um entendimento de toda a região de influência da UNICRUZ entre os municípios de Santo Ângelo e Cruz Alta (2007, p. 1).

O projeto possibilitou as atividades de prospecção arqueológica que resultaram na identificação dos instrumentos líticos pré-coloniais no município de Cruz Alta, bem como na realização de outras pesquisas arqueológicas na região.

A identificação dessa cultura material pré-colonial se deu a partir de um processo de levantamento de sítios que durou aproximadamente 1 (um) ano, por meio de caminhamentos realizados na área agrícola do Campus Universitário, uma paisagem composta por grandes áreas de plantação de soja em um relevo ondulado, característico da região.

A partir desses trabalhos, localizaram-se cinco locais contendo materiais arqueológicos, sendo quatro deles pré-coloniais, compostos por uma cultura material caracterizada por instrumentos líticos encontrados em superfície, e um sítio histórico (muro de pedras, ligado ao contexto do tropeirismo). Além disso, em uma área urbana da cidade, mais instrumentos líticos foram encontrados, criando-se a

possibilidade de pesquisar um local mais afastado em relação aos primeiros e realizar um estudo comparativo, interpretando as características de cada possível sítio arqueológico encontrado.

Esse último foi encontrado próximo ao Arroio Panelinha, perto do acesso à rodovia RS-342, em direção ao município de Ijuí. Dos quatro primeiros locais encontrados, 3 (três) se situam na área agrícola pertencente à Universidade de Cruz Alta, ao longo do curso de água que passa nessa área, o Arroio Cambará e 1 (um) em propriedade particular, próximo ao mesmo arroio. Todos os materiais coletados foram encontrados em superfície.

De forma que se organizassem as informações sobre os materiais localizados, os mesmos foram nomeados conforme o contexto de sua localização. Foram denominados de Sítio Unicruz, Sítio do Barranco, Sítio da Estrada, Sítio Quebra-Coquinho e Sítio da Casa de Passagem indígena. Lembrando que maiores informações documentais sobre esses locais e materiais como, por exemplo, as cartas topográficas da área, croquis, materiais evidenciados, etc., se encontram em algum espaço físico da Universidade de Cruz Alta.

O primeiro material lítico foi identificado em área arada, na borda da mata ciliar que cobre o Arroio Cambará. A partir desse primeiro material, ampliaram-se as prospecções nessa pequena área e outros materiais foram identificados. Esse local foi denominado como *Sítio 1*, posteriormente chamado de *Sítio Unicruz*. O local está distante aproximadamente 1,5 Km do campus da universidade, em uma área plana, no sopé de uma coxilha, distante aproximadamente 40 m da margem esquerda do Arroio Cambará. Neste local foram encontrados oito materiais líticos, produzidos a partir do basalto, arenito silicificado e calcedônia.

O segundo sítio (*Sítio do Barranco*) foi encontrado a cerca de 400 metros ao sul do Sítio Unicruz, na margem oposta do arroio, também na borda da mata ciliar. A evidência dos materiais nesse local se deu em função da abertura de uma pequena estrada, que deixou os materiais arqueológicos à vista. Os instrumentos líticos (9 ao total) foram localizados a uma distância de aproximadamente 20 m do curso de água em uma extensão de aproximadamente 75 metros ao longo dessa estrada. A matéria-prima desses materiais é o basalto, arenito silicificado e a calcedônia.

O terceiro local de interesse arqueológico identificado é o de mais fácil acesso (*Sítio da Estrada*), em comparação com os outros 3 (três) situados ao longo do Arroio Cambará. Fica localizado a aproximadamente 900 metros ao sul do Sítio do

Barranco. Os materiais foram localizados em uma estrada de chão que dá acesso à estrada asfaltada que segue até o campus da universidade. Foram encontrados 12 materiais líticos, utilizados a partir do basalto, do arenito silicificado e do quartzo. Esses materiais foram identificados em uma extensão de aproximadamente 250 metros ao longo dessa estrada de chão.

O *Sítio Quebra-Coquinho* está localizado em um braço paralelo do arroio que termina em um grande banhado. Apresenta características diferenciadas dos 3 (três) primeiros locais por se encontrar em uma área em declive. Além disso, nesse local foram encontrados materiais diferenciados em relação aos primeiros: uma pedra de arremesso polida e picotada e um artefato em basalto com uma depressão semi-esférica, que lembra o artefato denominado quebra-coquinho. Foram encontrados 6 materiais líticos, sendo 5 deles produzidos em basalto e 1 em arenito silicificado. Esses materiais foram encontrados em uma área de aproximadamente 5000 m². Esse local é o único que fica fora da área da universidade. O mesmo está uma área de propriedade particular.

O *Sítio da casa de passagem indígena* está situado próximo ao local onde seria construída a casa de passagem dos índios Kaingangues que seguidamente vão até Cruz Alta. É uma área pública do município, e a construção da casa de passagem nesse local não se concretizou devido à falta de verbas do governo do Estado¹⁵. Lá foram identificados materiais arqueológicos semelhantes aos encontrados ao longo do Arroio Cambará. No local, houve uma grande retirada de terra que ocasionou o aparecimento dos materiais arqueológicos, que foram coletados e armazenados no Núcleo de Arqueologia da universidade. Ao longo deste ano (2011), verificou-se a condição atual do sítio. Nessas visitas, não foram encontrados novos materiais, possivelmente devido ao fato de que a terra é constantemente remexida (há no sítio vestígios da constante movimentação de terra ocasionada pela chuva). Sendo assim, os materiais arqueológicos poderiam ser deslocados para fora da área evidenciada ou encobertos pela terra.

¹⁵ Site oficial de Cruz Alta. Disponível em: <http://www.cruzalta.rs.gov.br/portal1/municipio/noticia.asp?ildMun=100143114&ildNoticia=42401>
Acesso em: 10 de março de 2011.



Fig3 – Imagem de satélite apontando a localização dos 4 (quatro) primeiros locais de interesse arqueológico em Cruz Alta (Fonte: Google Earth).

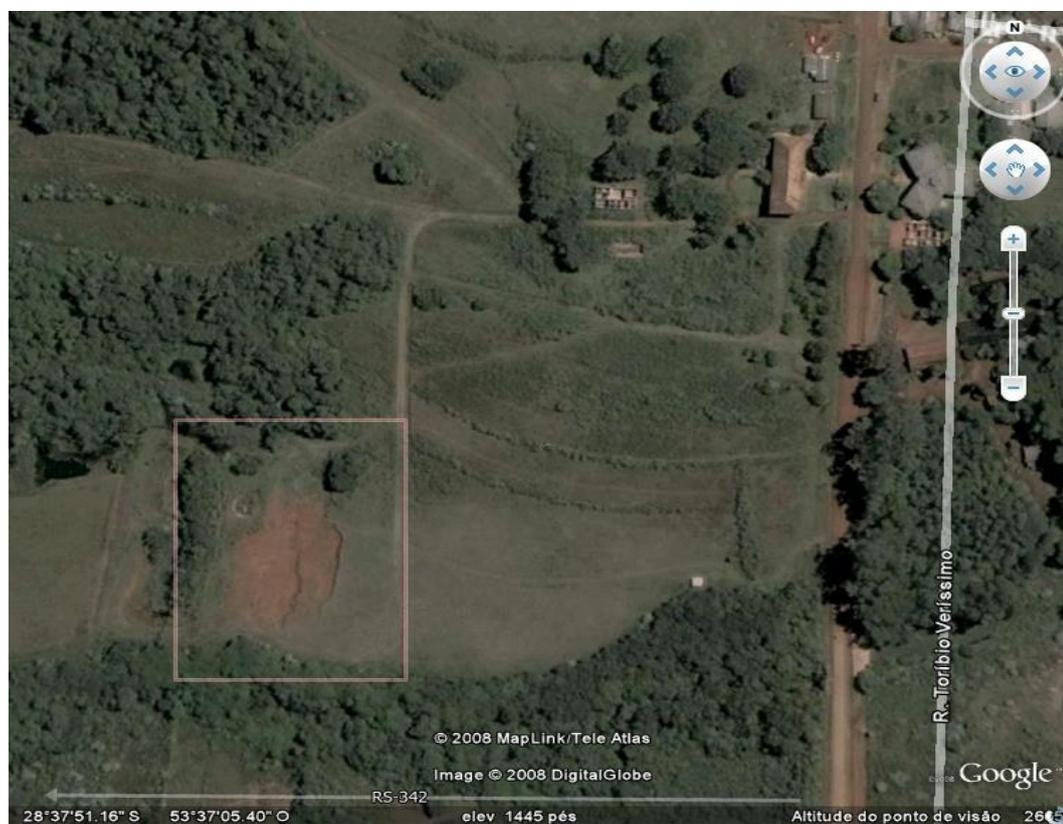


Fig4 – Imagem de satélite apontando a localização do Sítio da casa de passagem indígena (Fonte: Google Earth)



Fig5 – Sítio da casa de passagem indígena (Fonte: Arquivo pessoal)

Todos esses materiais estão armazenados na Universidade de Cruz Alta. Pela dificuldade do acesso, resolveu-se essa situação através da pesquisa bibliográfica. Os textos sobre Cruz Alta, as informações sobre as pesquisas do PRONAPA e o fato de que essa pesquisa ocorre em uma cidade onde vivem grupos indígenas, fez com que houvessem recursos e fontes para trabalhar com um estudo etno-histórico, como será abordado a seguir.

2.3 Trabalhando com as fontes para compreender uma Etno-história

As motivações que me propiciaram esta pesquisa foram a presença de sítios arqueológicos no noroeste do Estado, também grupos indígenas em períodos coloniais vivendo na mesma região onde existem os sítios arqueológicos, sem deixar de mencionar a presença de grupos indígenas visitando atualmente a cidade. Juliana Machado externou preocupações semelhantes, quando afirmou que um dos fatores que a levou a estudar algumas comunidades ribeirinhas da Amazônia foi a preocupação em entender o porquê dessas populações, muitas vezes, ocuparem as mesmas áreas de sítios arqueológicos (MACHADO, J, 2009, p. 63). No caso de Cruz

Alta, não existem comunidades indígenas ocupando exatamente o mesmo espaço onde foram encontrados os sítios arqueológicos, porém, a região faz parte dos territórios tradicionalmente ocupados por comunidades indígenas. Por isso se torna possível, ainda, pensar num processo histórico de longa duração.

A partir da pesquisa bibliográfica sobre as comunidades indígenas do noroeste do Rio Grande do Sul – através dos sítios arqueológicos, dos textos de autores locais (cruz-altenses, principalmente) e do conhecimento sobre a presença de grupos indígenas hoje no município – percebeu-se que poderia ser construído um texto que relacionasse o registro arqueológico pré-colonial com essas comunidades indígenas. A região onde se consolidou o município de Cruz Alta foi uma região muito ocupada por populações indígenas, “o que se pode confirmar tanto pelos documentos históricos, quanto pela etnografia” (SOUZA, 1998, p. 306).

Segundo David Lowenthal (1998, p. 134), “a verdade na história não é a única verdade sobre o passado; cada história é verdadeira em infinitas maneiras [...]”, sendo então a história indígena uma dessas verdades, levando em consideração a história tradicional e oficial que comumente se reproduz em Cruz Alta. Portanto, seria possível juntar todas essas informações, encontradas sobre a presença indígena, em uma mesma pesquisa.

David Lowenthal afirma que, “memória, história e fragmentos oferecem caminhos para o passado que se percorrem melhor quando combinados” (ibidem, p. 166). Os fragmentos foram encontrados através das longas caminhadas na área agrícola da Universidade de Cruz Alta e isso criou a possibilidade de se explorar mais a região e encontrar mais evidências, a história é possível de ser pesquisada por meio dos documentos bibliográficos que apontam a existência histórica de grupos indígenas no noroeste do Estado. Já a memória poderia ser conhecida por meio da presença das comunidades indígenas que hoje estão em Cruz Alta.

Assim, durante a pesquisa bibliográfica, foram encontradas fontes a respeito do estudo da Etno-História. Conforme José Luis de Rojas,

Quem sabe à “etno-história” se deu este nome para separá-la da história “verdadeira”, que é o estudo dos supostamente civilizados. Contudo, do estudo da etno-história se deixa claro que as matérias dos dois tipos de história são as mesmas. Quanto mais etno-história sabemos, mais claramente emergem “sua” história e “nossa” história, como parte da mesma história. Assim, não pode haver “história negra” separada da “história branca”, senão somente um componente de uma história comum, suprimido

ou omitido nos estudos convencionais por razões econômicas, políticas e ideológicas (WOLF, 1987, pp. 33-34 apud ROJAS, 2008, p. 35).

Assim, estudar a etno-história do noroeste do Rio Grande do Sul, mais especificamente da região de Cruz Alta, surge como uma contribuição para o melhor entendimento de como os povos indígenas se estabeleceram na região em um período pré-colonial e qual foi sua participação no processo que transformou um pouso de tropeiros em um município. Cruz Alta não é somente uma terra de tropeiros, como é comum afirmar.

Trata-se de um objetivo possível – trabalhar com etno-história – em função de autores que argumentam que a mesma não é um campo de pesquisa definido (OLIVEIRA, 2002) e que o conceito se adapta a cada um que o utiliza (ROJAS, 2008, p. 31). José Luis de Rojas, utilizando uma discussão sobre a definição do conceito – na celebração dos 10 anos de existência do Departamento de Etnohistoria do Instituto Nacional de Antropología e História do México – citou: “La etnohistoria: de que la hay, la hay” (BOHM, 1988 apud ROJAS, 2008, p. 29). Mesmo assim, é possível utilizar uma definição, a respeito do conceito:

[...] entendo a Etnoistória como uma perspectiva metodológica interdisciplinar, dinâmica e em permanente construção, voltada ao estudo da história e da cultura de povos nativos não-europeus, a partir da análise de todo tipo de fontes primárias e secundárias disponíveis (arqueológicas, ecológicas, etnográficas, genéticas, geográficas, lingüísticas, orais, textuais e outras), porém dentro de uma dimensão espaço-temporal que recua ao período pré-histórico e pode chegar aos dias de hoje, especialmente nos casos de povos indígenas que conseguiram sobreviver ao processo de conquista e colonização. Sua preocupação mais conhecida está em torno das mudanças causadas a partir dos contatos entre indígenas e europeus no período colonial. [...] (OLIVEIRA, 2002, p. 34).

Jorge Eremites de Oliveira (2002) buscou por meio de fontes etno-históricas e etnoarqueológicas, principalmente, compor uma história indígena total, “em seus múltiplos aspectos e perspectivas espaço-temporais” (OLIVEIRA, 2002, p. 37). O autor realizou uma pesquisa etnoarqueológica com os canoeiros Guató do pantanal; buscou utilizar de fontes etno-históricas para entender o processo histórico de ocupação indígena nas terras baixas do Pantanal, associando todo esse processo com as populações indígenas existentes hoje.

É prudente usar o termo etno-história para fundamentar o estudo das sociedades indígenas que estiveram no local onde hoje se situa o município,

pensando mais na evidência do passado indígena e da necessidade de entender esse processo, do que na composição de uma cronologia, que contemple todo o processo histórico de ocupação na região, algo que dificilmente seria realizado em tempo hábil. Além disso, a intenção aqui é apresentar alguns dados sobre a presença indígena no noroeste do Estado, visando compreender um pouco desse processo histórico. Conforme Jorge Eremites de Oliveira,

[...], é preciso ter clareza que revisão alguma pode ter a pretensão de ser completa e apresentar respostas cabais a todos os questionamentos possíveis e imagináveis sobre diversos aspectos da pré-história e da História Indígena da região. Pelo contrário, toda revisão será sempre uma análise incompleta acerca de determinada temática, um estudo marcado pelo seu tempo e pelas preocupações inerentes ao pensamento de seu autor. Por outro lado, revisar também significa apontar novos problemas e outros caminhos a seguir em termos de estudos regionalizados, o que exige certa capacidade de imaginação e erudição teórico-metodológica (ibidem, p. 39).

A conjunção dos dados encontrados em fontes documentais e históricas, e os dados provenientes da pesquisa arqueológica tem a possibilidade de contribuir para a construção de uma memória histórica a respeito das sociedades indígenas, sem ter a pretensão de tornar esta pesquisa uma referência sobre essa história.

2.4 A presença indígena na região de Cruz Alta

Inicialmente, os vestígios materiais encontrados no município de Cruz Alta, de comunidades indígenas antigas, foram associados possivelmente a grupos de caçadores-coletores que poderiam ter se estabelecido na região em períodos remotos (ALMEIDA, 2008). Alguns dos instrumentais encontrados em campo sugeriram atividades de caça, como a pedra de arremesso polida e picotada. Não foram encontrados materiais cerâmicos. Além disso, em função de que não ocorreram escavações nos locais onde foram encontrados os materiais em superfície, apontar a possibilidade dos sítios serem associados a grupos de caçadores-coletores ainda figura como um objetivo futuro, distante, dependente de pesquisas mais aprofundadas. Vale esclarecer que o trabalho realizado na área agrícola da Universidade de Cruz Alta foi um trabalho de prospecção¹⁶ e não de

¹⁶ Por **prospecção** entendem-se trabalhos de verificação inicial que propiciem fundamentos para futuras escavações. Estes compreendem levantamentos de superfície e sondagens, através de poços-teste, trincheiras e tradagens (REIS, 2002, p. 69).

escavação¹⁷. Sendo assim – devido à pequena quantidade de intervenções realizadas nos locais – se torna impossível relacionar a cultura desses sítios indígenas antigos aos grupos indígenas identificados historicamente na região, como os Guaranis e Kaingangues.

Além disso, procurou-se não atribuir esses locais de interesse arqueológico (e os materiais neles encontrados) a alguma tradição arqueológica específica. Isso porque é necessário mais do que uma tipologia para buscar entender, por exemplo, um possível sistema de assentamento na região. Este tema foi explorado na pesquisa de Sirlei Hoeltz, interpretando as tradições arqueológicas Umbu e Humaitá no sul do Brasil¹⁸. Isso quer dizer que, por exemplo, um biface da tradição arqueológica Humaitá, pode não ser associado a grupos de caçadores-coletores, mas sim a cultura material de grupos ceramistas que habitaram o planalto gaúcho em outros períodos históricos. São necessários longos trabalhos de campo para se ter uma noção maior sobre os sítios. Segundo Adriana Dias (DIAS & SILVA, 2001 apud DIAS, 2003, p. 47),

[...], a diversidade dos conjuntos relacionados à Tradição Humaitá pode ser melhor entendida se observada em relação aos contextos regionais de distribuição de sítios. Estes, em geral, estão associados a áreas tradicionalmente ocupadas por horticultores, associados à Tradição Taquara e a Tradição Guarani, podendo estes sítios líticos fazer parte dos sistemas de assentamento destes grupos ceramistas (DIAS, 2003, p. 47).

É comum, quando se trata de entender o passado dos grupos indígenas, tentar realizar aproximações entre a cultura material do passado pré-colonial e as sociedades conhecidas historicamente. É assim, por exemplo, entre as tradições arqueológicas Umbu e Vieira com os grupos do pampa: Charruas e Minuanos. Toma-se como exemplo a descrição de Arno Kern a respeito de grupos culturais que ocuparam a região do pampa:

[...], os mais antigos grupos de caçadores conhecidos se estabeleceram nas áreas de paisagens cobertas por arbustos e imensos tapetes de gramíneas, que genericamente denominamos de “pampas” na Argentina, no Uruguai e no sul do Rio Grande do Sul. Os restos arqueológicos de suas culturas

¹⁷ A **escavação** é o trabalho intenso, utilizando-se de problemáticas teóricas prévias, hipóteses, métodos e técnicas peculiares aos trabalhos de campo (idem).

¹⁸ [...], inúmeras pesquisas arqueológicas ocorridas em diversas áreas da região sul do Brasil [vem] sugerindo que os artefatos líticos tradicionalmente aceitos como representantes da tradição Humaitá corresponderiam a populações de horticultores e não a grupos sociais pré-cerâmicos (2005, pp. 18-19).

materiais são encontrados em sítios arqueológicos do final do pleistoceno e do período pós-glacial. [...]. Seriam estes, provavelmente, os grupos indígenas que se tornaram conhecidos a partir do século 16 como os Charruas e Minuanos históricos (KERN, 1998, p. 63).

No caso da cultura material associada à tradição Umbu, geralmente associada aos sítios arqueológicos mais antigos do atual território do Rio Grande do Sul, são as suas características e a localização que levam a crer que possam apresentar semelhança com a cultura material dos grupos conhecidos como Charruas e Minuanos.

Além disso, buscando encontrar mais referências sobre os sítios arqueológicos do noroeste do Rio Grande do Sul, realizou-se uma pesquisa no Cadastro Nacional de sítios arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), encontrado no endereço eletrônico da instituição, com a intenção de se obter informações sobre os sítios arqueológicos próximos ao município de Cruz Alta¹⁹. Foram encontrados diversos sítios arqueológicos em todo o Estado do Rio Grande do Sul, porém, nenhum deles localizados em cursos de água que cruzam o município. Deu-se maior atenção aos sítios que foram localizados na bacia do Rio Ijuí, no qual os arroios que cruzam por Cruz Alta se inserem.

É preciso lembrar que muitos desses sítios apresentam erros de registro, como por exemplo, sítios líticos caracterizados como pertencentes à tradição cerâmica Tupiguarani, sítios que não possuem maiores detalhes sobre o material encontrado, etc. Muitos são definidos basicamente com as mesmas referências, como por exemplo, “sítio lítico”, ou “sítio superficial com material lítico de grandes dimensões”. Em diversas ocasiões encontram-se sítios líticos e cerâmicos cadastrados na mesma época em um determinado município, que poderiam ter sido encontrados em uma mesma prospecção, ou seja, esses sítios poderiam se encaixar em um mesmo sistema de assentamento, o que não é perceptível a partir do cadastro.

A grande maioria dos sítios consultados passou por registro e coleta de superfície, sendo realizados cortes estratigráficos em alguns. Todos os sítios são a

¹⁹ É importante destacar que esse cadastro fornece apenas uma pequena porcentagem de sítios registrados, comparada a todos os sítios encontrados e cadastrados no país. Isto é, se foram encontrados sítios arqueológicos em Cruz Alta antes das pesquisas do Núcleo de Arqueologia da Universidade de Cruz Alta, esses não se encontram no cadastro eletrônico de sítios do IPHAN.

céu aberto, classificados principalmente dentro das tradições arqueológicas Tupiguarani, Umbu e Humaitá.

Além disso, não sabendo de muitos detalhes sobre os materiais encontrados, não se vislumbrou a possibilidade de ver as possíveis semelhanças entre a cultura material de alguns sítios líticos pesquisados, e os sítios encontrados no município de Cruz Alta. Mesmo assim, o cadastro eletrônico do IPHAN serviu de base para que fosse possível, posteriormente, encontrar mais fontes bibliográficas para trabalhar com a questão.

Os povos indígenas que ocuparam a América, nos primórdios da ocupação humana neste continente, baseavam-se em deslocamentos por vários territórios, e talvez a região de Cruz Alta fosse, num primeiro período de ocupações indígenas na região, um local de ocupação pré-colonial. A caça e a coleta estão relacionadas com esses deslocamentos, e há a possibilidade desses grupos pré-coloniais terem encontrado na região de Cruz Alta um ambiente propício a uma ocupação (o que ainda pode ser averiguado através da pesquisa arqueológica). Afirma-se isso em função de que a região mencionada serviu de local para o estabelecimento posterior de sociedades indígenas Guaranis e Kaingangues, além de ter se tornado um local propício para o estabelecimento do pouso de tropeiros, que deu origem ao município.

É necessário levar em consideração que antes da chegada de qualquer europeu na América, existiam grupos indígenas vivendo no continente. O período que eles viveram é muito maior se comparado ao período do início da ocupação tropeira na região de Cruz Alta. Pedro Ignácio Schmitz argumenta sobre a complexidade do período pré-colonial em relação ao período colonial:

Mais de 600 gerações humanas sucederam-se de então para cá, no Estado. Isto é bastante frente às 13 gerações contadas desde a ocupação portuguesa do território, mas é pouco em comparação das 90.000 gerações humanas do Velho Mundo (2006, p. 46).

Baseado na implementação do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas em 1965, “que tinha como principal objetivo registrar a ocorrência de sítios arqueológicos no território brasileiro” (DIAS, J, 2004, p. 24), pode-se sugerir alguns apontamentos sobre a ausência de evidências arqueológicas pré-coloniais

nos arroios que cruzam o município de Cruz Alta e a ausência de sítios presentes no cadastro eletrônico do IPHAN. Segundo Jefferson Luciano,

para serem delimitadas as áreas nas quais se realizariam as pesquisas [efetuadas pelo PRONAPA], as principais bacias fluviais foram projetadas sobre um mapa do Brasil. Neste mapa foram sugeridas as possíveis rotas de migração dos grupos pré-históricos (ibidem, p. 25).

Possivelmente, os cursos de água que cruzam o município não foram contemplados pelas atividades de campo previstas pelo programa, sendo os materiais encontrados em 2007 pelo Núcleo de Arqueologia uma novidade e uma possibilidade de entendimento de um possível contexto regional de sítios arqueológicos na área.

No Rio Grande do Sul, Eurico Théofilo Miller e José Proenza Brochado foram os responsáveis pelos levantamentos arqueológicos do PRONAPA. Segundo Adriana Dias,

a seleção dos Estados brasileiros a serem prospectados deu-se em função da origem dos pesquisadores convidados a fazer parte do Programa. Assim, em 1965, quando o PRONAPA iniciou suas atividades, nove pesquisadores realizaram trabalhos de campo nos seguintes Estados: Rio Grande do Sul (Eurico Th. Miller), Santa Catarina (Walter F. Piazza), Paraná (José Wilson Rauth e Igor Chmyz), São Paulo (Fernando Altenfelder Silva), Rio de Janeiro (Ondemar F. Dias), Bahia (Valentin Calderón), Rio Grande do Norte (Nássaro A de Souza Nasser) e Mato Grosso (Mário Simões). Nos anos seguintes, Fernando Altenfelder foi substituído por Sílvia Maranca nas pesquisas no Estado de São Paulo, sendo ainda agregados ao Programa José J. Proenza Brochado, para o Rio Grande do Sul, e Celso Perota, que desenvolveu pesquisas no Espírito Santo (DIAS, 1994, pp. 20-21).

Eurico Miller realizou diversos levantamentos em boa parte do Estado, como afirma Adriana Dias:

No primeiro ano do PRONAPA, entre novembro de 1965 e abril de 1966, Miller pesquisou sítios a céu aberto e abrigos sob rocha no nordeste do Rio Grande do Sul, percorrendo os vales do rio dos Sinos e do rio Maquine e a zona lagunar litorânea (MILLER, 1967: 15-38). Entre janeiro e maio de 1967, foram prospectados sítios arqueológicos no noroeste do Estado, na porção ocidental do vale do alto rio Uruguai (MILLER, 1969a: 33-54). No período de janeiro a abril de 1968, Miller realizou pesquisas na confluência dos rios Ibicuí e Uruguai e dos rios Ibirapuitã e Ibicuí, no extremo oeste do Rio Grande do Sul (MILLER, 1969b: 13-30). Os trabalhos de 1969 foram desenvolvidos em três etapas, entre os meses de janeiro, março a abril e maio a outubro, sendo prospectado o planalto meridional, nos vales dos rios Uruguai, Pelotas e Antas. Essas pesquisas dividiram-se em duas áreas: o alto Uruguai, a oeste, e os campos de Cima da Serra, a leste (MILLER,

1971: 37-70). No último ano do PRONAPA, Miller retomou os trabalhos no nordeste do Rio Grande do Sul, em abrigos-sob-rocha do extremo sudeste da Serra Geral (MILLER, 1974: 11-24 apud DIAS, Adriana, 1994, pp. 47-48).

Algumas dessas regiões são próximas do município de Cruz Alta. Porém, como se pode observar, os arroios que cruzam o município, bem como outros que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Ijuí, foram explorados em outras oportunidades. Assim, destaca-se que o principal responsável por prospectar sítios na região onde se situa Cruz Alta foi José Proenza Brochado:

As pesquisas de Brochado tiveram início somente a partir do segundo ano de implementação do Programa, vindo a complementar as áreas trabalhadas por Miller. Entre 1966 e 1967, Brochado prospectou sítios arqueológicos também no noroeste do Estado, privilegiando, contudo, o vale do rio Ijuí (BROCHADO, 1969a: 11-32). Entre 1967 e 1968, suas pesquisas desenvolveram-se em três áreas no centro do Estado. A primeira contemplou os vales dos rios Ibicuí-mirim e médio Jacuí, na sua evasão do planalto. A segunda área abrangeu as nascentes do rio Ijuí e o alto rio Jacuí, estando a última área situada no divisor de águas entre os rios Piratini e médio Ijuí (BROCHADO, 1969b: 31-64). Entre 1968 e 1969, Brochado prosseguiu os trabalhos entre os vales dos rios Jacuí e Ibicuí-mirim, estendendo-os, no entanto, para oeste até o rio Toropi e para o sul até as drenagens dos rios Vacacaí e Vacacaí-mirim (Brochado, 1971:11-36 apud DIAS, 1994, pp. 47-48).

Portanto, se percebe que o vale do rio Ijuí, bem como as nascentes dessa mesma bacia hidrográfica e as áreas próximas ao município de Cruz Alta foram contempladas pelo programa, através das prospecções de José Proenza Brochado. Alguns arroios que cruzam o município de Cruz Alta fazem parte das nascentes do Rio Ijuí e essa porção do Estado foi prospectada entre 1967 e 1968. Há informações sobre esses levantamentos através dos relatórios produzidos por esse pesquisador. Sendo assim, se fez necessário buscar mais informações sobre esses relatórios.

Dando continuidade à pesquisa, foi realizada a visita ao Museu antropológico diretor Pestana em Ijuí, a fim de se ler o relatório escrito por José Proenza Brochado, que prospectou a região de Cruz Alta, obtendo dados sobre a ocupação da bacia do Rio Ijuí. Lá foi encontrado o relatório, publicado pelo museu Emílio Goeldi, além de mapas da região noroeste, croquis de sítios, endereços de proprietários, correspondências, etc. O relatório faz menção à presença de sítios arqueológicos associados à tradição arqueológica Tupiguarani – em sua grande maioria – alguns sítios líticos, alguns sítios Tupiguarani com a presença de cerâmica da tradição arqueológica Taquara, um conjunto de aterros, outro de túmulos de

pedras, dois alinhamentos de pedras, 1 (uma) gruta com petróglifos e 5 (cinco) sítios com concavidades polidas. Boa parte dos materiais arqueológicos encontrados nas pesquisas de José Proenza Brochado encontram-se no Museu Antropológico Diretor Pestana, em Ijuí, tendo esse museu colaborado com as pesquisas do PRONAPA (BROCHADO, 1969b. p. 1).

Além disso, houve a oportunidade de se visitar o Instituto Anchieta de Pesquisas, em São Leopoldo, onde foram obtidas informações com o arqueólogo Jairo Rogge. Lá, visualizou-se um mapa contendo os sítios arqueológicos prospectados pelo PRONAPA na bacia do Rio Ijuí e a publicação de Pedro Ignácio Schmitz e Valter Goldmeier, intitulada “Sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul. Fichas de registro existentes no Instituto Anchieta de Pesquisas” (1983), contendo informações sobre os sítios encontrados nas pesquisas da década de 60.

José Proenza Brochado, argumentando sobre as pesquisas do PRONAPA no período em que esteve atuando, afirma que

foram visitados cinquenta e um sítios arqueológicos nas três áreas onde se desenvolveram as pesquisas de 1967-68, dos quais três eram líticos, trinta e sete cerâmicos, além de dois agrupamentos de aterros, um conjunto de túmulos de pedras, dois alinhamentos de pedras, uma gruta com petróglifos e cinco sítios com concavidades polidas executadas sobre grandes blocos (BROCHADO, 1969a, p. 33).

De todos os 51 (cinquenta e um) sítios arqueológicos, 38 (trinta e oito) foram localizados no ano de 1967, nos municípios de Ijuí, Catuípe, Santo Ângelo, Pejuçara, Ajuricaba e Augusto Pestana (BROCHADO, 1969b, p. 1). Não foi encontrado o registro de sítios arqueológicos ao longo dos arroios que cruzam a cidade de Cruz Alta.

A microrregião onde foram encontrados os materiais arqueológicos – ao longo dos arroios Cambará e Panelinha, ambos pertencentes à bacia do Ijuí – ao que tudo indica, não foi contemplada pelas pesquisas do PRONAPA, levando em consideração os endereços de proprietários de terra visitados durante o programa, principalmente. Esses endereços estão localizados em municípios próximos à Cruz Alta e os cursos de água escolhidos para as prospecções, apesar de fazerem parte da bacia hidrográfica do Rio Ijuí, não são aqueles onde evidenciaram-se os materiais arqueológicos. Além disso, é possível argumentar que após a década de 60, a região de Cruz Alta se tornou uma região de pouco interesse arqueológico.

Sobre os sítios encontrados por Brochado, tem-se a informação de que se tratam de sítios que foram associados a oito fases arqueológicas distintas. Conforme o autor,

através do estudo dos sítios e do material arqueológico, foram estabelecidas oito fases arqueológicas distintas: três fases não-cerâmicas – jacuí, panambi e uma terceira ainda sem denominação ; e cinco fases cerâmicas – vacacaí, toropí, induá, ijuí e missões; das quais as quatro primeiras pertencem à tradição tupiguarani e a última é histórica (BROCHADO, 1969a, p. 33).

É necessário esclarecer que a maioria dos sítios arqueológicos identificados são associados à tradição arqueológica Tupiguarani, sendo de fundamental importância tecer alguns comentários a respeito dessa tradição.

Segundo Sirlei Hoeltz (2005, p. 46), talvez seja possível afirmar que a origem do tronco linguístico Tupi tenha se originado na borda meridional da Amazônia ao redor de 5000 anos atrás e “em um processo de contínuo crescimento demográfico, ao redor do tempo de cristo²⁰ estas populações expandiram-se para o sul [...]” (HOELTZ, 2005, pp. 46-47). Conforme a autora (ibidem, p. 47), “Os Guaranis históricos encontram-se intimamente ligados aos Guaranis reconstituídos através da arqueologia” e “de posse de fartas informações, a arqueologia dos Guaranis é mais fácil de escrever do que qualquer outro grupo pré-histórico do Rio Grande do Sul” (2005, p. 47). Compreende-se, assim, que a região onde está localizada o atual município, no passado, serviu de cenário para ocupações de grupos guaranis.

Em texto de Pedro Ignácio Schmitz, comprova-se a presença de grupos Guaranis no Rio Grande do Sul, habitando lugares próximos de onde se encontra o município de Cruz Alta. Segundo esse autor,

Ao redor de 200.000 pessoas falariam guarani no Rio Grande do Sul ao tempo da colonização europeia. Estavam distribuídas por todas as áreas de mata subtropical, que se estende ao longo do rio Uruguai e seus afluentes, ao longo do rio Jacuí e seus tributários, ao longo da costa marítima e suas lagoas (2006, p. 32).

Existe uma série de ocupações arqueológicas relacionadas aos grupos Guaranis evidenciadas e cadastradas no IPHAN e evidenciadas nos relatórios do PRONAPA, ao longo da bacia do Rio Ijuí, e também da bacia do Rio Jacuí, as duas

²⁰ Pedro Ignácio Schmitz também afirma que os Guaranis, “ao que tudo indica, chegaram ao atual Rio Grande do Sul há aproximadamente 2.000 A.P” (SCHMITZ, 2006, p. 36).

bacias hidrográficas mais próximas do município de Cruz Alta, considerando que o município é um divisor de águas entre as duas bacias, o que leva a crer que provavelmente na microrregião de Cruz Alta possam existir mais sítios arqueológicos que comprovem essa presença indígena. Pedro Schmitz argumenta que

[...] no século XVI e XVII, todas as áreas de mata subtropical ao longo da costa, na borda do planalto, na serra do Sudeste e ao longo dos rios, estava ocupada pelos agricultores Guaranis. Já não havia possibilidade de novas expansões e a população deveria se defrontar com um sério impasse, [...] registrado pelos missionários espanhóis, que escreveram não existir nas matas um só lugar de terra suficientemente conservado para organizar uma missão²¹ (2006, pp. 37-38).

José Proenza Brochado (BROCHADO, 1969a, p. 52) argumenta que é possível “identificar a direção e o sentido do movimento da difusão da tradição cerâmica tupiguarani, ou do deslocamento dos seus portadores através das áreas prospeccionadas em 1966-68” pelo PRONAPA. Segundo o autor,

[...] levando-se em consideração que os sítios das fases missões e ijuí se encontram na parte média do vale do ijuí, os da fase induá principalmente nas cabeceiras do ijuí e do jacuí, e os da fase toropi e vacacaí na parte média do vale do jacuí, é possível que tivessem subido o jacuí, galgando portando o planalto por um dos caminhos mais acessíveis, daí passando para o Ijuí e descendo por este em direção ao rio Uruguai. O movimento contrário, subindo o rio Ijuí, observado em 1966-67 (Brochado, 1969: 23) parece referir-se a um movimento local (ibidem, p. 52).

Além dos sítios associados a tradições líticas e cerâmicas, como por exemplo, a tradição Tupiguarani, é preciso mencionar a presença de materiais arqueológicos associados à tradição Taquara. Segundo Hoeltz (2005, p. 42), “esta tradição seria caracterizada pela presença de uma cerâmica distinta da pertencente aos Guaranis do sul do Brasil”, além de apresentar sítios com estruturas subterrâneas (idem, p. 42). Estas estruturas subterrâneas não foram encontradas nas pesquisas – citadas aqui – de Brochado. Mesmo assim, segundo este autor,

a existência da cerâmica da fase taquara (Miller 1967: 20, EST. 8) em sítios da fase toropi e induá [fases cerâmicas associadas à tradição arqueológica Tupiguarani], no vale do rio Jacuí, indica a influência de uma tradição cerâmica do planalto (Schmitz e Brochado, s/a; Schmitz et alii, 1967), mas a sua localização na parte mais recente da seriação de ambas as fases dá maior peso à hipótese de contato do que de reocupação dos sítios,

²¹ Além disso, José Otávio Catafesto de Souza afirma: “[...]. Como dizem até hoje os Mbyá, onde tem mato é sua terra tradicional. [...]” (SOUZA, 1998, p. 306).

enquanto a pequena quantidade parece indicar comércio (BROCHADO, 1969a, p. 52).

A relação que se estabelece entre os portadores da tradição arqueológica Tupiguarani com os guaranis históricos, também é possível de ser pensada no que se refere aos sítios da tradição Taquara e a outros grupos indígenas conhecidos historicamente, a contar do período colonial. Segundo Hoeltz (2005, p. 44),

para os autores [citando Pedro Ignácio Schmitz e Ítala Basile Becker], a tradição Taquara encontra-se atualmente representada pelos grupos Kaingang das reservas indígenas do norte e nordeste do Rio Grande do Sul e conseguiu sobreviver à conquista europeia, apesar de apresentar nomes diversos (Guaianá, Coroadó, Kaingang).

Além disso, existem outras características dos sítios arqueológicos localizados pelo PRONAPA, que apontam semelhanças entre o registro arqueológico pré-colonial e características de grupos indígenas conhecidos através da história:

Os aterros observados nos formadores do Ijuí e do vacacaí, lembram imediatamente, pela sua forma e situação, os cemitérios dos guaianá históricos do planalto, da família linguística Kaingang (SERRANO, 1947: 148), os quais cobriam seus mortos com montículos de terra reunidos em cemitérios mantidos muito limpos com oferendas de fogo e água (Lozano, 1874, 1: 423; SERRANO, 1947: 149; CANALS FRAU, 1953: 291; PORTO, 1954,1: 58s apud BROCHADO, 1969a, p. 53).

Outras explicações sobre a presença indígena do município de Cruz Alta se encontram mesmo em fontes como a do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Lá vê-se uma breve menção à ocupação Guarani em território próximo à Cruz Alta: “NAS PROXIMIDADES da nascente do Jacuí, em terras povoadas pelos índios Guaranis, os jesuítas fundaram, em 1634, uma redução a que chamaram Santa Tereza”²².

Cláudio Baptista Carle também cita a redução de Santa Tereza, argumentando que no local, próximo à futura cidade, existia uma redução Guarani, composta por mais de 8000 indígenas:

Cruz Alta é um dos municípios mais antigos no Rio Grande do Sul. Sua origem vem do pouso dos tropeiros que conduziam mulas para São Paulo. No século XVII, os bandeirantes tinham como objetivo expulsar os jesuítas

²² Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 13 de dez de 2011.

do território a leste do rio Uruguai. Deparam-se nas nascentes do rio Jacuí com a próspera redução de Santa Teresa, que chegou a abrigar mais de 8.000 indígenas (2007, p. 5).

O fim desses aldeamentos Guaranis se explica a partir da penetração bandeirante que expulsou os povos indígenas existentes na redução. Prudêncio Rocha faz uma breve menção a esses grupos Guaranis que estiveram no local. Segundo o autor,

os gentios, disciplinados ou convertidos, vadearam o Uruguai, em barcos improvisados de couro vacum, denominados Pelotas, penetrando nas terras virgens do continente, aonde os jesuítas estabeleceram as primeiras reduções à margem oriental do jacuí, de efêmera duração, eis que até a estes cafundós, reapareceram em 1633, as hostes aguerridas de Raposo Tavares, destruindo aldeamentos e colônias, em áreas na maior parte localizadas nos territórios da futura vila do Divino Espírito Santo da Cruz Alta (ROCHA, 1980, p. 13).

Após esses primeiros incidentes, as bandeiras organizadas por Fernão Dias Paes e Francisco Carneiro, arremataram “a tarefa demolidora, destroçando os últimos aldeamentos selvícolas, recém convertidos ao cristianismo” (idem). José Proenza Brochado reforça o argumento sobre o ataque dos bandeirantes, quando afirma em seu relatório que

[...] em 1626 o primeiro missionário jesuíta, subiu o Ibicuí, penetrando no então denominado “Tape”, e a partir de 1632 os indígenas foram reunidos em diversas reduções nas bacias do ibicuí e Jacuí, abandonadas a partir de 1637, devido aos ataques dos “bandeirantes” ou “paulistas”, escravizadores de índios, que desciam do norte (BROCHADO, 1969a, p. 31).

Além disso, outras evidências da presença indígena no território da atual Cruz Alta são os caminhos missioneiros realizados por grupos guaranis – citados em fontes históricas - que posteriormente foram reutilizados por tropeiros, bandeirantes paulistas, viajantes, etc. Boa parte desses caminhos passava pelo atual território do município de Cruz Alta. Nos textos pesquisados nesta dissertação, escritos por autores que escreveram sobre a história do município, esses tropeiros são considerados como bravos ao desvendar caminhos pela mata fechada e enfrentar “bugres selvagens”. José Otávio Catafesto de Souza afirma, ainda argumentando sobre os caminhos missioneiros, que

os paulistas fizeram sua obra pioneira percorrendo caminhos indígenas provavelmente anteriores à colonização. Os caminhos ao longo dos campos do planalto era o mesmo caminho trilhado pelos autóctones guarani-missionários dos sete povos em direção aos ervais do alto rio jacuí e às vacarias do pinhal (SOUZA, 1998, p. 290).

Um deles, que se relaciona com a citação acima, é a picada do Botucaraí, caminho aberto pelo capitão João Machado da Silveira para manter contato comercial com Rio Pardo e também encurtar o caminho dos tropeiros até as capitanias do Norte (São Paulo), [...] (QUEVEDO, 2009, p. 41-42). Segundo o artigo de Moacyr Domingues, publicado no jornal Diário Serrano de 04 de junho de 1972, intitulado “A Picada do Botucaraí” (ibidem, p. 41), é citada a descoberta desse antigo caminho.

(...) em fins de 1810, existia, pois, uma Estrada de Carretas que ligava “os Ervais” às Missões; esses ervais, situados em cima da Serra do Botucaraí, eram, os ervais de Soledade e é inquestionável que tal estrada existia desde o tempo da dominação jesuítica na Missões, o comércio da erva-mate, como se sabe, era um dos sustentáculos, senão o mais importante, da economia da Companhia de Jesus e é curial que toda a região houvesse dito esquadrihadas à sua procura (DOMINGUES, 1972 apud QUEVEDO, 2009, p. 41-42).

Prudêncio também faz menção a esse caminho missioneiro, utilizado pelos grupos guaranis no transporte de erva-mate, mencionando ainda a sua antiguidade em relação aos caminhos tropeiros:

Muito antes que os tropeiros iniciassem o tráfego de bestas, que revendiam com pingues lucros na feira de Sorocaba, é pacífico que, pelos caminhos de nosso território, se fazia o continuado transporte de erva-mate, recolhida em Botucaraí (atual Soledade) e destinada aos sete povos da região missioneira (ROCHA, 1980, pp. 13-14).

Os vestígios das carretas missioneiras que passaram pela microrregião de Cruz Alta, serviram de guia aos tropeiros que em períodos posteriores começaram a penetrar na região²³.

Além dos povoados missioneiros, criados por jesuítas, “o ciclo missioneiro criou diversos postos avançados e capelas, muitos deles dando origem a cidades luso-brasileiras (Cruz Alta, Passo Fundo, Lagoa Vermelha, etc.)” (SOUZA, 1998, p. 279). A importância da futura cidade de Cruz Alta se deu inicialmente a partir do uso

²³ [...]. Foi esse o primeiro tráfego sistemático que atravessou o território de C. Alta. Mais tarde, esvaziados os sete povos, cessou esse trânsito de erva mate, mas as rodas das carretas haviam deixado os sulcos profundos daquelas longas e penosas jornadas (ROCHA, 1980, p. 14).

do espaço por grupos indígenas guaranis e posteriormente a partir dos caminhos tropeiros que foram reutilizados.

Além disso, é possível citar outras tentativas de abertura de estradas, principalmente ligadas ao tropeirismo, que tinham a ver com os caminhos indígenas missionários. É o caso do “Caminho Novo da Vacaria”, quase criado em 1816, sem sucesso, que acabou “redescobrimo o antigo caminho indígena e missionário que ligava os Campos de Vacaria às missões [...]” (DARONCO, 2006, p. 52). Mário Maestri tece comentários sobre o caminho indígena missionário, afirmando que o mesmo contribuiu para a consolidação do povoamento de Cruz Alta:

A abertura do caminho entre os Campos de Vacaria e as Missões acelerou a substituição das antigas estâncias missionárias por latifúndios pastoris luso-brasileiros e a ocupação do Planalto Médio, onde surgiram, a seguir, as povoações de Cruz Alta, Passo Fundo, Campo do Meio, Lagoa Vermelha, etc. (MAESTRI, 2006).

A partir do caminho missionário que ligava as missões até a atual Soledade, se criou a possibilidade do redescobrimento do trajeto efetuado pelos guaranis e consolidação posterior do pouso que deu origem ao município de Cruz Alta. Segundo Rocha,

esse caminho encurtava consideravelmente a distância e o tempo da tropeada, vindo estimular a intensificação desse comércio de bestas. Com o andar dos tempos, pelas suas aguadas, ótimas pastagens, amenidade do clima, Cruz Alta convertia-se em pouso dos tropeiros. Assim foram estabelecidos os primeiros ranchos – [...] – sem que os moradores tivessem a exata perspectiva do sentido histórico daquele processo civilizador. Esses rudes bandeirantes, por ora, não eram os grandes sesmeiros que mais tarde obteriam as léguas de sesmarias (ROCHA, 1980, p. 14).

Essas considerações dão a entender que o atual município apresenta uma história indígena – e não somente tropeira – e que esses grupos indígenas tiveram um papel fundamental no processo histórico de formação do povoado.

Por outro lado, percebe-se que outros grupos indígenas mantiveram contatos com tropeiros e sesmeiros na região de Cruz Alta. Autores como Prudêncio Rocha (1980, p. 10), além de apontarem vestígios sobre a presença dos “selvícolas” Guaranis, também argumentavam sobre a “vigorosa hostilidade dos ameríndios aos conquistadores da terra [provavelmente se referindo aos grupos Kaingangues]”.

Fontes históricas indicam a presença desses grupos Kaingangues vivendo no local onde se estabeleceu a cidade. Segundo José Otávio Catafesto de Souza,

[...] grupos kaingang vagavam pelo interior das matas do rio caí, das antas, alto-taquari e alto-jacuí. Ambos os grupos atravessavam os campos do planalto e sobreviviam, sazonalmente, dos recursos alimentares obtidos nas concentrações nativas de pinheiro araucária, distribuídas no ecótono de junção entre os matos fluviais e os campos de cima da serra (1998, p. 306).

Prossegue-se argumentando sobre a presença Kaingang em Cruz Alta, considerando a consolidação do pouso de tropeiros que deu início ao processo de formação da cidade. Cláudio Carle, argumentando sobre a destruição da redução de Santa Tereza e o posterior estabelecimento de tropeiros no local onde se iniciou a cidade, afirma que

atacada e destruída essa aldeia indígena em 1637, há mais ou menos 2 léguas do local da atual cidade de Cruz Alta, um pequeno grupo instala-se no alto de uma coxilha, em redor de uma capela, na frente da qual havia uma enorme cruz de madeira. A localização e a cruz forneceram os elementos para denominação do lugar que mais tarde, veio a transferir-se para o primitivo local que é onde se encontra edificada a cidade de Cruz Alta. [...] (CARLE, 2007, p. 5).

O estabelecimento de tropeiros ao redor dessa cruz ocorreu, também, em função de conflitos com grupos indígenas Kaingangues. O fato desses grupos já estarem no território, fez com que os tropeiros que se localizavam em Cruz Alta tivessem que sair momentaneamente do local onde estavam assentados (o local onde hoje se situa a cidade) para o local onde existia a grande cruz, por motivos que muitas vezes não são mencionados nos discursos históricos:

[...] Por aqui já existia algum povoamento, ainda que esparso e rarefeito. Os índios “coroados” de um espesso bosque existente, iniciaram a campanha de hostilização à medida em que se aprofundava a penetração do homem branco por estas paragens. Essas sortidas eram geralmente rebatidas sem grande dificuldade. João José de Barros [tropeiro que chegou à região] e os demais moradores, verificando a insegurança e os perigos a que estavam expostos pela visível hostilidade do ameríndio inculto e traiçoeiro, retiraram-se para um ponto localizado quinze quilômetros ao sul, onde era tradição terem os jesuítas erigido uma grande cruz de madeira (ROCHA, 1980, pp. 15).

Os índios Kaingangues fizeram com que os primeiros tropeiros se retirassem para o local onde foi erguida a grande cruz de madeira. Porém, “Mais tarde, quando

os pioneiros do povoamento se sentiram suficientemente fortes para repelir a bugreria, estabeleceram-se na área atual da cidade” (ibidem, p. 16).

Além disso, os caminhos abertos pelos tropeiros muitas vezes interferiam em territórios habitados tradicionalmente por povos indígenas, provavelmente Kaingangues. Segundo Thiago Araújo,

a abertura destas estradas (distritos de Passo Fundo e Palmeira) cortava ao meio o território indígena, o que ocasionou num contexto mais imediato conflitos endêmicos (tanto na província de São Pedro quanto em vilas do Paraná, como Palmas e Guarapuava). A estrada que ligava Cruz Alta ao planalto paranaense, encurtando longo caminho até Sorocaba, foi aberta em 1846 e denominada, com toda a arrogância dos homens brancos, como a estrada do bugre morto. (ARAÚJO, 2008, p. 130-131).

Ítala Basile Becker, argumentando sobre o processo de ocupação colonial no Rio Grande do Sul (2006, p. 127), reconhece a presença de índios Kaingangues vivendo no local onde hoje se situa Cruz Alta, mesmo em períodos posteriores à formação do povoado, quando fala na criação de aldeamentos na região:

O que de concreto o governo imperial consegue com a ajuda de jesuítas espanhóis é a fundação de três aldeamentos; [...]. Instalados, entre 1848 e 1850, são conhecidos como Aldeamento do Guarita, fundado pelo Pe. Parés com índios do Cacique Fongue, no atual município de Tenente Portela. Guarita teve como chefe índio o próprio Fongue, escolhido para essa função. O aldeamento resolveu o problema dos fazendeiros de Cruz Alta, onde também existia um grupo Kaingang, assim como o das estâncias de Santo Ângelo e São João (2006, pp. 128-129).

Esses fazendeiros e pessoas que em vários momentos foram adquirindo sesmarias na região, tinham conhecimento de que iniciariam a ocupar áreas onde havia a presença dos “bugres”. Segundo Rocha,

as concessões de sesmarias eram despachadas preferentemente a homens detentores de recursos econômicos, capazes de explorar o latifúndio pelo trabalho servil e simultaneamente, repelir as sortidas intermitentes da bugreria selvagem que porfiava em dificultar o estabelecimento do homem branco por estas paragens [...] (ROCHA, 1980, p. 11).

Além disso, é conhecido que grupos Kaingang passaram por diversos processos que ocasionaram a perda de seus territórios tradicionais ao longo do século XVIII e XIX. Segundo Laroque (2009, p. 81),

no decorrer do século XVIII, e principalmente do XIX, sobreviveram ao impacto de diferentes mecanismos da frente de expansão, tais como o estabelecimento de fazendas, abertura de estradas, imigração alemã e italiana, política oficial de aldeamentos indígenas, projetos de catequese e capuchinha e instalação de companhias de bugreiros e pedestres que avançaram sobre seus territórios.

O que se sabe é que, esses grupos indígenas Kaingangues, dos quais tem-se notícias desde períodos coloniais, até hoje estão em Cruz Alta. Participaram, no ano de 1997, de processos reivindicatórios a respeito de seus direitos originários sobre a Terra Indígena da Borboleta, próxima ao município de Espumoso-RS, tal como afirma José Otávio:

Três dias depois, João chamou uma reunião na Vila Safira (sopé do Morro Santana) para parentes e entidades, relatando o encontro em Passo Fundo e apoiando a ideia de muitos descendentes residentes em Cruz Alta, Pejuçara, Fortaleza dos Valos e Salto do Jacuí, no sentido de fazer uma ocupação coletiva de caráter político, talvez dentro da área reivindicada (1998, p. 170).

Vale lembrar também que esses Kaingangues, por meio de suas reivindicações, já estabeleceram acampamentos inclusive em praça pública da cidade:

Em 03 de agosto [de 1997], uma nova etapa do movimento foi deflagrada. O acampamento na praça central em Cruz Alta e a tomada da sede da FUNAI em Passo Fundo foram efetivados, reivindicando apenas continuidade de tramitação do processo que movem na FUNAI. Uma pequena comitiva de representantes da Borboleta foi ter uma audiência com o presidente da FUNAI em Brasília. Um pouco depois, a ocupação foi transferida da praça de Cruz Alta para o terreno ao lado da câmara de vereadores da cidade de Salto do Jacuí. O movimento teve sucesso rápido, em parte pela grande repercussão do assunto na imprensa (SOUZA, 1998, p. 175).

Nessas reivindicações, os grupos Kaingang de Cruz Alta já contaram inclusive “[...] com o apoio da Associação de Moradores de Cruz Alta, além de alguns sindicatos daquela cidade” (SOUZA, 1998, p. 170).

Todas essas evidências reforçam o argumento de que o processo histórico de formação da cidade, bem como também de períodos anteriores a essa formação, apresenta diversos acontecimentos relacionados a grupos indígenas Guaranis e Kaingangues. Há que se construir a visibilidade do chamado “bugre selvagem” retirando-o da condição de subalternidade histórica, dialogando sobre a sua história.

A partir dessas informações, é possível pensar na construção de trabalhos que reforcem essa história indígena e também na criação de discursos que não excluam as alteridades indígenas do processo histórico de formação, não só do município de Cruz Alta, mas como de todos os lugares por onde os grupos indígenas deixaram seus vestígios.

3 Considerações sobre memória, história, patrimônio e arqueologia

Após ter construído um esboço que demonstra, em parte, como se consolidou uma imagem negativa dos povos indígenas, seja através da ideologia do colonialismo, dos projetos de identidade nacional, etc. e também após buscar compor uma etno-história para a região de Cruz Alta, percebe-se a necessidade de pensar o que fazer futuramente com essas informações, isto é, como elas podem auxiliar para uma melhor compreensão sobre as diferentes histórias que podem ser contadas sobre o passado, os seus diferentes usos e possibilidades de patrimonialização.

Por isso, nesse capítulo, serão construídos alguns comentários sobre a questão da memória e como uma pesquisa como essa pode contribuir para fortalecer uma memória histórica alternativa. Sobre o patrimônio, buscar-se-á demonstrar que esses materiais arqueológicos, sob o ponto de vista da relação entre a cultura material e a sociedade, ainda não se configuram como um patrimônio arqueológico da sociedade cruz-altense. Também comentar-se-á algo sobre a questão das diferentes histórias que podem ser contadas, não somente por arqueólogos, mas compartilhadas e dialogadas a partir de outras versões e visões de mundo, principalmente a indígena. Por fim, é importante também pensar no que fazer, futuramente, com esses materiais líticos identificados e como intensificar a busca de novos sítios arqueológicos nessa região.

3.1 Sobre como uma pesquisa compõe uma memória histórica

Baseado na citação abaixo é possível construir algumas considerações sobre a questão da memória:

Entre povos indígenas sul-americanos, antropólogos geralmente não conseguem fazer diagramas de parentesco indicando mais de cinco gerações das quais descende um indivíduo de referência, denominado ego (“eu” em latim). Não é de se estranhar, então, que a memória coletiva dos Kaiowá possa recuar em torno de uns 150 anos, haja vista que uma geração tem em média de 20 a 25 anos. O que vai além dessa cronologia está no campo do imemorial e sua interpretação exige muita habilidade etnográfica e etnológica (OLIVEIRA, 2006, p. 42).

O sentido de imemorial tem a ver com o fato de que ninguém vivo hoje possui memórias associadas a fatos acontecidos em períodos muito antigos. Sendo assim, em primeiro lugar, como associar o estudo da memória a um passado pré-colonial? Ou melhor, como é possível pensar em monumentos, sítios arqueológicos, referentes a períodos distantes no tempo, dos quais não há recordações? É possível considerá-los como parte da memória de um grupo?

Maurice Halbwachs utiliza um argumento interessante no que diz respeito à memória pessoal, interna, e aquilo que se pode considerar como *memória histórica*:

Haveria portanto motivos para distinguir duas memórias, que chamaríamos, por exemplo, uma interior ou interna, a outra exterior – ou então uma memória pessoal e a outra, memória social. Mais exatamente ainda (e do ponto de vista que terminamos de indicar), diríamos memória autobiográfica e memória histórica. A primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresentaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso (1990, p. 73).

Em relação à memória individual de um indivíduo qualquer, ele poderia lembrar, por exemplo, acontecimentos históricos ocorridos em um lugar específico. Saberíamos identificá-los, diferenciando aquilo que ele vivenciou, e aquilo que ele lembra por meio de outras fontes. Tudo o que ele presenciou diz respeito à sua memória individual. Já o que não foi, mas é compartilhado socialmente, lido, visto a partir de outras fontes, poderia ser o que Halbwachs chama de memória social ou histórica (idem).

Já se sabe que os objetos arqueológicos pré-coloniais não fazem parte das lembranças dos grupos sociais contemporâneos. A memória que se tem sobre esses objetos aparece a partir do contato com esses materiais (uma memória pessoal) e daquilo que se pode coletar informações sobre (memória histórica). Uma dissertação que busca vestígios de um passado imemorial passa a ser, então, uma dissertação que compõe uma memória histórica.

Pierre Nora, leva em consideração a associação das memórias com os indivíduos que recordam, isto é, um passado indissociável das memórias individuais e coletivas. Além disso, diferencia essa memória viva, de uma história que está além da capacidade de lembrança dos grupos sociais. Segundo o autor, a memória une os grupos,

[...], o que quer dizer, [...], que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal (1984, p. 9).

A história, segundo Nora, seria aquilo que no tempo ultrapassa o período lembrado pelos grupos humanos. A história é conhecida através dos discursos, das representações sobre o passado, não fazendo parte das lembranças de grupos humanos no presente. “A história é a deslegitimação do passado vivido” (idem). Ou seja, aquilo que está além da memória, num período imemorial, já não faz mais parte do passado vivido e lembrado por alguém, deixa de ser memória e passa a ser história.

Na tentativa de compreender o passado das populações indígenas que se estuda aqui, percebem-se 3 (três) recursos para a realização de tal tarefa. Em primeiro lugar – se tratando de grupos indígenas existentes hoje – há a lembrança, as memórias desses grupos sobre o seu passado. Em segundo, a história, por meio dos documentos, discursos e relatos produzidos sobre um passado não vivenciado por esses grupos indígenas. E, em terceiro lugar, na ausência de memórias, na falta de relatos, de documentação histórica, há a cultura material, que também dá informações sobre as ocupações humanas no passado e pode contribuir para a construção da memória histórica da sociedade. David Lowenthal também argumenta a respeito do tema:

Três fontes de conhecimento do passado são aqui estudadas: memória, história e fragmentos. Memória e história são processos de introspecção (insights): Uma envolve componentes da outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são normalmente, e justificadamente, diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*; a história é contingente e empiricamente verificável. Ao contrário de memória e história, fragmentos não são processos mas resíduos de processos. Fragmentos feitos pelo homem são chamados artefatos; os naturais carecem de um nome específico. [...] (LOWENTHAL, 1998, p. 66).

Primeiro, entende-se que os materiais arqueológicos evidenciados em Cruz Alta não fazem parte da lembrança dos cruz-altenses. Isso ocorre devido à antiguidade desses materiais, produzidos por grupos indígenas que viviam nessa região em períodos remotos. Segundo a pesquisa bibliográfica, o passado pré-colonial do município de Cruz Alta tem a ver com a presença de grupos indígenas portadores de artefatos relacionados à tradição Tupiguarani, principalmente. E evidenciou-se isso através dos materiais arqueológicos encontrados, seja pelas pesquisas do PRONAPA, seja pelas pesquisas do Núcleo de Arqueologia da Universidade de Cruz Alta. São fragmentos de um passado pré-colonial. Já o passado mais recente diz respeito à presença de guaranis e Kaingangues ocupando a área onde se formou a cidade. É uma parte da história desses grupos.

Nota-se hoje a presença de grupos indígenas no município, porém, suas memórias ainda são desconhecidas e, principalmente, negligenciadas nos discursos oficiais do município. Mesmo estando presentes na formação histórica de Cruz Alta, também em períodos históricos anteriores, os textos e discursos continuam a construir a imagem do bugre. Assim, se constrói, por meio da história e dos fragmentos, uma dissertação que contribui de alguma maneira para fortalecer histórias alternativas. Todos tem o direito de conhecer e pesquisar sobre outras histórias, que não aquelas reproduzidas cotidianamente. A pesquisa histórica cria a possibilidade de se dialogar com os tradicionais discursos que reforçam uma ancestralidade exclusivamente europeia, através da maior visibilidade sobre outros grupos sociais que estiveram na região em foco. Se constrói, então, uma dissertação que, através dos fragmentos e da história, dá a possibilidade de conhecer um outro passado da região de Cruz Alta, uma memória histórica alternativa, diferenciada do que já é tradicional.

3.2 A questão do patrimônio: Serão os sítios arqueológicos patrimônios da sociedade?

Por enquanto, deu-se um primeiro passo em direção a um maior entendimento sobre o registro pré-colonial na região de Cruz Alta. Sabe-se que há artefatos líticos próximos aos arroios que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Ijuí, que cruzam o município de Cruz Alta. Sabe-se também que esses materiais podem fazer parte de algum sistema de assentamento de grupos indígenas do passado, bem como podem ser apenas vestígios de povos que estiveram de passagem pela região. Ainda assim, reforça-se que os materiais arqueológicos evidenciados não se configuram como um patrimônio arqueológico da sociedade.

Segundo a Carta de Lausanne de 1990, no seu artigo 1º,

o 'patrimônio arqueológico' [...] engloba todos os vestígios da existência humana e interessa a todos os lugares onde há indícios de atividades humanas, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo o tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associado.

A partir de definições legais se percebe a ampla caracterização do que é tido como patrimônio arqueológico. Deve ser levado em consideração o fato de que as recomendações das cartas patrimoniais – no que diz respeito à arqueologia pré-colonial - são de conhecimento dos pesquisadores que atuam diretamente com pesquisas arqueológicas. Nota-se, a respeito dessa situação, a ideia de que uma parcela da sociedade não conhece essas obrigações, e ao mesmo tempo compartilha o espaço onde vive e trabalha, com os locais onde existem sítios arqueológicos. Além disso, outros exemplos também demonstram como é restrita a comunicação entre a arqueologia e a sociedade. Conforme Nick Merriman, muitas vezes, os arqueólogos se comunicam cegamente para uma plateia que não entende o que é dito, resultando essa comunicação em chatice e incompreensão (MERRIMAN, 2004, p. 8).

As atividades ligadas ao patrimônio envolvem – ou deveriam envolver – o interesse da comunidade. É o caso, por exemplo, da população de Santo Amaro, no Rio Grande do Sul, que se viu incomodada com o fato do IPHAN proibir a instalação

de uma caixa d'água em área tombada²⁴. Esse fato diz respeito ao patrimônio do município, porém, nem sempre existe identificação dos grupos sociais com o mesmo. Percebe-se aí a preocupação com a relação – nem sempre harmoniosa – existente entre a sociedade e com o que é definido como patrimônio.

O problema em categorizar algo como patrimônio é muito complexo. Esse conceito é bastante utilizado e pensado como uma presença do passado no presente, que precisa ser valorizada. Porém, o argumento da valorização do passado não chega a ser um consenso. Sociedades não se identificam com tudo o que é definido como patrimônio cultural. Além disso, muitas vezes o patrimônio arquitetônico, histórico, da “elite”, é muito mais valorizado, comparado com o patrimônio arqueológico indígena e negro, por exemplo. Nas escolas, geralmente, “o índio só é apresentado em relação ao português e sua cultura é analisada com base no contraste com a do colonizador” (NAJJAR, 2005, p. 358). Pedro Paulo Funari argumenta que os “indígenas, africanos e pobres são raramente mencionados nas lições de História e, na maioria das vezes, as poucas referências são negativas, ao serem representados como preguiçosos, uma massa de servos atrasados incapazes de alcançar a civilização” (2001, p. 26).

O desconhecimento sobre as leis referentes à cultura material pré-colonial é um dos fatos que podem ser pensados no que diz respeito à proteção e valorização dos sítios pré-coloniais. A Lei nº 3.924, de 26 de Julho de 1961, publicada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN trata a questão dos monumentos arqueológicos e pré-históricos:

Expressando obrigações da União e listando direitos e deveres dos proprietários de áreas com sítios arqueológicos, o documento permanece até os dias de hoje como elemento regulador das atividades de escavação, conservação e proteção desse patrimônio histórico (SILVA; NETO; JÚNIOR, p. 9).

Uma das preocupações expressas no documento é referente às destruições de sítios arqueológicos. Muitas vezes essa destruição é resultado de ações inconscientes por parte do público em geral. São inúmeros os exemplos de

²⁴ “[...] a comunidade de Santo Amaro se uniu e arrecadou recursos a fim de adquirir uma caixa d'água para fornecer água encanada à população. Todavia, como esse empreendimento era para ser realizado numa área tombada, não foi possível, já que, após grande parte da estrutura já estar construída, o IPHAN impediu tal construção com o objetivo de manter o estilo histórico da Vila” (SOUZA e LIMA, 2010, p. 106).

atividades que regularmente alteram o contexto original de áreas onde há sítios arqueológicos. Várias ocupações pretéritas são identificadas pelas atividades da arqueologia em situações onde se percebe o sítio em um contexto secundário²⁵, sem deixar de mencionar que essas destruições muitas vezes são feitas de forma consciente. Isso pode ocorrer por razões políticas, ideológicas, religiosas, etc.

Por outro lado, em muitas situações, proprietários de terra, por exemplo, conhecem áreas onde existem sítios arqueológicos. A evidência de artefatos mais elaborados e facilmente identificáveis como pontas-de-projétil, machados polidos, entre outros, frequentemente fazem com que esses proprietários recolham e muitas vezes gerem coleções pessoais a partir dos seus achados. E essa é uma prática e uma particularidade que ocorre desde tempos mais antigos. Bruce Trigger, por exemplo, afirma que,

artefatos oriundos de um passado desconhecido foram coletados por algumas sociedades tribais. Pontas de projéteis, cachimbos de pedra e ferramentas nativas de cobre, feitas milhares de anos antes, são encontradas em sítios iroqueses dos séculos XV e XVI, no leste da América do Norte. Esses objetos podem ter sido descobertos no curso de atividades cotidianas e guardados pelos iroqueses (Tuck, 1971: 134) assim como “pedras de raio” (machados líticos) e “dardos de elfo” (pontas líticas de projéteis) eram coletados por camponeses europeus na Idade Média (machados de pedra europeus eram também vendidos a ourives, que os empregavam para brunir [Heizer, 1962a: 63]) (TRIGGER, 2004, p. 28).

Cornelius Holtorf (2006, p. 105) relata a sua experiência enquanto alguém que possui artefatos arqueológicos em seu acervo pessoal (um deles retirado do Muro de Berlim), e argumenta ainda que

se todos os visitantes fizessem o mesmo, em questão de anos [...] o sítio continuaria a existir apesar de estar deslocalizado: distribuído nas mentes e nas prateleiras de muitos turistas orgulhosos em todo o mundo (2006, p. 105)

Holtorf argumenta que o seu texto não é uma chamada para mais destruições, mas é um alerta sobre os perigos da ideologia fundamentalista do preservacionismo patrimonial (ibidem, p. 102). Ao mesmo tempo em que existe a necessidade de preservação da cultura material pretérita, existe o uso do que é considerado patrimônio a partir de diversos pontos de vista e interesses. Conforme

²⁵ Como exemplo é possível citar a utilização de estruturas subterrâneas como depósito de lixo, a atividade agrícola, a retirada de terra em locais onde há sítios arqueológicos, entre outros inúmeros exemplos.

Nick Merriman não importa o quanto o arqueólogo tente, não arqueólogos irão reapropriar, reinterpretar e renegociar significados para os recursos arqueológicos (MERRIMAN, 2004, p. 7). A legislação determina o que é patrimônio, porém, grupos sociais se apropriam do mesmo de distintas maneiras.

Até mesmo a destruição de sítios arqueológicos, muitas vezes, é motivo de discussões sobre a valorização do passado e preservação da cultura material. Segundo Holtorf,

indiscutivelmente, pode até ser uma vantagem para lembrar o passado se pouco ou nenhum patrimônio cultural sobrevive em forma material. Se é dito que a herança contribui para a identidade das pessoas, a perda do patrimônio pode contribuir para a identidade das pessoas ainda mais (HOLTORF, 2006, p. 103).

Isso ocorre principalmente quando há identificação com o que foi perdido, quando há o sentimento de perda por aquilo que possuía um sentido para um determinado grupo de pessoas.

Os significados atribuídos à cultura material se alteram conforme o tempo e conforme a sociedade que o interpreta. Nem todas as sociedades buscavam preservar a cultura material pretérita, pois em muitos casos a mesma não fazia parte de sua memória. Segundo Lowenthal, a função da memória não é preservar o passado – e aqui é possível incluir a materialidade pretérita – e sim “adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente” (LOWENTHAL, 1998, p. 103). O que se pode argumentar a respeito disso é justamente o fato de que necessário levar em consideração esse tipo de situação e encarar o fato de que a legislação pode até definir legalmente o que se considera enquanto patrimônio arqueológico, porém, a sociedade e as instituições fazem uso da cultura material a partir de diversas formas e representações.

Sendo assim, considera-se que o patrimônio possui relação com as sociedades vivas, com o presente. Don Fowler (CHANG, 1980, p. 505 apud FOWLER, 1987, p. 238) cita em seu texto um ditado de Mao Tse Tung: O passado deve servir ao presente. Tornatore afirma também que o patrimônio, por mais que tenha a ver com o passado, é celebrado hoje:

Se o patrimônio celebra o passado, é menos o passado e sim sua presença, isto é, a maneira pela qual as coisas do passado nos são apresentadas, a maneira pela qual os coletivos organizam a presença do passado como

modalidade de consciência de si e "ser no tempo" (HARTOG, 2003, p. 20 apud TORNATORE, 2010, p. 19).

O conhecimento produzido sobre o passado deve servir aos interesses contemporâneos, buscando o fortalecimento de identidades culturais. Por mais que um artefato tenha sido criado e utilizado por grupos do passado, somos nós que o estudamos e buscamos compreendê-lo. Somos nós os responsáveis pela escolha desse artefato como patrimônio. Lowenthal afirma que os artefatos são,

simultaneamente, passado e presente; suas conotações históricas coincidem com seus papéis modernos, misturando-os e às vezes confundindo-os [...]. O passado tangível está em fluxo contínuo, modificando, envelhecendo, renovando e sempre interagindo com o presente (LOWENTHAL, 1998, p. 165).

Assim, entendendo o processo que buscou excluir as sociedades indígenas do processo histórico e dos projetos de identidade nacional, e também compreendendo as evidências sobre o passado indígena, tenta-se iniciar a construção de um trabalho que sirva para compreender e valorizar o passado, porém, com o foco no presente. Segundo Palermo, “estas contribuições (fragmentárias, tentativas) pretendem gerar um horizonte crítico que, surgido no passado, tem algo a dizer no presente [...]” (PALERMO, 2010, p. 32). Portanto, se o patrimônio que se estuda é percebido hoje, e a partir das mais diversas representações, não se fala mais de um patrimônio “morto”. Segundo Dominique Poulot,

o patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar os valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica. Nesse aspecto é que a história parece, com tamanha frequência, “morta”, no sentido corrente. Mas, ao contrário, o patrimônio é “vivo”, graças às profissões de fé e aos usos comemorativos que o acompanham (LOWENTHAL, 2002 apud POULOT, 2009, p. 12).

O Patrimônio não é estático nem desaparecido (LOWENTHAL, 2005, p. 395). O patrimônio adquire sentido a partir do seu uso e significado para os grupos sociais. Além disso, se altera e adiciona a cada dia (idem). Conforme Lowenthal, “[...] acima de tudo, o que conta como herança muda o tempo todo; não é produto acabado, conservado em âmbar, mas um palimpsesto em constante mudança” (idem).

Letícia Ferreira destaca a importância de que, “tal como afirma Nora [...] o patrimônio é muito mais reivindicado do que herdado” [...] (NORA, 1997, p. 392 apud FERREIRA, M, 2006, p. 80). Segundo Dominique Poulot,

[...], a noção de patrimônio envolve, em primeiro lugar, um conjunto de posses que cumpre identificar como transmissíveis; em seguida, um grupo humano, uma sociedade, capaz ou suscetível de reconhecê-las como suas, de demonstrar a sua coerência e de organizar a sua recepção; e, por fim, um conjunto de valores, políticos no sentido mais geral do termo, que permite articular os legados do passado à espera ou à configuração de um futuro, com o objetivo de promover algumas mutações e, ao mesmo tempo, afirmar uma continuidade (2008, p. 36).

Ideia essa que diz respeito ao patrimônio a partir do reconhecimento da sociedade em relação à cultura material pretérita. E isso requer um processo. Processo que se inicia com a evidência dos materiais arqueológicos, seu estudo e interpretação, publicações, divulgação dos resultados, etc. O que se percebe é que uma possível valorização dessa cultura material associada a grupos pré-coloniais nem sempre é considerada viável, sendo que os textos sobre Cruz Alta, por exemplo, dão um papel marginalizado para uma história indígena. A defesa de um passado tropeiro, heroico, desbravador é muito mais aceita e utilizada. É preciso toda uma política de valorização e conscientização coletiva, que só pode ser construída a partir do reconhecimento e do diálogo.

3.3 Construindo e conhecendo outras histórias

Outras vozes, outras histórias. Percebe-se, dessa maneira, que não é somente o discurso científico que possui exclusividade sobre a interpretação do passado. Outros indivíduos o pensam de outras maneiras e esse conhecimento é fundamental para que não haja uma interpretação singular. O colonialismo foi uma ideologia que buscou silenciar outras vozes, porém, essas vozes são ativas e essas memórias são presentes. Walter Mignolo, citando Ranajit Guha, exemplifica essa relação: “[...] E houve algo que os britânicos nunca puderam colonizar na Índia e esse algo foi sua memória” (MIGNOLO, 2003, p. 48).

Por mais que tenha ocorrido no continente um processo que buscou extinguir as sociedades indígenas, isso não significou a sua extinção e nem o seu silêncio. Percebe-se que é possível explorar uma infinidade de discursos, que surgem do

conflito, da desigualdade, da diferença colonial. É a diversidade como conflito e ponto de partida (ANGELO, 2005, p. 187) na construção de novas interpretações.

Sabe-se que existem públicos interessados em participar e discursar sobre suas próprias histórias. Os grupos indígenas, cada vez mais, vêm participando das gestões do patrimônio arqueológico em vários lugares do mundo. Segundo Rafael Curtoni,

desta forma, os grupos alternativos, tais como os indígenas, começaram a participar em projetos de manejo e interpretação de sítios e na produção de conhecimentos arqueológicos (Green *et al.* 2003; Layton 1989; Leone *et al.* 1995). Em consequência, se originaram múltiplas versões do passado e pluralismo de posições. Da mesma forma, a propriedade dos restos culturais, humanos e da terra, foi incluída na agenda arqueológica (CURTONI, 2004, p. 439).

Hoje em dia, essa participação das diversas comunidades tem se tornado mais ativa, se distanciando da relação passiva que o público, de uma maneira geral, mantinha com o patrimônio arqueológico. Rafael Curtoni afirma que,

durante muito tempo a relação entre a arqueologia e o público tem sido caracterizada como um “negócio passivo”, no qual os arqueólogos produziam um passado para ser consumido por clientes sem maiores controvérsias (GATHERCOLE; LOWENTHAL, 1990). Esta situação se modificou nas últimas décadas basicamente através do debate no qual distintos grupos minoritários começaram a reclamar o uso do passado motivados por interesses particulares e a participar em projetos de manejo e interpretação (Bender 1998; Layton 1989; Leone *et al.* 1995; Marshall 2002). Neste contexto, os arqueólogos e diversos grupos étnicos, alternativos e indígenas, começaram a considerar a importância do passado e seu poder potencial para ser utilizado de distintas maneiras (CURTONI, 2004, p. 438).

Como afirma Nick Merriman, mudanças vêm acontecendo fora da disciplina. Segundo o autor, diversas comunidades indígenas e outros povos minoritários tem algo a dizer no estudo e interpretação do seu próprio passado (MERRIMAN, 2004, pp. 3-4). Merriman também cita o apoio do *World Archaeological Congress* na luta pela maior participação das comunidades indígenas na gestão do patrimônio arqueológico (MERRIMAN, 2004, pp. 3-4). Além disso, há alguns teóricos que até afirmam que os arqueólogos não possuem o direito de interpretar a história de outros povos (HODDER, 1984b apud TRIGGER, 2004, p. 336). Segundo essa linha teórica, o principal dever dos arqueólogos seria “dar aos indivíduos meios de construir suas próprias concepções do passado – embora não fique claro como uma

tal informação poderá ser dada sem que vieses intrínsecos lhe ajuntem” (TRIGGER, 2004, p. 336).

Exemplo de iniciativa que busca a composição de histórias alternativas é o papel da CONAIE (Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador):

A história proposta pela CONAIE (1989) como parte de sua história organizativa argumenta um passado que tem pouco a ver com os estudos arqueológicos e etno-históricos levados a cabo no país; é uma história alternativa à oficial promulgada pelo Estado equatoriano, o alternativo está definido por seu próprio conteúdo mais que por seus métodos de apropriação histórica (BENAVIDES, 2005, p. 8).

Benavides afirma que “isto se deve à fantasia e imaginário da história oficial, facilmente comprovada em textos escolares de história nos quais se fala de reinos [...] e figuras [...] que nunca existiram ou estão longe de ser como são descritas” (idem). Assim são algumas das várias histórias contadas sobre Cruz Alta, por exemplo. Histórias que afirmam, por exemplo, que a escravidão na região de Cruz Alta foi amena, que sociedades indígenas do passado nada têm a ver com as sociedades indígenas contemporâneas, ou ainda, as histórias que contam que os índios no sul do país não existem mais (é possível ainda citar várias outras).

Dessa maneira – por meio da contestação sobre os discursos oficiais – os povos indígenas do Equador reivindicaram e conquistaram a escrita de sua própria história. Como afirma Benavides,

[...] deste modo o passado pré-colombiano não se reproduz como uma história longínqua, distante e fria, presente de forma escrita em textos chatos. Mais que isso, a história indígena é uma história viva que nutre a luta contemporânea pela igualdade e os direitos humanos que cobra ainda mais sentido se há um lugar histórico, por mais imaginário que seja, de igualdade e poder aonde regressar e desde onde começar a recuperação do passado (BENAVIDES, 2005,p. 8).

Essas são maneiras de se produzir histórias alternativas, versões do passado distintas. Assim, as memórias desses grupos sociais não se perdem em meio aos constantes discursos e histórias excludentes. A história indígena contada pelos membros da CONAIE é uma história que se relaciona com o presente, com a atualidade:

Por ser uma história viva essencialmente conectada com o presente indígena, a CONAIE narra o passado pré-colombiano desde a visão da

primeira pessoa. O que ocorreu no passado não ocorreu a comunidades extintas, nem sequer a pessoas desconhecidas, senão ao sujeito indígena atual (BENAVIDES, 2005, p. 8).

Os grupos indígenas contemporâneos possuem o direito de se distanciar das histórias escritas por comunidades com as quais não se identificam. Além disso, possuem o direito de discordar das narrativas sobre o seu passado e escrever sua própria história.

Tudo isso, porém, não significa que a arqueologia deve deixar de produzir interpretações sobre o passado, nem que se descredencie todo o conhecimento gerado a partir do registro arqueológico. O que é válido ressaltar é o direito de cada comunidade pensar e registrar seu próprio passado. Outras histórias devem ser construídas e, como afirma David Lowenthal,

[...] de fato, o empreendimento da história é crucial à preservação social. “Uma vez que todas as sociedades são organizadas... para assegurar sua própria continuidade”, declarações coletivas sobre o passado ajudam a conservar os acordos existentes, e a difusão de todos os tipos de história, sejam eles fato ou fábula, [...] (LOWENTHAL, 1998, p. 109).

Justo é que não se monopolize o direito de escrever sobre o passado. Que possam ser conhecidas outras formas de perceber o mundo e outras formas de abordar a história dos povos indígenas. Que não seja somente a visão do colonizador “olhando os índios enquanto se aproximava da costa, senão a dos índios visualizando esse objeto estranho, na água, que se aproximava” (MIGNOLO, 2003, p. 32). Segundo o autor, “Esses dois olhares se ligaram, se entrelaçaram em uma relação de poder” (idem), onde a visão do colonizador foi favorecida. Porém, há indivíduos e grupos lutando para modificar essa percepção.

As histórias locais são possíveis de ser pesquisadas, não somente pelos arqueólogos, mas com a participação dos grupos indígenas e da sociedade. Assim, as visões sobre o passado podem ser múltiplas. Segundo Cristóbal Gnecco,

[...] as histórias indígenas antes apropriadas e transformadas pela história nacional (canibalizadas, então) agora são valorizadas, em suas próprias condições, como discursos de continuidade e sacralidade alternativos à brutal deshistorização do passado (GNECCO, 2009, p. 19).

A ideia é dialogar não somente sobre o que se pensa sobre os grupos indígenas, mas compreender e aceitar o que os grupos indígenas pensam sobre si e

sobre os outros. Eles têm outras maneiras de contar sua própria história. Segundo Gnecco,

(...) a preocupação com a representação do colonizado se foca no discurso do colonizador e esquece-se de perguntar como se representa a si mesmo o colonizado, como se mostra e concebe a si mesmo sem necessidade de auto-designados cronistas, filósofos, missioneiros e letrados que os representem, mostrem e falem por eles (Mignolo, 1995, p. 332 apud GNECCO, 2009, p. 23).

Por muito tempo a arqueologia discursou sobre as comunidades indígenas do passado através do estudo da cultura material, porém, é importante rever esses conceitos e pensar em novos discursos a partir da contribuição de outros atores. Esses atores possuem visões de mundo diferenciadas da visão objetiva que, muitas vezes, é reproduzida nos discursos científicos. Como afirma Walter Mignolo, se fala de um sujeito

[...] que não quer “estudar-se” como objeto, senão “pensar-se” em projetos liberadores, emancipadores; o pensamento de um sujeito que não quer *que lhe deem a liberdade mas que quer tomá-la por si mesmo*, [...] (MIGNOLO, 2003, p. 31, grifo do autor).

O objetivo não é simplesmente incluir essas novas memórias nos discursos arqueológicos e sim aceitar o fato de que essas memórias muitas vezes contestam esses discursos, exigem autenticidade e mostram, cada vez mais, novas percepções sobre o passado.

Tendo, então, percepções distintas sobre os acontecimentos pretéritos, vale considerar que uma visão de mundo não pode ser vista como mais importante, mais correta, como se uma história tivesse mais veracidade que a outra ou uma história pudesse abarcar todo o conhecimento sobre o passado. Segundo David Lowenthal,

[...] é impossível recuperar ou recontar mais do que uma pequenina fração do que ocorreu, e nenhum relato histórico jamais corresponde precisamente ao verdadeiro passado. Três fatores limitam o que pode ser conhecido: a imensidão do passado em si, a diferença entre acontecimentos passados e relatos sobre esses acontecimentos, e a inevitabilidade do preconceito – especialmente o preconceito presentista (LOWENTHAL, 1998, p. 111).

Não é possível pesquisar tudo e entender a história a partir de um único trabalho científico ou de uma visão de mundo em particular. Cada conhecimento sobre o passado tem as suas particularidades e objetivos. Segundo Gnecco,

uma tarefa por realizar é pensar a investigação participativa não como um processo unilateral no qual o investigador segue identificando-se como o possuidor do conhecimento e de sua construção. Muitas investigações deste tipo são só formas de compartilhar resultados, não empresas coletivas senão um processo de uma via pelo qual o conhecimento científico é comunicado ao público em geral. As comunidades nativas são incluídas neste processo direcional com a ideia de que possam, eventualmente, encontrar informação útil para suas próprias agendas (GNECCO, 2009, p. 24).

As novas histórias surgem como um obstáculo ao pensamento tradicional e à diferença colonial, tornando a discussão sobre o conflito e a diversidade fundamentais para a construção de novas investigações. Conforme Gnecco,

desta maneira as novas memórias enfrentam uma das mais perversas estratégias do colonialismo moderno, a ruptura da continuidade histórica dos povos dominados. Desde o ponto de vista de meu argumento reacionário posso ampliar esta apreciação para sugerir que as novas narrativas arqueológicas possam contribuir para enfrentar a mais perversa estratégia do neo-colonialismo pós-moderno, a desvalorização do sentido histórico (GNECCO, 2003, pp. 8-9).

A cultura material estudada pela arqueologia diz respeito à materialidade dos povos indígenas do passado e há cada vez mais há arqueólogos mudando a forma tradicional de escrever sobre outros povos. Segundo Bruce Trigger,

[...] eruditos de nações emergentes, na África e em outros lugares, voltam-se para a arqueologia em busca de um instrumento vital de pesquisa histórica. Na América do Norte, na Austrália e em outras partes do mundo em que povos nativos foram sufocados pela dominação de colonizadores europeus, demonstrou-se com o auxílio da arqueologia, que a imagem do “selvagem imutável” era um mito criado como parte do processo de colonização europeia (TRIGGER, 2004, p. 366).

As comunidades indígenas passaram pelos mais diversos processos de perda de territórios tradicionais e conflitos que afetaram o seu modo de vida. Hoje, essas comunidades estão buscando reverter o processo histórico que buscou apagá-las da memória histórica. O colonialismo criou a diferença colonial e conseqüentemente a contestação se tornou inevitável. Walter Mignolo afirma que são histórias que emergiram de

[...] rupturas e descontinuidades; que saíram da tirania do tempo linear, do progresso e da “evolução”. Estas “histórias outras” foram as rupturas que se produziram com os processos de descolonização (MIGNOLO, 2003, pp. 30-31).

Em nome do progresso e da *evolução*, por exemplo, se buscou a invisibilidade das sociedades indígenas, a exclusão de suas histórias e a criação de um sujeito mestiço, sem história. O colonizador, com a suposta superioridade sobre as comunidades indígenas, buscou inferiorizá-las, através da dominação e exploração de territórios tradicionais.

Se for possível pensar em um projeto de nação com a contribuição da ciência arqueológica, sem a exclusão dos grupos indígenas ou de outro grupo cultural da história e identidade do povo brasileiro e sem a ideia que afirma que os índios brasileiros são os índios do passado, que isso seja realizado de maneira crítica, considerando a grande diversidade de povos que estiveram no território nacional e os povos que ainda hoje reivindicam seus direitos. A arqueologia a serviço da identidade nacional precisa, como afirma Tânia Andrade Lima (2007, p. 21)

marchar no sentido contrário ao da perspectiva homogeneizante, unificadora, bem como refugar a erosão das diferenças. Antes, tem que trabalhar para resgatar e revelar, na profundidade temporal em que opera, a diversidade étnica e cultural que se instalou desde os primórdios da presença humana em nosso território, e que se intensificou ao longo de milênios, até a conquista. Daí em diante, os formidáveis fluxos migratórios disparados a partir dos séculos XV e XVI promoveram grandes movimentos de massa, miscigenando diferentes etnias e culturas, de tal forma que uma das principais consequências do expansionismo colonial foi o multiculturalismo, particularmente no Brasil (LIMA, 2007, p. 21).

Sendo assim, considerando a grande quantidade de povos que existiram no território nacional e reconhecendo que os grupos indígenas contemporâneos possuem o direito de se reconhecerem nas histórias nacionais, é preciso pensar se é possível, futuramente, alcançar tais objetivos. Segundo Tânia Andrade Lima,

cabe portanto indagar aqui, acompanhando Canclini (2000:188), se é de fato possível afirmar uma identidade nacional sem reduzir as especificidades étnicas e regionais a um denominador comum, ou se ela comporta a diversidade. Uma possível saída para esse aparente impasse é pensar autonomamente identidade e cidadania, para que o nacionalismo possa coexistir com identidades multiculturais (LIMA, 2007, pp. 20-21).

Se a interpretação sobre o registro arqueológico varia conforme objetivos e interesses, é possível afirmar que essa interpretação pode ir de encontro à

composição de uma continuidade histórica entre o passado estudado pelos arqueólogos e a presença das sociedades indígenas contemporâneas. Tânia Andrade Lima afirma que o significado da cultura material “não é fixo, nem estático, mas está constantemente sujeito a mudanças, tal como as identidades de seus produtores e usuários” (LIMA, 2007, p. 21). Além disso, a autora demonstra a importância de um fazer arqueológico consciente de seu papel social, e que a arqueologia nacionalista pode tanto contribuir para a opressão e desconsideração dos povos indígenas, quanto para a emancipação de um povo. Afirma ainda que uma arqueologia responsável não deve construir o passado de um grupo às custas do apagamento de outros grupos (KOHL & FAWCETT, 1995. p. 8 apud LIMA, 2007, p. 22). O que ocorre é que os arqueólogos ainda vão continuar a desempenhar seu papel na interpretação do passado e essas interpretações serão de fundamental importância para a o fortalecimento de identidades culturais múltiplas. Conforme Tânia Andrade Lima, a arqueologia vai continuar a desempenhar um papel crítico para forjar consciências nacionais e a disciplina arqueológica deve estar vigilante para que valores étnicos não se sobreponham aos princípios éticos (idem).

Cristiana Barreto afirma que a pesquisa arqueológica terá um grande desafio nas próximas décadas e que a arqueologia deverá ter desenvolvido uma prática arqueológica consciente de seu papel com a sociedade:

[...] o grande desafio que deverá enfrentar a arqueologia brasileira nas próximas décadas será a incorporação e desenvolvimento de um corpo teórico-metodológico condizente com os problemas e condições específicas da arqueologia nacional. Estes avanços, porém, só serão relevantes para a construção de um passado nacional se desenvolvidos dentro de uma prática de pesquisa arqueológica consciente de seu papel social, voltada para os meios de comunicação e educação da sociedade brasileira (BARRETO, 2000, p. 49).

Um passo inicial que pode ser dado para se aproximar desse objetivo é problematizar. Como afirma Walter Mignolo (2010, p. 27), o horizonte desta concepção consiste precisamente em se desprender “da matriz colonial de poder em todos os seus aspectos, começando por desmontar o aparato epistêmico que a sustenta, tarefa que já está em marcha” (MIGNOLO, 2010, p. 27). Problematizar não é somente argumentar sobre as injustiças que ocorreram, é também buscar alternativas para lutar contra elas.

Este trabalho não tem a missão de construir um passado para o município de Cruz Alta e sim contribuir para a discussão e problematização do mesmo. O conhecimento sobre passado do município foi utilizado segundo diversos objetivos: Para consolidar identidades europeias; para afirmar que os primeiros povoadores não foram os grupos indígenas; para criar uma imagem de um povo cruz-altense que conhece a sua história, de progresso, construído a partir da conquista sobre o território dos bugres selvagens. Essa é uma das motivações que fazem com que uma pesquisa busque a problematização.

Portanto, através da problematização e da conscientização sobre as múltiplas identidades, pode-se desprender-se daquilo que foi ensinado sobre a história, como afirma Tânia Andrade Lima:

[...] que ninguém se iluda: a imagem que temos dos outros povos e de nós mesmos está associada à história que nos contaram quando éramos pequenos. Ela nos marca para o resto da vida, de tal forma que os valores assim inculcados tornam-se elementos ordenadores, balizadores, que orientam o indivíduo em todos os níveis da sua existência (FERRO, s/d, p. 15 apud LIMA, 2007, p.17).

Isso se associa, principalmente, com o que se ouve desde pequeno a respeito dos povos indígenas, aquilo que se aprende na escola. É por aí que pode ser pensada, também, a reprodução de ideias que abordam as diferentes etnicidades de uma maneira não preconceituosa. É por aí que se percebe que para ser índio, não é necessário pintar o corpo ou usar um cocar. Todos os povos que pisaram no território onde hoje está situado o município em questão são povos autênticos, com histórias autênticas. O que se aborda aqui é a necessidade de se dialogar sobre essas diferentes histórias, sem ter a pretensão de exaltar alguma delas. Tem-se o direito de conhecer as histórias dos grupos indígenas, que geralmente não são vistos como seres autênticos, por não possuir o modo de vida de seus antepassados. Pode-se reconhecer que esses grupos indígenas não necessitam de arco e flecha para parecerem índios e que o fato de utilizarem chinelos não exclui a sua etnicidade. Segundo Hugo Benavides,

a impossibilidade de uma genealogia pura e não afetada não é um impedimento de autenticidade; é, mais do que isso, o constante empurrão de uma sociedade ocidental marcada por [...] um mercado desigual que continuamente requer que os nativos (de certa maneira todos somos nativos de algum lugar) sejam cada vez mais autênticos apesar de que [...] estamos em constante mudança (TAUSSIG, 1992). A crise não ocorre por falta de

autenticidade – somos todos autênticos, especialmente em nossos disfarces (WILDE, 1964; BROWNING, 1991; BUTLER, 1993, 1997) – mas sim por levar este jogo de autenticidade aos seus extremos mais ridículos: buscar parecer índio quando já se é. O movimento indígena está próximo de abismos mortais quando joga um jogo de autenticidade representativa com poncho e celular em mãos ao invés de reconhecer que a autenticidade está dada com ou sem poncho, com ou sem celular (BENAVIDES, 2005, p. 14).

Busca-se, com o conhecimento e ampliação sobre as pesquisas pré-coloniais, compartilhar o conhecimento gerado e demonstrar que a presença de sítios arqueológicos no município dá a possibilidade de compreender melhor a continuidade histórica da região, tornando a história indígena cada vez mais conhecida e, principalmente, reconhecida.

Muitas vezes a Arqueologia é encarada como algo exótico e/ou distante, e o trabalho do arqueólogo passa despercebido. Porém, se vê que existem diversos trabalhos de educação patrimonial²⁶ e arqueologia pública²⁷ que levam a sério o esforço de socializar o conhecimento sobre arqueologia e demonstram à população que essa ciência pode contribuir para a construção e o questionamento sobre o passado. Além disso, demonstram que o processo de construção de uma atividade voltada ao público pode ser realizado em conjunto à sociedade (MACHADO, N, 2004, pp. 231-241; ROBRAHN-GONZÁLEZ, 2006; SOARES & REMPEL, 2010; FARIAS e NEU, 2009, pp. 194-197).

É interessante notar, usando o exemplo do Rio Grande do Sul, que são inúmeros os avanços na pesquisa arqueológica. Além disso, a riqueza de sítios arqueológicos no Estado é fascinante: Cerritos, sambaquis, sítios pré-cerâmicos e de grupos horticultores, pinturas rupestres, abrigos sob-rochas, etc. Além disso, cada vez mais pesquisadores focam seus estudos na materialidade pretérita das cidades, na arqueologia da escravidão, arqueologia da ditadura, arqueologia

²⁶ Tratando da história da metodologia, a educação patrimonial, em uma das perspectivas correntes tem início no 1º Seminário realizado em 1983, no Museu Imperial, em Petrópolis, RJ, quando Maria de Lourdes Parreiras Horta realizou, através do IPHAN, uma sistematização das ações educativas em museus e fora deles. [...]. Estas etapas referem-se aos bens patrimoniais, mas foram utilizadas com sucesso para a valorização de peças arqueológicas, em projetos de licenciamento ambiental; em museus para sensibilização em relação aos acervos e em escolas para a promoção do patrimônio. [...] O licenciamento ambiental, por exemplo, exige ações de EP por força da legislação, que obriga os empreendedores a executar ações de valorização do patrimônio, seja natural, histórico ou arqueológico (SOARES; REMPEL, 2010, pp. 85-86).

²⁷ A Arqueologia Pública é compreendida [...] como todos os aspectos públicos da Arqueologia, incluindo tópicos como políticas arqueológicas, educação, política, religião, etnicidade e Arqueologia, envolvimento público em Arqueologia (Ascherson, 2000 apud FUNARI; OLIVEIRA; TAMANINI, 2008, p. 132).

missioneira, etc. e produzem novas interpretações sobre o passado. Pesquisas que geram novas interpretações sobre o passado a partir da cultura material.

Pode-se pensar o passado por meio da cultura material e da investigação arqueológica. Sendo assim, a pesquisa é uma alternativa para se valorizar histórias e criar identidades a partir das mesmas. No que diz respeito aos sítios pré-coloniais de Cruz Alta, é preciso que os mesmos sejam estudados e compreendidos; novas identificações com o passado indígena podem surgir em função da compreensão do passado estudado pela arqueologia e da visão dos grupos indígenas sobre sua própria história. Percebe-se o estudo dessa cultura material como uma forma de esclarecimento sobre outros passados da região, por mais que a mesma não seja considerada, ainda, patrimônio da cidade. Um lugar onde há indícios de atividades humanas no passado, identificadas através da cultura material, é um lugar que pode servir de recurso para se conhecer outras histórias.

Sabe-se que é necessário que haja por parte de quem quer fazer arqueologia, um comprometimento com aquilo que diz respeito ao seu objeto de pesquisa. É importante escavar um sítio arqueológico, analisar o material e realizar uma construção teórica sobre o objeto estudado, mas é também importante prosseguir buscando alternativas para compartilhar esse conhecimento. A arqueologia também deve criar relações entre a cultura material pretérita e a atualidade. O passado é visto e ressignificado conforme o contexto, conforme o grupo social que o pensa. A sociedade, de uma forma geral, pode também conhecer outros passados, como o interpretado pela arqueologia, e criar suas identidades culturais. Não deveríamos ser somente arqueólogos que escrevem para outros arqueólogos.

Ao final desta construção, algumas perguntas surgem: Como fazer tudo isso? Como pesquisar arqueologia e como compartilhar esse conhecimento com as sociedades indígenas e a sociedade em geral? Como essas mesmas sociedades irão se inserir em projetos arqueológicos e na divulgação de suas próprias histórias?

Há essa vontade de continuar pesquisando esse assunto, conhecendo cada vez mais a história de outros grupos culturais que estiveram em Cruz Alta. Através desse esforço, é possível pensar em alternativas para pesquisas futuras. Os grupos indígenas ainda estão em Cruz Alta, sendo possível, então, encontrar maneiras de socializar o conhecimento produzido pela pesquisa arqueológica, com as memórias e histórias desses grupos indígenas.

3.4 Considerações a respeito dos sítios arqueológicos encontrados em Cruz Alta e possíveis ações futuras para a expansão das pesquisas

É pertinente pensar que a ocupação de grupos indígenas na Bacia do Rio Ijuí é muito mais complexa do que até agora se averiguou. Através dos dados do PRONAPA que foram obtidos, percebe-se que a grande maioria dos sítios arqueológicos encontrados durante a execução do programa evidenciou uma ocupação de grupos indígenas produtores do material arqueológico associado à tradição Tupiguarani.

Porém, é possível pensar que antes da chegada dos Guaranis no sul do país, a região de Cruz Alta possa ter sido ocupada por outros grupos pré-coloniais. Além dos sítios da tradição Tupiguarani – com ou sem a presença da cerâmica da Tradição Taquara –, há outros compostos somente por instrumentais líticos. Não há como saber, sem um estudo mais detalhado, se esses materiais pertencem a povos que poderiam ter penetrado na região em períodos anteriores aos Guaranis, ou se esses materiais fazem parte do sistema de assentamento destes. Existe então a possibilidade do registro arqueológico encontrado no município de Cruz Alta estar associado a outros sítios que não foram ainda prospectados.

Seriam necessárias novas pesquisas para identificar os diversos sítios arqueológicos possíveis de se encontrar na região de Cruz Alta, bem como analisar e interpretar os materiais encontrados. Não há como identificar alguns materiais arqueológicos e associá-los a um modo de vida específico.

O que se sabe é que houve, de fato, a presença de sociedades Guaranis e Kaingangues na região. Isto está comprovado pelas pesquisas do PRONAPA e os levantamentos de sítios arqueológicos que evidenciaram o instrumental associado a esses grupos. Essa aproximação poderia ser definida como uma forma de entendimento dessas ocupações indígenas no município de Cruz Alta, cidade que em períodos históricos, anteriores a sua formação, se tornou um local densamente ocupado por populações indígenas Guaranis e Kaingangues. Como foi afirmado anteriormente, é possível associar os materiais arqueológicos de tradições arqueológicas específicas, como as tradições Tupiguarani e Taquara à presença de sociedades Guaranis e Kaingangues ocupando o mesmo território em períodos mais recentes.

Já foram discutidos temas como o povoamento indígena pré-colonial na bacia dos rios Ijuí e Jacuí, além de sínteses gerais sobre a arqueologia do Rio Grande do Sul. Essas discussões dão uma visão mais geral sobre o povoamento do noroeste, porém, busca-se pesquisar em um espaço que possui poucas pesquisas realizadas e publicadas. Percebe-se a região de Cruz Alta como uma importante região a ser explorada arqueologicamente, pelo fato de estar inserida em um divisor de águas entre as bacias hidrográficas dos rios Ijuí e Jacuí e pela possibilidade de compreender melhor como se deu a ocupação humana dessa região.

Encontraram-se instrumentos líticos prospectando uma área pequena. Crê-se que para compartilhar uma interpretação arqueológica, necessita-se de um empenho no sentido de pesquisar e ter uma quantidade razoável de informações e argumentos sobre esse objeto pesquisado. Não basta querer compartilhar, ou interpretar com segurança, algo que não se conhece em profundidade. Não se sabe, ainda, se os materiais que foram encontrados são sítios líticos associados a grupos pré-cerâmicos ou se fazem parte de um sistema de assentamento de grupos horticultores, se são sítios isolados, etc. Porém, sabe-se da necessidade de aprofundar a pesquisa nessas áreas, encontrar outros locais, outros sítios arqueológicos e compreender mais o período pré-colonial da região. Agrega-se a essas informações, a necessidade enfatizada por pesquisadores como Sirlei Hoeltz, Adriana Schmidt Dias, entre outros, de se realizar trabalhos em âmbito regional, que busquem explorar diferentes lugares a fim de compreender melhor as ocupações pré-coloniais do Estado.

O que futuramente pode ser realizado é a ampliação dos trabalhos de prospecção ao longo dos arroios onde foram encontrados os materiais, e posteriormente uma tentativa de compreender esses sítios a partir de uma visão sistêmica, sem realizar essa tarefa com o objetivo de incluir novas fases e tradições à cultura material.

Ainda está se buscando uma maneira de ampliar essas pesquisas, porém, é o início de algo que pode se tornar mais compreensível no futuro. Assim, dando um passo de cada vez, tem-se a possibilidade de conhecer mais a respeito da arqueologia pré-colonial da região de Cruz Alta.

Considerações finais

Esta dissertação tentou abordar temas distintos a respeito dos povos indígenas. O primeiro deles foi o colonialismo. Tentou-se compreender um pouco dessa ideologia, também como os grupos indígenas foram interpretados pelos colonizadores e como passaram a ser desconsiderados nos projetos de colonização e projetos de identidade nacional. Isso inclui, por exemplo, a reprodução das histórias exclusivamente europeias no país (sem a menção sobre a presença dos grupos indígenas) ou a necessidade de inserir a história dos povos indígenas em uma história em comum, de progresso e superioridade dos europeus. Essas tentativas foram realizadas através da apropriação das histórias indígenas conforme objetivos ideológicos distintos.

Também não pode ser esquecido o conceito que agrupou os diversos grupos indígenas segundo uma mesma denominação – “Índio”, além de todos os termos que davam e ainda dão a esses grupos a condição de povos inferiores, mestiços, não autênticos – desconsiderando toda a diversidade de povos existentes no continente. Lembra-se também da ideia construída sobre os “bárbaros no espaço” e “primitivos no tempo”, conceitos que inferiorizavam as comunidades indígenas. Essas comunidades foram interpretadas pelos colonizadores como comunidades inferiores, em contraste com o europeu, um ser humano superior. Segundo os colonizadores, a ocupação do continente deveria ser baseada no progresso civilizatório e religioso, por exemplo. Levando em consideração que as sociedades indígenas não possuíam a cultura do colonizador, e sua religiosidade também se diferenciava, foram vistos como povos atrasados.

O que se tentou abordar aqui é o fato dessa ideologia não ser uma condição inerente e sim uma construção histórica. A superioridade étnica é uma invenção e,

através dela, se buscou silenciar outros povos. Como afirmou Walter Mignolo (2003, p. 27), se tratam de diferenças coloniais e não culturais, isto é, as sociedades indígenas não permaneceram invisíveis em função de um suposto atraso cultural e domínio civilizatório, cultural e religioso dos colonizadores. O que ocorreu foi uma tentativa, por parte destes, de alcançar a invisibilidade dos povos indígenas através da opressão. Essas sociedades resistiram a essa ideologia, a todo o genocídio e exclusão de suas histórias e memórias e, ainda hoje, buscam reverter esse processo, sem necessitar, de fato, que falem por eles.

Compreende-se também como a arqueologia reproduziu o colonialismo através de suas interpretações. Destacou-se a pequena participação das comunidades indígenas na gestão do patrimônio arqueológico brasileiro, diferente de outros lugares da América Latina, onde essa participação tem maior destaque. Mencionou-se também a falta de relação entre o registro pré-colonial e as sociedades indígenas conhecidas historicamente, bem como seus descendentes, que comumente não são associados aos índios conhecidos do passado. Destacaram-se aspectos da arqueologia brasileira, movida por uma pequena elite intelectual, que ocasionaram a ausência das comunidades indígenas na gestão do patrimônio arqueológico, já que por muito tempo a arqueologia possuía o poder de falar pelo público, situação que aos poucos vem se modificando.

Existe uma maior identificação com o patrimônio histórico do que com o pré-colonial. Isso se originou do colonialismo, que silenciava a cultura indígena e, posteriormente, dos projetos identitários nacionais, regionais e locais que desconsideram as sociedades indígenas da história e identidade desses lugares. É possível dizer que hoje se conhecem muito mais as histórias dos colonizadores, desde a chegada dos mesmos no continente, e se desconhece, por exemplo, todo o potencial arqueológico pré-colonial, referente aos povos que estão no continente desde épocas imemoriais.

A arqueologia tem o poder de silenciar histórias, porém, pode contribuir para realizar o processo contrário, visibilizar essas mesmas histórias. Não é preciso afirmar, por exemplo, que as comunidades indígenas pretéritas, estudadas pelos arqueólogos, nada tem a ver com as comunidades indígenas contemporâneas, pois estas deveriam ser consideradas mestiças, sem origem, fora da realidade de seus antepassados. Entende-se que todos tem o direito de sentir orgulho do seu passado. E se existirem ideologias que fazem com que esses grupos não se sintam

orgulhosos desse passado, um dos papéis da arqueologia é contribuir para que se dê maior visibilidade a essas histórias. Afinal, sabe-se que essa ciência não tem a ver somente com o estudo do passado. Como afirmaram Michael Shanks e Christopher Tilley, a arqueologia é o estudo do poder (1987, p. 8).

Mudando o cenário, passou-se a abordar aspectos do projeto identitário nacional, e de como se buscou inserir as sociedades indígenas no projeto de nação brasileira, que viria a se formar. Como foi afirmado, o Estado Nacional pode utilizar do poder para propósitos nacionalistas e reproduzir histórias que incluem ou excluem as sociedades indígenas dos relatos sobre o passado, através da exaltação de ancestralidades europeias. Sendo assim, apresentaram-se algumas figuras históricas que contribuíram para construir imagens distorcidas dos povos indígenas, como o General José Vieira Couto de Magalhães, que afirmava, por exemplo, que a mestiçagem não degenerava a raça, e que a integração dos povos indígenas como força de trabalho era fundamental. Além dele, foram citadas algumas das ideias de Januário da Cunha Barboza, Karl Friedrich Phillippe Von Martius e Francisco de Adolpho Varnhagen. Compreende-se, também, o papel do IHGB para construir uma narrativa nacional, utilizando ideias de progresso e glória dos colonizadores e a composição de um passado de conquistas europeias. Por fim, demonstrou-se um pouco da imagem dos povos indígenas, reproduzidas nos livros didáticos e construídas a partir dos objetivos do Estado Nacional.

No Rio Grande do Sul, o cenário não se modificou totalmente. Houve a construção de um imaginário que transformou os diversos grupos indígenas em povos sem história, através dos discursos sobre mestiçagem e apropriação de elementos da cultura indígena na construção histórica do povo gaúcho. Além disso, mencionou-se o termo bugre como um termo frequentemente utilizado como uma definição genérica para os povos indígenas que viviam no Estado em períodos coloniais e mesmo hoje. Aqui, há a valorização das histórias vinculadas aos imigrantes europeus, gerando um forte senso identitário associado a esses grupos sociais, tornando as sociedades indígenas intrusas em seu território tradicional. Notou-se que as histórias reproduzidas no Estado apontam para um passado de glória de imigrantes, tropeiros, viajantes, jesuítas, tendo aqui, inclusive, um patrimônio mundial da humanidade, a Igreja de São Miguel das Missões, vinculada mais aos jesuítas e menos aos grupos indígenas, levando em consideração de que

nos dias de hoje não se consideram os remanescentes missioneiros, povos Mbyá-Guarani, como descendentes dos grupos indígenas que construíram a igreja.

O que ocorre em Cruz Alta também se apresenta como uma particularidade. Sabe-se que o termo “bugre” foi muito utilizado para denominar os povos indígenas do Estado. Sendo assim, o que se percebe nos textos sobre o município de Cruz Alta, é o termo bugre utilizado de forma sempre pejorativa, principalmente quando se fala no “bugre selvagem”. Criou-se assim, no imaginário da cidade, a ideia de um mestiço sem história, sem origem. Mesmo nos dias de hoje, muitas pessoas se incomodam com a presença de grupos indígenas na cidade, que são conhecidos como os “bugres da rodoviária”, que vendem seus cestos e “perambulam” pela cidade. Notou-se também, que nos textos mencionados, a ideia do Kaingang hostil e do Guarani pacífico, reduzido.

Depois de demonstrar a construção ideológica a respeito dos povos indígenas, foi construído, no segundo capítulo, um processo reverso, um processo de maior visibilidade da história indígena da região noroeste do Estado, esclarecendo que essa tentativa é uma – e não “a” – história dos povos indígenas na região. Argumentou-se que esses povos não são invisíveis, mas sim que as suas histórias foram silenciadas e não foram inseridas nos discursos identitários.

Cada pesquisa voltada ao passado possui o seu foco, e as pesquisas históricas sobre o município se voltaram para uma história europeia, uma história de *elite*. É preciso lembrar também que essa pesquisa de fontes etno-históricas nada mais é que uma contribuição ao tema, entendendo a necessidade de não ser os intérpretes da história dos povos indígenas. Sabe-se que não importa o quanto a arqueologia tente, a sociedade sempre irá interpretar e reinterpretar o passado a partir daquilo que tradicionalmente faz parte da memória histórica, ou seja, a história de tropeiros, viajantes, figuras políticas importantes, Érico Veríssimo, etc.

No segundo capítulo mostrou-se também algumas informações a respeito do município para se ter uma noção do tipo de região onde se estava pesquisando e procurando por evidências arqueológicas. Encontraram-se nessa região algumas evidências arqueológicas que confirmam a presença indígena na região. Associaram-se essas evidências com as pesquisas desenvolvidas pelo PRONAPA, que localizaram a cultura material de sociedades indígenas pré-coloniais. Assim, demonstrou-se que a região onde hoje se situa o município serviu de cenário para o

estabelecimento de sociedades indígenas pré-coloniais, sem deixar de mencionar a presença de povos indígenas em períodos mais recentes.

Quanto ao último capítulo, levando em consideração que a Etno-História surgiu como uma contribuição e pelo fato de que os sítios arqueológicos possíveis de se encontrar futuramente em Cruz Alta não são conhecidos, acrescenta-se a ideia de que esses sítios ainda não se configuram como um patrimônio da sociedade cruz-altense. Os mesmos não fazem parte da memória histórica do município. O que é lembrado e visto é a presença histórica de *bugres*, mencionada inclusive no hino oficial da cidade. O que se fez foi acrescentar novos dados a essas histórias e representações, procurando com isso fortalecer outros discursos.

No que diz respeito à história indígena, novas pesquisas vêm, cada vez mais, trazendo novas informações sobre o modo de vida dos grupos culturais do passado mais distante. Elas dizem respeito às ocupações pré-coloniais, à história dos povos indígenas do Estado. Porém, são pesquisas que infelizmente poucas pessoas têm acesso. Usando o exemplo de Cruz Alta, se percebem lacunas no que diz respeito ao conhecimento sobre sociedades indígenas atuais, as sociedades evidenciadas historicamente e as ocupações descobertas pela pesquisa arqueológica.

Compôs-se uma memória histórica alternativa, citando a presença de longa duração das sociedades indígenas na região de Cruz Alta, desde tempos pré-coloniais até os dias de hoje. Pode haver um maior reconhecimento do passado indígena, levando em consideração que a sociedade pode conhecer cada vez mais essa história, seja através das investigações e socialização dessa história, seja através da própria busca dos povos indígenas em reforçar a sua ancestralidade e a sua identidade dentro do município. O patrimônio é um processo. O patrimônio é vivo e presente. Isso é o que se acredita. Compreende-se um pouco da história indígena e as ocupações pré-coloniais da região, para futuramente encontrar alternativas para dialogar sobre essas diferentes histórias.

Ainda é necessário muito esforço para mudar a ideia que há sobre outros povos, sobre outras culturas. A identidade local é uma construção histórica, constantemente reforçada pelos discursos sobre o município e sobre seus habitantes. Buscar referências sobre esse passado indígena é uma maneira de contribuir para a discussão sobre os usos do passado e também buscar fortalecer a relação entre a cultura material pré-colonial e as sociedades indígenas conhecidas historicamente. A arqueologia pode estar a serviço das múltiplas identidades

existentes no município, já que há a noção de que o passado da região é também composto pela história e a presença de tropeiros, sesmeiros, imigrantes, escravos, indígenas, entre outros. Não só de alguns destes mencionados.

Referências

- ALMEIDA, Fernando Silva de. **Grupos pré-históricos de caçadores-coletores do Arroio Cambará (Cruz Alta – RS)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Cruz Alta: Unicruz, 2008.
- ANGELO, Dante. **La arqueología en Bolivia. Reflexiones sobre la disciplina a inicios del siglo XXI** (pp. 185-211). In: Arqueología Suramericana / Arqueologia Sul-americana 1(2). Departamento de Antropología da Universidad de Cauca, 2005.
- ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila da cruz alta, província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- BARRETO, Cristiana. **A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil**. In: Revista USP, São Paulo, n. 44, p. 32-51, dezembro/fevereiro, 1999-2000.
- BEBER, Marcus Vinícius. **O sistema de assentamento dos grupos ceramistas do planalto sul-brasileiro: O caso da tradição taquara/itararé**. Tese de doutorado. São Leopoldo: Unisinos, 2004.
- BECKER, Ítala Irene Basile. **O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul – Ítala Irene Basile Becker (pp. 125-148)**. In: Documentos 05. 2 ed. Instituto Anchietano de Pesquisas – UNISINOS São Leopoldo, RS, Brasil, 2006.
- BELARDI, Juan Bautista. **De lo espacial a lo temporal: Explorando distribuciones de artefactos** (pp. 35-68).. In: Revista de estudios regionales, Nr 10, Mendoza: Ceider, 1992
- BENAVIDES, O. Hugo. **Los ritos de la autenticidad: Indígenas, pasado y el estado ecuatoriano** (pp. 5-48). In: Arqueología Suramericana 1(1). Departamento de Antropología da Universidad del Cauca, 2005.
- BORRERO, Luis Alberto. **Sistemas de asentamiento: Cuestiones metodológicas y el caso del norte de tierra del fuego** (pp. 7-26). In: Revista de estudios regionales, Nr 4, Mendoza: Ceider, 1989.

BROCHADO, José Proenza. **Dados Parciais sobre a Arqueologia do Vale do Ijuí.** In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) 2, Resultados Preliminares do 2o. ano, 1966-1967. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, v. 10, p. 11-32, 1969a.

_____. **Pesquisas Arqueológicas nos Vales do Ijuí e Jacuí.** In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) 3, Resultados Preliminares do 3o. ano, 1967-1968. Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, v. 13, p. 31-62, 1969b.

CARLE, Cláudio Baptista. **A lição do tempo na dinâmica do espaço missioneiro: Levantamento em Arqueologia e Valorização Patrimonial entre Cruz Alta e Santo Ângelo.** Projeto de iniciação entregue ao Fundo de Amparo à pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul. Cruz Alta: Unicruz, 2007.

CASTRO, Evaristo Afonso. **Notícia descritiva da região missioneira na província de São Pedro no Rio Grande do Sul.** Cruz Alta: Comercial, 1887

CAVALARI, Rossano Viero. **A gênese da Cruz Alta.** Cruz Alta: Unicruz, 2004.

CURTONI, R. **La dimensión política de la arqueología: el patrimonio indígena y la construcción del pasado** (pp. 437-449). En: Martínez, G., Gutiérrez, M., Curtoni, R., Berón, M. y Madrid, P. (Eds.), Aproximaciones contemporáneas a la Arqueología pampeana. Perspectivas teóricas, metodológicas, analíticas y casos de estudio. Olavarría: Facultad de Ciencias Sociales, 2004.

CURY, Isabelle.(org.) **Cartas patrimoniais.** IPHAN, segunda edição, Rio de Janeiro, 2000.

DARONCO, Leandro Jorge. **À sombra da cruz: trabalho e resistência servil no noroeste do Rio Grande do Sul – segundo os processos criminais (1840 – 1888).** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

DIAS, Adriana Schmidt. **Da Tipologia à Tecnologia: Reflexões sobre a variabilidade das indústrias líticas da Tradição Umbu (p. 33-66).** In: Das Pedras aos homens: tecnologia lítica na arqueologia brasileira /Lucas Bueno, Andrei Isnardis, organizadores – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm: FAPEMIG; Brasília, DF: Capes, 2007.

_____. **Repensando a tradição Umbu a partir de um estudo de caso.** Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS, 1994.

_____. **Sistemas de assentamento e estilo tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do Alto Vale do Rio dos Sinos, RGS.** Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2003.

ZUCH DIAS, Jefferson Luciano. **A tradição taquara e a sua ligação com o índio Kaingang.** São Leopoldo: Unisinos, 2004. Dissertação (Mestrado em História), Centro de Ciências Humanas, Unisinos, 2004.

DORNELLES, Soraia Sales. **As dinâmicas de uso do espaço Kaingang no Planalto sul-brasileiro: concepções de mobilidade e território.** Trabalho de

Conclusão de Curso. Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

DUSSEL, Enrique. **Filosofía de la Liberación**. México: FCE, 2011.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de; NEU, Marcia Fernandes Rosa (org.). **AMA – Arqueologia na Mata Atlântica – Padrão de assentamento e aproveitamento do ambiente pelos grupos pré-históricos na região da Amurel**. 2009. Relatório final entre ao CNPq – GRUPEP – Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão.

FERREIRA, Lúcio Menezes. **General José Viera Couto de Magalhães: Arqueologia e colônias militares** (212-226). In: Arqueología Suramericana 1(2). Departamento de Antropologia da Universidad de Cauca, 2005.

_____. **Patrimônio arqueológico, pós-colonialismo e leis de repatriação (pp. 77-96)**. In: Patrimônio Cultural e Ambiental. Organização de Pedro Paulo A. Funari, Sandra C. A. Pelegrini e Gilson Rambelli. São Paulo: Annablume; Fapesp, Campinas: Nepam, 2009.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzuchi. **Patrimônio: Discutindo alguns conceitos**. In: Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 10, n. 3, p. 79-88, 2006.

FOWLER, Don. **Uses of the past: Archaeology in the Service of the State** (pp. 229-248). In: American Antiquity, Vol. 52, No. 2 (Apr., 1987). Society for American Archaeology Stable Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/281778> Acesso em: 14 de agosto de 2009 às 15:57.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elisabete. **Arqueologia Pública no Brasil e as novas fronteiras**. In: Praxis Archaeologica 3, 2008, p. 131-138.

_____. **Os desafios da destruição e conservação do Patrimônio Cultural no Brasil**. Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Porto, 41, ½, 2001, 23-32.

GNECCO, Cristóbal. **Caminos de la Arqueología: de la violencia epistémica a la relacionalidad**. In: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, (p. 15-26), jan.- abr, 2009.

_____. **Modernidad y utopia en las arqueologías latino-americanas**. In: XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB Arqueologias da América Latina, 2003, São Paulo. ANAIS XII Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira - SAB Arqueologias da América Latina, 2003.

GOLDMEIER, Valter Augusto (Org); SCHMITZ, Pedro Ignácio (supervisor). **Sítios arqueológicos do Rio Grande do Sul. Fichas de registro existentes no Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, RS**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio**. In: Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan/jun 2005.

GURÁYEB, Ana Gabriela; FRÈRE María Magdalena. **Caminos y encrucijadas en la gestión del patrimonio arqueológico argentino**. Buenos Aires: Editorial de la Facultad d Filosofía e Letras. Universidad de Buenos Aires, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOELTZ, Sirlei Elaine. **Tecnologia lítica: Uma proposta de leitura para a compreensão das indústrias do Rio Grande do Sul, Brasil, em tempos remotos**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

HOLTORF, Cornelius. **Can less be more? Heritage in the Age of Terrorism**. (pp. 101-110). In: *Public Archaeology*, (5): 2, 2006.

IBDF - INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. **Inventário Florestal Nacional: Florestas Nativas: Rio Grande do Sul**. Brasília: IBDF, 1983.

JAMESON JR., John. **Public Archaeology in The United States** (pp. 21-58). In: *Public Archaeology*, London: Routledge, 2004.

KERN, Arno Alvarez. **Antecedentes indígenas**. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1998.

_____. **Grupos Pré-Históricos de caçadores-coletores da floresta subtropical**. In: *Revista do Cepa – Vol. 17, nº. 20 (Out. 1990) – Santa Cruz do Sul: Fisc, 1990*.

KHALED JUNIOR, Salah H. **Horizontes identitários : a construção da narrativa nacional brasileira pela historiografia do século XIX** [recurso eletrônico] / Salah H. Khaled Jr. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2010. 263 p.

LAROQUE, Luis Fernando da Silva. **Os Kaingangues: Momentos de historicidades indígenas** (pp. 81-108). In: *Povos indígenas / coordenação geral Tau Golin, Nelson Boeira; Diretores do volume Arno A. Kern, M. Cristina dos Santos, Tau Golin. Passo Fundo: Méritos, 2009*.

LIMA, Tânia Andrade. **A Arqueologia na construção da identidade nacional: Uma disciplina no fio da navalha**. In: *Canindé, Xingó, nº 9, Junho de 2007*.

LIPOVETSKY, Gilles. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Editora Barcarolla, 2004.

LOUREIRO, André Garcia. **Análise dos processos formativos de um cerrito na região sudoeste da laguna dos patos/RS**. Dissertação de mestrado: MAE/USP: São Paulo, 2008.

LOWENTHAL, David. **Como conhecemos o passado** (pp. 63-202). In: *Projeto História: Revista do programa de estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. N. 17. São Paulo: EDUC, 1998*.

_____. **Why Sanctions Seldom Work: Reflections on Cultural Property Nationalism** (pp. 393-423). In: *International Journal of Cultural Property*, (12), 2005.

MACHADO, Juliana Salles. **Arqueologia e história nas construções de continuidade na Amazônia** (pp. 57-70). In: Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 4, n. 1, jan.- abr. 2009.

MACHADO, Neli Teresinha Galarce. **Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS – uma perspectiva arqueológica**. Tese de doutoramento, MAE/USP: 2004.

MAESTRI, Mario. **Os Sete Povos Missioneiros: Das Fazendas Coletivas ao Latifúndio Pastoril Rio-Grandense**. In: Revista Espaço acadêmico, nr. 58, 2006. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58maestri.htm>> Acesso em: 15 de fevereiro de 2012.

MERRIMAN, Nick. **Diversity and dissonance in public Archaeology** (pp. 1-17). In: Public Archaeology, London: Routledge, 2004.

MIGNOLO, Walter. **Historias locales / diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo**. Madrid: Akal, 2003.

_____. **Más sobre la opción descolonial** (pp. 7-30). In: Pensamiento argentino y opción descolonial / Zulma Palermo (comp). Buenos Aires: Del Signo, 2010.

MORAES, Juca (org). **Cruz Alta, Terra de Erico Verissimo: Sua gente e sua poesia**. Cruz Alta: Prefeitura Municipal, 1997.

MORALES, Walter Fagundes. **Brasil Central: 12.000 anos de ocupação humana no médio curso do rio Tocantins, TO**. São Paulo: ACERVO - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa; Annablume, 2008.

NAJJAR, Jorge. **O indígena e construção da idéia de Brasil: Reflexões sobre Patrimônio, Identidade e Cidadania**. In: Habitus, v. 3. nº 2. p. 347 – 360. jul./ dez. Goiânia: 2005.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. In: Les Lieux de mémoire. I La republique, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII – XLII. Tradução autorizada pelo editor. Editions Gallimard, 1984.

NUNES, Luiz Coimbra. **Terminologia Lítica: Tecnologia para o estudo da pedra lascada**. Tese de Doutorado. Goiânia, 2008.

OLIVEIRA, Jorge Eremites de. **Da pré-história à história indígena: (re) pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal**. Tese de Doutorado. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

_____. **Cultura material e identidade étnica na arqueologia brasileira: um estudo por ocasião da discussão sobre a tradicionalidade da ocupação Kaiowá da terra indígena Sucuri'y**. Revista de Arqueologia, 19:29-49, 2006.

PALERMO, Zulma. **Del pensamiento nacional a la opción descolonial: Aportes desde el cono sur** (pp. 31-48). In: *Pensamiento argentino y opción descolonial* / Zulma Palermo (comp). Buenos Aires: Del Signo, 2010.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores** / Dominique Poulot; tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. – São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

_____. **Um ecossistema do Patrimônio**. In: **Um olhar contemporâneo sobre a preservação do patrimônio cultural material** (pp. 27-43). Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2008.

PRATS, Llorenç. **El Concepto de Patrimonio Cultural**. In: *Política y Sociedad*, (27): 63-76, 1998.

QUEVEDO, Moisés dos Santos. **Estudo sobre a erva-mate no planalto gaúcho: o município de Cruz Alta na metade do século XIX**. Trabalho de Conclusão de Curso, Cruz Alta: Unicruz, 2009.

REIS, José Alberione dos. **Arqueologia dos buracos de bugre: uma pré-história do planalto meridional**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

ROBRAHN-GONZÁLEZ, Erika Marion . **Arqueologia e sociedade no município de Ribeirão Grande, sul de São Paulo: ações em arqueologia pública ligadas ao Projeto de Ampliação da Mina Calcária Limeira**. *Revista Arqueologia Pública*, São Paulo, nº 1, 2006.

ROCHA, Prudêncio. **A história de Cruz Alta**. 2 ed. Cruz Alta: Mercúrio Ltda, 1980.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul**. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Editôra Globo, 1969.

RODET, Maria Jacqueline; Alonso, Marcio. **Uma terminologia para Indústria Lítica Brasileira (pp. 141-154)**. In: *Das pedras aos homens: tecnologia lítica na arqueologia brasileira* / Lucas Bueno, Andrei Isnardis, organizadores – Belo Horizonte, MG: Argvmentvm: FAPEMIG; Brasília, DF: Capes, 2007.

ROJAS, José Luis de. **La etnohistoria de America: Los indígenas, protagonistas de su historia**. Buenos Aires: SB, 2008.

ROSA, Isaltina Vidal do Pilar. **Cruz Alta: Histórias que fazem a história da cidade do Divino Espírito Santo da Cruz Alta**. Tipo Editor: Rio, 1981.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Migrantes da Amazônia: a tradição Tupiguarani (pp. 31-63)**. In: *Documentos 05*. 2 ed. Instituto Anchietano de Pesquisas – UNISINOS São Leopoldo, RS, Brasil, 2006.

_____. **O Mundo da caça, da pesca e da coleta**. In: *Documentos 05*. 2 ed. Instituto Anchietano de Pesquisas – UNISINOS São Leopoldo, RS, Brasil, 2006.

SHANKS, Michael, TILLEY, Christopher. **Social Theory and Archaeology**. Cambridge: Polity, 1987.

SILVA, Abrahão Sanderson N. F. Da; NETO, Luís Dutra de Sousa; JÚNIOR, Valdeci dos Santos. **Preservação do patrimônio histórico e pré-histórico sítios arqueológicos estado do rio grande do norte**. Diagnóstico apresentado ao Ministério Público Estadual. Natal-RN, S/D.

SOARES, André Luis Ramos; REMPEL, Anelise Heidi. **Alguns conceitos necessários para as ações de educação patrimonial** (pp. 77-96). In: Santo amaro: arqueologia e educação patrimonial / organizadores Sergio Célio Klamt, André Luis Ramos Soares. – 1. Ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

SOUZA, Crístiele Santos de; LIMA, Anita Estephane Vargas de. **Patrimônio cultural e comunidade: levantamento do patrimônio material e imaterial na vila de santo amaro** (pp. 97-114). In: Santo amaro: arqueologia e educação patrimonial / organizadores Sergio Célio Klamt, André Luis Ramos Soares. – 1. Ed. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2010.

SOUZA, José Otávio Catafesto de. **Aos “Fantasmas nas Brenhas” etnografia, invisibilidade e etnicidades alteridades originárias no sul do Brasil (Rio Grande do Sul)**. Tese de doutorado. Porto Alegre: PPGAS/UFRGS, 1998.

_____. **Um salto do passado para o futuro: as comunidades indígenas e os direitos originários no Rio Grande do Sul (pp. 270-284)**. In: RS índio: Cartografias sobre a produção do conhecimento / org. Gilberto Ferreira da Silva, Rejane Penna, Luiz Carlos da Cunha Carneiro. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

TORNATORE, Jean-Louis. **Patrimônio, memória, tradição, etc: discussão de algumas situações francesas da relação com o passado** (pp. 7-21). In: Revista memória em rede, Pelotas, v. 1, n. 1, dez. 2009/mar. 2010.

TRIGGER, Bruce. **História do pensamento arqueológico**. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

Anexos

ANEXO A – Jornal Diário Serrano do dia 24 de abril de 2010 destacando os projetos de mestrado de Jonathan Caino e Fernando Almeida, sobre o município.

02
ESPECIAL DOMINGO
DIÁRIO SERRANO, 24 DE ABRIL DE 2011

HISTÓRIA: Cruz Alta tem potencial arqueológico

- estudantes realizam estudos que podem enriquecer a história pré e pós-colonização -

Que Cruz Alta é um local privilegiado com seus belos casarões e fachadas exuberantes que começaram a tomar forma em 1821, todos sabemos, assim como conhecemos os grandes heróis e historiadores do passado. O que não sabemos são as histórias e os heróis anônimos que estiveram nas "trinchas" da história. Neste sentido, uma pesquisa inédita está sendo realizada por dois cruz-altenses, estudantes de arqueologia, com o objetivo de provar que Cruz Alta é um potencial arqueológico e, através de seus "achados" e pesquisas, pretendem resgatar a história dos primeiros habitantes da região assim como da época pós-colonização. Fernando Silva de Almeida se dedica a descobertas em relação aos sítios arqueológicos e Jonathan Santos Caino, à arqueologia histórica, pós-colonização. Formados em História, realizando Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, em Pelotas, já realizaram muitas pesquisas e demonstram preocupação com o patrimônio. "Estamos em uma fase inicial de nossas pesquisas e temos por pretensão levar nossos resultados ao Poder Público Municipal, na tentativa de que possamos reconhecer Cruz Alta como uma cidade arqueológica", explicam os estudantes.

Foi durante os estudos de graduação em História, que os dois jovens iniciaram na área arqueológica. "Trabalhamos como arqueólogos por algum tempo e atualmente desenvolvemos nossas pesquisas de Mestrado. Embora tenhamos interesses diversos e pesquisas distintas, ambos trabalhamos para demonstrar que Cruz Alta é uma cidade arqueológica", enfatiza Jonathan.

MODERNIZAÇÃO

Segundo Jonathan, "a arqueologia também pode mostrar como a vida material dos primeiros habitantes da 'Mui Leal Vila do Espírito Santo da Cruz Alta' se relacionou com os discursos modernizadores, a expansão da industrialização e do capitalismo de mercado durante o Século XIX. Pesquisas em diferentes pontos da cidade poderiam gerar dados sobre as diferenças da cultura material de ricos e pobres, senhores e escravos, e contar um pouco sobre os cotidianos domésticos, espaço eminentemente feminino durante boa parte da história da cidade. Os vestígios materiais podem gerar o entendimento de aspectos de nossa história que não são encontrados nos documentos escritos".

SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

Uma de nossas pesquisas, explicam os estudantes, diz



Jonathan e Fernando, estudantes de arqueologia

Estudados por arqueólogos, estes objetos podem contar um pouco mais sobre o cotidiano e a vida dos habitantes de Cruz Alta ao longo dos Séculos XIX e XX. A constante transformação urbana não causa apenas danos ao patrimônio arquitetônico. Está causando danos irreparáveis também aos contextos arqueológicos no subsolo, destruindo importantes fontes materiais para estudo do comportamento humano".

NÚCLEO DE ARQUEOLOGIA

Entre os anos de 2004 e 2008 funcionou na Umicruz o Núcleo de Arqueologia, vinculado ao curso de História, que infelizmente está desativado. "Na época, além de identificar os sítios pré-históricos já mencionados, tivemos uma pequena oportunidade de atestar o potencial arqueológico da área urbana de Cruz Alta, no terreno onde hoje está localizada a sede do Sieredi. Na época, quando a construção se iniciava, o então secretário de cultura e nosso colega de faculdade Rossano Cavalari, passou pelo local e viu uma grande quantidade de vestígios arqueológicos no terreno. Corremos ao local e conseguimos fazer uma coleta emergencial do material que sobrou, além de uma pequena escavação em uma área ainda preservada. Com exceção desta pequena área, o contexto arqueológico foi completamente destruído", dizem.

RECONHECIMENTO

Para eles, "se a cidade se reconhecesse enquanto uma cidade arqueológica, e trabalhássemos neste sentido, mecanismos legais poderiam garantir que, em casos semelhantes, estudos arqueológicos pudessem ser feitos antes de novas construções. Na impossibilidade de preservar o sítio, ao menos garantir que este seja escavado e estudado, produzindo conhecimento e gerando novos dados para o entendimento da história dos cruz-altenses e daqueles que já viviam nestas terras antes de qualquer tropeiro ou estancieiro".

HISTÓRIA NOS LIVROS

"Como muitos, conhecemos as histórias de Cruz Alta que estão nos livros, e aguardamos ansiosamente por novas pesquisas. Mas a história não está apenas nos livros; está nas casas, nas ruas, nos objetos. Nossos museus contam uma história a partir de objetos. Contudo, há ainda muitos objetos utilizados no passado, acessíveis ao estudo, desde que haja interesse. Estes objetos muitas vezes estão sob nossos pés, sem que nos demos conta. A arqueologia pode ajudar a evidenciar novos detalhes, novas compreensões dos modos de vida e das transformações sociais e culturais que aconteceram na cidade e na região. Ela pode contar um pouco mais sobre quem foram estes índios repelidos pelos tropeiros. Nos documentos históricos, eles são bugres; mas tentemos a pensar que eles foram mais do que isso. Eram pessoas, com seus modos de vida e suas visões de mundo particulares", dizem eles.

VESTÍGIOS MATERIAIS

Os vestígios materiais podem gerar o entendimento de aspectos de nossa história que não são encontrados nos documentos escritos. Para Jonathan, "da mesma forma, com a arqueologia podemos

respeito a alguns sítios pré-coloniais identificados nas proximidades do campus da Universidade de Cruz Alta (Umicruz). "Essa pesquisa poderá mostrar um pouco do modo de vida dos prováveis primeiros habitantes da região; grupos de caçadores-coletores que podem ter ocupado esse espaço em períodos muito antigos, talvez até alguns milênios atrás. Instrumentos de pedra lascada encontrados nesta área – e em uma área próxima do presidio do município – demonstram a presença destes habitantes pré-históricos na região", revela Fernando.

INDÍGENAS

Essa comprovação é importante para uma melhor compreensão a respeito das sociedades indígenas que viveram na região de Cruz Alta em períodos históricos. Segundo Fernando, "existem relatos etnográficos sobre grupos Kaingang e Guaranis vivendo no território onde hoje é Cruz Alta. Ainda hoje vemos índios Kaingang na cidade. Algumas lendas do município falam um pouco dessa presença, bem como alguns lugares a fazem lembrar, a taba índia, por exemplo, assim como o estádio do E. C. Guarany".

ÁREA URBANA

Já a pesquisa, realizada por Jonathan, procura levantar o potencial arqueológico do centro de Cruz Alta. "Finalmente a cidade começou a tomar forma a partir de 1821 onde hoje temos a Praça da Matriz, estendendo-se pela rua, depois denominada Pinheiro Machado, e as ocupações e reocupações do espaço urbano certamente deixaram uma série de vestígios arqueológicos passíveis de estudo e interpretação. Antes de haver coleta de lixo era prática comum que o lixo fosse descartado em fossos ou simplesmente jogado no fundo dos pátios. Além dos restos alimentares, objetos e utensílios de uso cotidiano eram frequentemente jogados nestas lixeiras.



Escavações podem ajudar a conhecer melhor a história de Cruz Alta, que tem cinco sítios arqueológicos identificados

SENAI
PROGRAMAÇÃO DE CURSOS

SENAI DE UÍUÍ - EXTENSÃO CRUZ ALTA	
PADEREIO E CONFEITEIRO	160h
MECÂNICA DE MOTOS	100h
COSTURA INDUSTRIAL	100h
MODELAGEM INDUSTRIAL	100h
ELETRICIDADE E INUSÇÃO ELETRÔNICA AUTOMOTIVA	160h

INFORMAÇÕES E INSCRIÇÕES
 CIP SENAI de Uíuú - Extensão Cruz Alta
 Rua General Patrício, 963 - Centro - Cruz Alta/RS
 Telefone: (51) 3322-7525 - E-mail: senaioficial@senairs.org.br

Para outros cursos, acesse www.senairs.org.br

FIERGS SENAI